

ROBERTO FERREIRA NIERO

**PROGRAMAS E PROJETOS DE ESPORTE E LAZER
DESENVOLVIDOS PELAS SECRETARIAS OU
DEPARTAMENTOS DE ESPORTES, NAS DIVERSAS
FAIXAS ETÁRIAS NA REGIÃO DA AMÉRIAS –
PARANÁ EM 2009 A 2010**

Dissertação de Mestrado defendida como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Física, no Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

**UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR
CAMPUS CIANORTE**

ROBERTO FERREIRA NIERO

**PROGRAMAS E PROJETOS DE ESPORTE E LAZER DESENVOLVIDOS PELAS
SECRETARIAS OU DEPARTAMENTOS DE ESPORTES, NAS DIVERSAS FAIXAS
ETÁRIAS NA REGIÃO DA AMERIOS – PARANÁ EM 2009 A 2010**

UMUARAMA

2010

ROBERTO FERREIRA NIERO

**PROGRAMAS E PROJETOS DE ESPORTE E LAZER DESENVOLVIDOS PELAS
SECRETARIAS OU DEPARTAMENTOS DE ESPORTES, NAS DIVERSAS FAIXAS
ETÁRIAS NA REGIÃO DA AMERIOS – PARANÁ EM 2009 A 2010**

Dissertação de Mestrado defendida como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Física, no Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri

TERMO DE APROVAÇÃO

ROBERTO FERREIRA NIERO

PROGRAMAS E PROJETOS DE ESPORTE E LAZER DESENVOLVIDOS PELAS SECRETARIAS OU DEPARTAMENTOS DE ESPORTES, NAS DIVERSAS FAIXAS ETÁRIAS NA REGIÃO DA AMERIOS – PARANÁ EM 2009 A 2010

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física – Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa Sociologia para o Esporte e o Lazer, do Departamento de Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri (Orientador)
Departamento de Educação Física / UFPR

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson
Membro Interno

Prof. Dr. André Mendes Capraro
Membro Externo

Curitiba, ____ de _____ de 2010.

Dedico este trabalho à minha amada esposa
pelo amor, carinho e dedicação.

Aos meus pais e avós, fonte eterna de
inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por tudo que sou, por tudo que ele representa em minha vida.

Ao Professor orientador Dr. Fernando Marinho Mezzadri, pela disponibilidade, dedicação e companheirismo, tornando possível a conclusão deste estudo. Muito Obrigado!

Aos professores do Curso, pelos conhecimentos transmitidos, por ter me aceito como aluno no Programa de Mestrado, pela confiança.

Aos amigos, sempre companheiros e atenciosos em todos os momentos de minha vida.

A todas as pessoas que fazem parte da minha vida, por ser fonte de alegria, amizade, companheirismo, por compartilharem os momentos a mim proporcionados.

Aos meus pais e avós, por tudo que me ensinaram e por tudo que representam em minha vida.

À minha amada esposa, pela participação incontestável de todo meu trabalho. A você sou grato eternamente. Obrigada por fazer parte de minha vida!

A todos não mencionados, mas que contribuíram para a realização deste sonho.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	viii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
INTRODUÇÃO	11
CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	20
CAPÍTULO 1	27
SUBSÍDIOS TEÓRICOS DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA	27
1.1 O <i>HABITUS</i> , O CAMPO E O CAPITAL.....	28
1.2 O ESPORTE E O LAZER NA CONTEMPORANEIDADE.....	45
1.2.1 Políticas Públicas para o Esporte e Lazer	49
CAPÍTULO 2	57
A OFERTA DE PROGRAMAS E PROJETOS RELATIVOS AO ESPORTE E LAZER NAS PREFEITURAS DA REGIÃO DA AMERIOS-PARANÁ	57
2.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DAS PREFEITURAS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMERIOS EM RELAÇÃO AO SETOR DO ESPORTE E LAZER	59
2.2 GESTÃO PÚBLICA DO SETOR DE ESPORTE E LAZER NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMERIOS	72
2.3 OBJETIVOS, FUNÇÕES E PÚBLICO ALVO A SEREM ALCANÇADOS NOS PROJETOS E EVENTOS DESENVOLVIDOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMERIOS NO SETOR DE ESPORTE E LAZER.....	91
CONCLUSÃO	100
REFERÊNCIAS.....	105

APÊNDICE.....	111
APÊNDICE A – ENTREVISTA.....	112

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A AMERIOS	22
TABELA 1 – ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ESPORTE E LAZER NAS PREFEITURAS	59
TABELA 2 – PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS COM A ESTRUTURA DE CARGOS DE CONFIANÇA NAS PREFEITURAS DA REGIÃO DA AMERIOS.....	67
TABELA 3 – VALOR APROXIMADO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA PARA O ESPORTE NAS PREFEITURAS DA REGIÃO DA AMERIOS	88

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo identificar se os programas e projetos relativos ao esporte e lazer desenvolvidos pelas secretarias ou departamentos de esportes das prefeituras dos Municípios de Altônia, Alto Piquiri, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Iporã, Cidade Gaúcha, Mariluz, Tapejara e Umuarama da região da AMERIOS - Paraná contribuem para a democratização e garantia de acesso à referida prática. Mais especificamente, buscamos diagnosticar as condições de acesso à população relativa aos espaços, infraestrutura, frequência de atividades e nível de aceitação da comunidade, ofertadas pelos municípios que agregam as secretarias ou departamentos de esporte das prefeituras da região da AMERIOS em relação às diversas dimensões do esporte. Partimos da hipótese de que os projetos desenvolvidos pelas secretarias dos Municípios que agregam a região AMERIOS não têm uma política regional de desenvolvimento de esporte e lazer que contribuam para a democratização e garantia de acesso população. Para a consecução do objetivo proposto, a investigação tem sua base metodológica fundamentada na abordagem qualitativa do tipo exploratória, utilizando como coleta de dados a entrevista semiestruturada e a pesquisa documental. Participaram das entrevistas 03 (três) secretários de esporte que integram as prefeituras de Altônia, Umuarama e Cianorte, todos com formação em Educação Física; 04 (quatro) atuantes em departamentos de esporte das prefeituras de Cruzeiro do Oeste, Cidade Gaúcha, Mariluz e Tapejara, também com formação em Educação Física; e 02 (dois) leigos atuantes na divisão de esportes das prefeituras de Alto Piquiri e Iporã, sendo um ex-jogador de futebol amador e outro um presidente de partido que apoiou o prefeito eleito da cidade, perfazendo, assim, um total de 09 (nove) agentes. A pesquisa documental viabilizou o cruzamento dos dados e foi realizada junto às ações e programas de esporte e lazer, com base nas fontes legais, constituídas ou não pela legislação dos municípios referente ao esporte/lazer, a saber: lei Orgânica dos Municípios, Pesquisas de Informações Básicas dos Municipais (2009, 2010), Informações contidas no Conselho Municipal e Plano Diretor, assim como em relatórios de atividades e material institucional obtido junto às secretarias, divisões e/ou departamentos das prefeituras. A instrumentalização para a interpretação das informações obtidas está fundamentada na abordagem sociológica de Bourdieu. Concluímos os projetos desenvolvidos pelas secretarias dos Municípios que agregam a região da AMERIOS não apresenta uma política regional de desenvolvimento de esporte e lazer que contribuam para a democratização e garantia de acesso população. Com base nisso, nas instituições pesquisadas, a definição, implementação e avaliação de políticas para o esporte e lazer necessitam ser repensadas. Ficou presente nos depoimentos dos agentes e na pesquisa documental realizada, que os projetos e programas de esporte e lazer desenvolvidos nos municípios que agregam a região da AMERIOS, não estão sendo encaminhadas para o reconhecimento da diversidade cultural, para a garantia da livre expressão das diferentes manifestações na área, nem tampouco, do acesso ao direito de condições de justiça social para a constituição da população enquanto sujeitos de direitos.

Palavras - chaves: Programas, projetos, esporte e lazer, democratização,

ABSTRACT

This work has as objective to identify if to the programs and relative projects to the sport and leisure developed by the secretariats or departments of sports of the city halls of the Cities of Altônia, Alto Piquiri, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Iporã, Cidade Gaúcha, Mariluz, Tapejara and Umuarama of the region of the AMERIOS - Paraná contributes for the democratization and guarantee of access to the practical related one. More specifically, we search to diagnosis the conditions of access to the relative population to the spaces, infrastructure, frequency of activities and level of acceptance of the community, offered for the cities that the secretariats or departments of sport of the city halls of the region of the AMERIOS in relation to the diverse dimensions of the sport add. We leave of the hypothesis of that the projects developed for the secretariats of the Cities that add region AMERIOS do not have one regional politics of sport development and leisure that contribute for the democratization and guarantee of access population. For the achievement of the considered objective, the inquiry has its methodological base based on the qualitative boarding of the exploratory type, using as it collects of data the semi structuralized interview and the documentary research. 03 (three) secretaries of sport had participated of the interviews who integrate the city halls of Altônia, Umuarama and Cianorte, all with formation in Physical Education; 04 (four) operating ones in departments of sport of the city halls of Cruise of the West, City Gaucho, Mariluz and Tapejara, also with formation in Physical Education; e 02 (two) lay operating in the division of sports of the city halls of Alto Piquiri and Iporã, being a former-player of amateur soccer and another one a party president that supported the elect mayor of the city, prefaced, thus, a total of 09 (nine) agents. The research documentary made possible the crossing of the data and was carried through next to the actions and programs of sport and leisure, on the basis of the biding authorities, consisting or not of the legislation of the cities referring to the sport/leisure, namely: organic law of the Cities, Research of Basic Information of the Municipal theatres (2009, 2010), Information contained in the City council and Managing Plan, as well as in reports of activities and gotten institutional material next to the secretariats, divisions and/or departments of the city halls. The instrumentalization for the interpretation of the gotten information is based on the sociological boarding of Bourdieu. We conclude the projects developed for the secretariats of the Cities that add the region of the AMERIOS do not present one regional politics of sport development and leisure that contribute for the democratization and guarantee of access population. On the basis of this, in the searched institutions, the definition, implementation and evaluation of politics for the sport and leisure need to be rethink. It was present in the depositions of the agents and in the carried through documentary research, that the projects and programs of developed sport and leisure in the cities that add the region of the AMERIOS, are not being directed for the recognition of the cultural diversity, for the guarantee of the free expression of the different manifestations in the area, nor neither, of the access to the right of conditions of social justice for the constitution of the population while citizens of rights.

Key Words: Programs, projects, sport and leisure, democratization.

INTRODUÇÃO

A temática relativa ao esporte¹ e lazer tem se configurado como foco de interesses diferenciados nas ciências sociais. Deste modo, com a intenção de compreender esse fenômeno social em suas várias formas de manifestações, muitos estudos têm surgido, e em um período de transição paradigmática, o esporte e o lazer é uma prática que tem suscitado um grande interesse por parte de pesquisadores, mesmo porque o ser humano convive com a pluralidade de motivos, de sentidos, de finalidades, ideologias e concepções de existência.

A prática do esporte e lazer, na perspectiva enunciada por Marchi Júnior (2006), já foi entendida como objeto de estudo secundário, tendo sido considerada pela comunidade científica como um assunto pouco importante ou até mesmo vulgar. Entretanto, atualmente, o esporte e o lazer têm conquistado um espaço e reconhecimento acadêmico bastante profícuo, em razão de se constituir em uma temática extremamente relevante na sociedade moderna, dado o seu caráter integrador de diferenças culturais, psicológicas, políticas, econômicas, históricas, sociológicas e antropológicas.

O esporte e o lazer são entendidos como um fenômeno “processual, social, econômico, cultural e historicamente construído” (MARCHI JÚNIOR; AFONSO, 2007, p.127). Em razão dos significados sociais abarcados pela prática mencionada, como atividades universais presentes entre diferenciadas culturas, não importando a língua, cor, credo, posição social, sexo e idade dos indivíduos, a sua popularização tem sido crescente.

É de Afonso (2004 apud MARCHI JÚNIOR; AFONSO, 2007, p. 127), a afirmativa de que ao tratar do consumo esportivo, tem-se a “[...] referência aos gostos pessoais, hábitos, práticas simbólicas” que evidenciam o estilo de vida de cada pessoa ou grupos,

¹ A invenção do esporte na perspectiva enunciada por Bourdieu é acompanhada de modificações da função atribuída à prática e de transformações que sejam adequadas às exigências e expectativas dos consumidores dos espetáculos esportivos. A leitura de cenários tão díspares, como o da invenção e o das organizações esportivas de massa, exige reinterpretação de significados. Um exemplo evidente é a ascensão social viabilizada pelo esporte. De início, o esporte tido como condição de pertencimento de classe, no cenário atual é metamorfoseado, transformando-se numa possibilidade de ascensão através do profissionalismo.

estando aí atrelada a relação emocional dos sujeitos com os produtos por eles consumidos.

Nesse contexto, a prática esportiva assume uma nova configuração, como referida por Bento (2007) ao enfatizar que, se antes o esporte era uma atividade quase que exclusivamente orientada e estruturada para o alto rendimento e à competição organizada, conclamando a afirmação dos estereótipos da juventude forte e saudável, da virilidade e masculinidade, com o passar do tempo, este passou a se constituir em uma prática aberta a todas as pessoas e idades e a todos os estados de condição física e sócio-cultural, expandindo-se e conquistando “[...] novas terras, ou seja, à vocação original da excelência e do alto-rendimento adicionou a instrumentalização ao serviço das mais distintas finalidades: saúde, recreação e lazer, aptidão, estética, reabilitação e inclusão” (BENTO, 2007, p. 21).

Com essa perspectiva, a temática relativa ao esporte e lazer vem se configurando como um campo de estudo e pesquisa, destacando-se como fenômeno com múltiplas determinações. Em outras palavras, a escolha, a opção, está diretamente ligada ao conhecimento das alternativas que o esporte e o lazer oferecem à população.

Embora o fenômeno do esporte e lazer tenha assumido uma dimensão social que tornou possível sua incorporação nas Políticas Públicas, na tentativa de atender a uma demanda social crescente da população, que tem necessitado cada vez mais de atividades de esporte e lazer para o tempo livre, pesquisa realizada por Mezzadri et al (2006) apontam nitidamente a falta de ações de políticas públicas voltadas para o esporte e o lazer nos municípios, não existindo projetos permanentes que, na visão dos autores, são a essência de qualquer política pública para o setor. Os autores evidenciam uma tendência de as gestões não terem a preocupação em realizar projetos de intervenção nessas áreas, prejudicando, por conseguinte, o desenvolvimento de programas e projetos na área.

Assim sendo, as diversas possibilidades de interpretação e apropriação do elemento esportivo fazem dele uma peça abrangente, mas, ao mesmo tempo, estas devem ser bem estruturadas, procedendo à análise da existência das diferentes formas de relações sociais e sua função no campo político para a sua realização.

A respeito da entrada no campo político, é oportuno citar Bourdieu (2004, p. 164) ao descrever que este “[...] é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos”. Para o autor, o campo político se apresenta como um espaço social inacessível à entrada de novos agentes, prevalecendo posições conservadas e produção concentrada, fazendo com que os interesses da sociedade seja reduzido e interpretado de acordo com os interesses dos mandantes.

Por isso mesmo, a construção de políticas públicas participativas são relevantes para contrapor a esse modelo conservador à medida que vai ao encontro aos reais interesses da população, visando à garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem a sociedade. Isso pressupõe um alargamento da dimensão do estado, referindo-se a todos os espaços e formas de organização social que buscam meios de concretização dos direitos humanos.

Conforme Jacobi (2000, p. 26), “[...] o surgimento de políticas públicas pautadas pelo componente participativo está relacionada com as mudanças na matriz sociopolítica a partir de um questionamento mais amplo acerca do papel do Estado como principal agente indutor das políticas sociais”. Assim sendo, a noção de participação é refletida, sobretudo, em conformidade com os grupos interessados, e não somente dos interesses globais determinados pelo Estado².

Partilhamos da preocupação de Bobbio (2000) ao mencionar a importância de uma democracia direta no sentido de exigir a participação dos cidadãos em todas as decisões a eles relacionadas. Para o autor, os adeptos da democracia direta, conforme a “tradição do pensamento socialista” costuma entendê-la em oposição à democracia representativa. A democracia direta idealizada pelo autor tem como característica o mandato imperativo, na tradição da base produtiva das sociedades e das lutas de classes daí consequentes.

² O Estado pode ser concebido como a “instituição pela qual se organizam e formalizam os processos da política”, envolvendo mecanismos, organizações, jurisdições, bem como estabelecimentos de poderes e direitos, consistindo numa rede de relações sistemáticas representativas da identidade de um povo. Sobre este espectro, povo pode ser concebido como a integralidade da sociedade representativa de uma nação, tendo como base a noção de sociedade civil, originada a partir da consolidação de pactos sociais realizados pelos indivíduos que a compõe (LIPSON, 1976, p.84).

Com tal entendimento, o problema central é pensar em uma ordem societária fundamentada na articulação da democracia política com a participação social, concebida por maior permeabilidade da gestão às demandas dos múltiplos sujeitos sociais e políticos.

Em conformidade com a Constituição Federal brasileira de 1988, o bem-estar e a segurança da população são de responsabilidade do poder público, cabendo aos gestores públicos assumir o compromisso primordial de tornar mais humanas as cidades, por intermédio de programas efetivos de criação de oportunidades e ofertas de esporte e lazer.

Quando preocupados com os direitos dos cidadãos, os gestores mais atentos passam a perceber que cada indivíduo, como componente integrante da sociedade, é uma pessoa política, à medida que coexiste com pessoas, tendo que compartilhar o ambiente em que vive com os outros.

Com essa compreensão, a gestão da coisa pública se faz sentir como fator fundamental e influenciador na construção das relações que definem o ambiente de uma sociedade. De maneira geral, a administração pública inclui um conjunto de ações destinadas concretamente à execução de tarefas ou incumbências avaliadas como de interesse público ou comum numa coletividade ou numa organização estatal (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000). É, portanto, na ocupação dos espaços decisórios da gestão do que é público que surge a noção de governo³.

Com tudo isso, as políticas públicas de esporte e lazer crescem nas reivindicações da sociedade, sobretudo, na busca de uma melhor qualidade de vida. A participação popular no planejamento municipal torna a gestão democrática, apontando a necessidade de que os municípios reflitam acerca de seus projetos, esclareçam seus objetivos e explicitem suas funções sociais que precisam estar construídas com base na realidade da população.

Segundo o entendimento de Bobbio (2000, p. 31), a regra essencial da democracia é “[...] à regra da maioria, ou seja, a regra à base da qual são consideradas decisões coletivas – e, portanto, vinculatórias para todo o grupo – as decisões

³ Governo entendido como “um conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada sociedade” (BITTAR, 2002, p.31).

aprovadas ao menos pela maioria a quem compete tomar a decisão”. O autor ensina que os cidadãos precisam ser livres.

A preocupação de Bobbio (2000), com o desenvolvimento da cidadania, no sentido de educar os homens para a liberdade, separa o regime democrático de qualquer outra forma de governo. Ao mesmo tempo, é essa mesma inquietação que insere o ponto de vista de democracia acionista do autor no campo do padrão desenvolvimentista de democracia. Na visão do autor, cidadão é consciente de suas fragilidades e potencialidades na sua relação com os outros homens.

Contudo, para a existência dessa consciência é necessário que o ambiente social favoreça o desenvolvimento do processo em termos econômicos, políticos e culturais, que só é possível em instituições democráticas.

Parafraseando Souza, Mezzadri e Cavichioli (2006) fazem-se necessário desenvolver pesquisas, visando propor políticas, projetos e programas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento e avaliação, para que de maneira efetiva seja possível fazer a diferença na gestão do esporte e do lazer e, por conseguinte, na melhoria da qualidade de vida da população.

Lembramos alguns estudiosos da área do esporte e lazer, como Marchi Júnior (2006); Mezzadri (2006); Souza, Mezzadri e Cavichioli (2006); Bento (2007), entre outros que discutem alguns conceitos que fundamentam a prática do esporte e lazer, visando questionar as regras, modelos e gestos padronizados predominantes no campo de algumas instituições. Os autores entendem a necessidade de adaptar o esporte e o lazer à realidade social e cultural dos praticantes, tratando a temática no contexto de um programa que considere um vasto acervo de conteúdos e/ou temas da cultura corporal⁴, sem obediência a uma hierarquia estabelecida, compreendendo e fomentando um entendimento de apreciação de uma prática esportiva democrática.

Isto posto, consideramos que o esporte e o lazer são práticas que contribuem para a formação do indivíduo, tornando-se um tema relevante de pesquisa que necessita ser cada vez mais incorporado às políticas públicas, constituindo-se em práticas atrativas para a inserção de todos os indivíduos no contexto social.

⁴ A lógica proporcionada pelo tipo de relação com o corpo que a prática favorece ou exige permite pensar a História do Esporte numa perspectiva moderna. Trata-se de um caminho metodológico profícuo, apesar de exigir cuidados, sobretudo, por se tratar de um modelo sociológico de análise (BOURDIEU, 2004).

Nesse sentido, ressaltamos que o processo de formulação de uma política pública abarca a discussão para a assimilação dos diversos agentes e dos interesses diferenciados que permeiam um determinado projeto para a inclusão do esporte e lazer na agenda pública, tornando possível a sua regulamentação como política pública de caráter democrático, portanto, participativa.

Com essa contextualização, buscamos neste trabalho compreender como se dá a oferta da prática do esporte/lazer, visando entender se a oferta corresponde às reais necessidades e interesses da população junto aos municípios agregados à região da Associação dos Municípios Entre Rios – AMERIOS, Umuarama-Paraná.

A referida associação foi fundada em 1970, pelo Prefeito de Umuarama, Sr. Henio Romagnoli. Na oportunidade havia duas Associações na região, a AMERIOS e a Amediva em Cianorte, mas com a intenção de aumentar as forças políticas da região a micro região 11 (segundo o governo do Estado) no dia 10 de setembro de 1973, resolveram fazer uma fusão entre as duas associações.

A AMERIOS tem sua sede no município de Umuarama, situada à Rua Desembargador Munhoz de Melo, nº 5400, Edifício Caravelas, sala 04, tendo como presidente atual o Sr. Vitor Manoel Alcobia Leitão, prefeito do município de Cidade Gaúcha. Atualmente, a associação conta com 32 (trinta e dois) municípios localizados na macro região noroeste do estado do Paraná, contando com uma área total de 14.474 km² e uma população de 383.203 habitantes.

Dentre os municípios que compõem a região da AMERIOS optamos por investigar 09 (nove) municípios com mais de dez mil habitantes. Desta forma, fazem parte da nossa pesquisa os Municípios de Altônia, Alto Piquiri, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Iporã, Cidade Gaúcha, Mariluz, Tapejara e Umuarama.

A opção pelos municípios considerou, ainda, a importância dos mesmos na constituição da composição esportiva, para avaliar suas possibilidades e fragilidades, uma vez que, comumente, a estrutura esportiva de determinada região, está ligada a ações deste setor público. Para Bourdieu (1983), a partir das concepções e ações do poder público, é possível criar outras culturas esportivas.

Pressupomos que, ao identificar os problemas que dificultam o desenvolvimento de uma política regional de esporte e lazer num determinado campo é possível propor

caminhos que visem à participação nas atividades que envolvam o esporte e o lazer, possibilitando a troca de experiências significativas, visando à democratização e garantia de uma melhor oferta no setor.

Acreditamos que esse estudo poderá oferecer subsídios para os professores, pesquisadores e gestores públicos, bem como para todos aqueles que se interessem pelo assunto em questão, à medida que visa uma melhor compreensão acerca de algumas formas de gerenciamento das secretarias e/ou departamentos de esportes das prefeituras de alguns Municípios da região da AMERIOS, em relação às práticas de esporte e lazer, assim como alguns conceitos complexos que permeiam o planejamento desses espaços.

Nesse contexto, o presente estudo contribuirá para suscitar reflexões relevantes acerca do cotidiano dos municípios que agregam as secretarias e/ou departamentos de esporte das prefeituras da região da AMERIOS, de maneira a contribuir para o processo de formulação e implementação de políticas setoriais para o esporte e o lazer na região.

As atividades de esporte e lazer, mais do que preencher o tempo ocioso, desempenham um papel importante na vida das pessoas, sendo consideradas fundamentais para o desenvolvimento da sociabilidade e das relações interpessoais. Cabe ao Poder Público potencializar tais atividades e, ao mesmo tempo, otimizar a interface existente entre educação, saúde, esporte e lazer como elementos basilares para a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo.

Embora haja programas sociais é possível constatar nas análises realizadas por Souza, Mezzadri e Cavichioli (2006), que as intervenções nesse sentido são recentes e nem sempre possuem um aprofundamento teórico metodológico específico na área dos programas e projetos relativos às diversas dimensões do esporte desenvolvidos, sobretudo, pelas secretarias ou departamentos de esporte e lazer dos municípios.

Sob este ponto de vista, a indagação que baliza o desenvolvimento do estudo é: os programas e projetos de esporte e lazer desenvolvidos pelos Municípios de Altônia, Alto Piquiri, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Iporã, Cidade Gaúcha, Mariluz, Tapejara e Umuarama da região da AMERIOS contribuem para a democratização e garantia de acesso às práticas à população?

As políticas relativas ao esporte e o lazer precisam atingir todos os segmentos sociais, atuando em todas as camadas sociais e em todas as faixas etárias, devendo ser compatíveis com a dinâmica social e com as aspirações da população, visando à distribuição democrática de recursos existentes com prioridade dos recursos públicos para recreação e lazer, incorporando à dinâmica das cidades, as práticas corporais e esportivas como direito assegurado de afirmação cultural e de cidadania.

O objetivo geral da pesquisa, portanto, é identificar se os programas e projetos relativos ao esporte e lazer desenvolvidos pelas secretarias ou departamentos de esportes das prefeituras dos Municípios de Altônia, Alto Piquiri, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Iporã, Cidade Gaúcha, Mariluz, Tapejara e Umuarama da região da AMERIOS - Paraná contribui para a democratização e garantia de acesso à referida prática.

Mais especificamente, buscamos diagnosticar as condições de acesso à população relativa aos espaços, infraestrutura, frequência de atividades e nível de aceitação da comunidade, ofertadas pelos municípios que agregam as secretarias ou departamentos de esporte das prefeituras da região da AMERIOS em relação às diversas dimensões do esporte.

Partimos da hipótese de que os projetos desenvolvidos pelas secretarias dos Municípios que agregam a região da AMERIOS não apresentam uma política regional de desenvolvimento de esporte e lazer que contribuam para a democratização e garantia de acesso população.

Como forma de estruturação didática, primeiramente, apresenta-se a introdução com referência à contextualização da problemática, justificativa, objetivos e hipótese da pesquisa. Dando continuidade, apresentamos a metodologia proposta para a investigação, que com base nas proposições elencadas no estudo, exigiu uma metodologia de pesquisa, cuja natureza do estudo encontra respaldo em métodos apropriados para o tema de ordem social, dentre os quais se relevam a pesquisa bibliográfica e de campo. Portanto, considerando as exigências para esse tipo de investigação, ilustramos nessa parte, a caracterização da pesquisa, a população participante e os instrumentos utilizados para a coleta de dados.

O Capítulo I foi dividido em dois tópicos. O primeiro trata dos conceitos de *habitus*, campo e capital, contemplando a perspectiva da análise sociológica de

Bourdieu. Na sequência, versa sobre o esporte e o lazer na perspectiva contemporânea, com destaque nas políticas públicas para o esporte e lazer.

O Capítulo II trata das discussões relativas os projetos e ações desenvolvidas, baseados, principalmente, nas entrevistas realizadas e na análise documental. O capítulo apresenta-se estruturado em três eixos significativos, obedecendo à ordem proposta nas entrevistas e na análise documental que subsidiaram as discussões junto aos agentes que integram as secretarias dos municípios que compõem a região da AMERIOS.

Com essa perspectiva, o primeiro eixo do Capítulo II é representado pela estrutura administrativa; o segundo, pela gestão pública nos municípios; e o terceiro, é constituído pelos objetivos, funções e público alvo a serem alcançados nos projetos e eventos desenvolvidos nos municípios, na tentativa de obtermos resposta para as questões que balizam o nosso estudo.

Nas laudas que seguem buscamos ilustrar o “caminho metodológico” escolhido para dar sustentação à temática, principalmente, por considerar que o esclarecimento acerca do esboço metodológico construído é essencial para a compreensão de como a pesquisa foi desenvolvida. É por esse caminho que pretendemos se os programas e projetos relativos ao esporte e lazer desenvolvidos pelas secretarias ou departamentos de esportes das prefeituras dos Municípios investigados está contribuindo para a democratização e garantia de acesso à população.

CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O caminho metodológico da pesquisa é pertinente no sentido de nos levar a identificar se os programas e projetos relativos ao esporte e lazer desenvolvidos pelas secretarias ou departamentos de esportes das prefeituras dos Municípios de Altônia, Alto Piquiri, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Iporã, Cidade Gaúcha, Mariluz, Tapejara e Umuarama da região da AMERIOS – Paraná está contribuindo para a democratização e garantia de acesso à população.

Com base em tais proposições, optamos por uma metodologia de pesquisa cuja natureza do estudo encontra respaldo em métodos apropriados para o tema de ordem social, dentre os quais se relevam a pesquisa bibliográfica e a de campo.

Para tal, embasamo-nos em Bourdieu (1999), ao propor que a escolha do método não deve ser rígida, mas sim rigorosa, ou seja, o pesquisador não necessita seguir apenas um método com rigidez, mas qualquer método ou conjunto de métodos que forem utilizados devem ser aplicados com rigor. O autor lembra que os gramáticos convivem com os erros, assim como os metodólogos, fazendo uma relativização da função do especialista em metodologia, apontando para a necessidade de perceber que o método é construído e dado historicamente.

Por isso, na arte do fazer sociológico, Marchi Júnior (2006, p. 12) afirma que é importante valer-se de determinadas pressuposições no que se refere aos procedimentos metodológicos, propondo o ‘casamento’ em meio ao “trabalho empírico e a reflexão teórica” para a defesa da pesquisa sociológica relacionada ao esporte e lazer, como forma de propiciar indicativos na perspectiva de uma ampla, “nova e consistente cientificidade para a Educação Física” (p.41).

Assim, a classificação da pesquisa desenvolvida está embasada nas proposições de Gil (1995, p. 46) ao afirmar que “[...] embora as pesquisas geralmente apontem para objetivos específicos, estas podem ser classificadas em três grupos: estudos exploratórios, descritivos e explicativos”.

Quanto aos objetivos, o presente trabalho situa-se na categoria de pesquisa abordagem qualitativa do tipo exploratória, que segundo Gil (1995) tem como principal

finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vista à formação de problemas mais precisos e/ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores

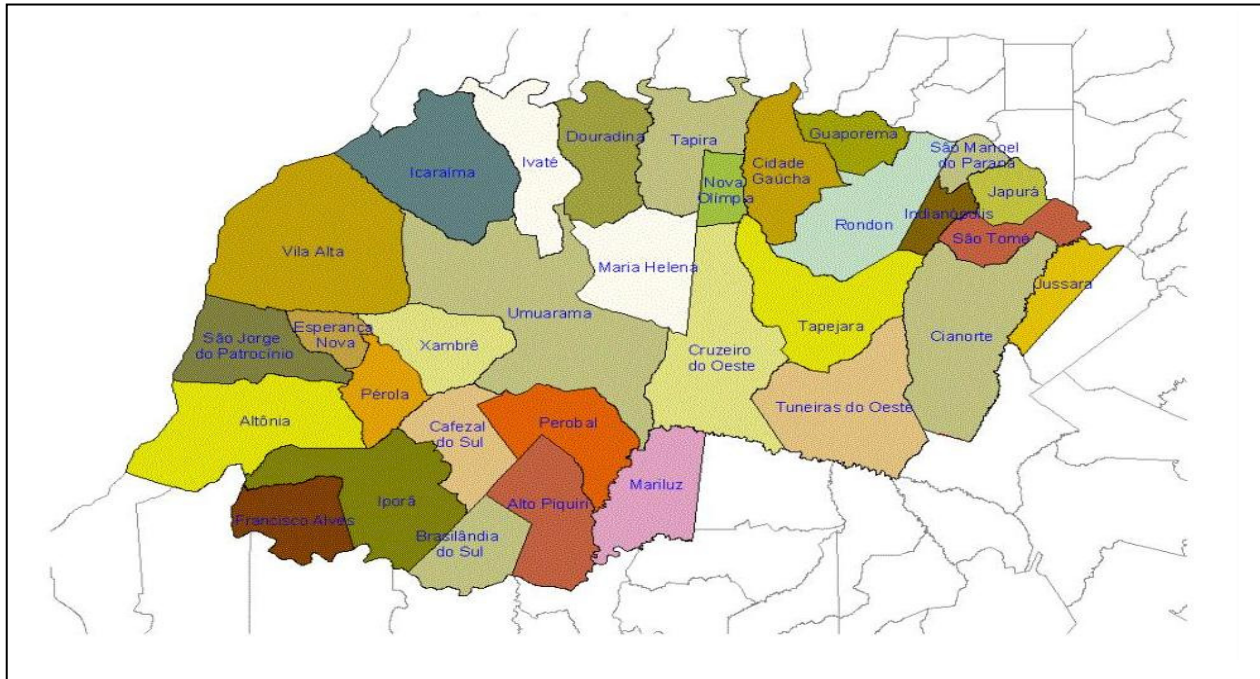
Para obter uma boa pesquisa é necessário escolher as pessoas que serão investigadas, sendo que, na medida do possível, estas pessoas sejam já conhecidas pelo pesquisador ou apresentadas a ele por outras pessoas da relação da investigada. Dessa forma, concordamos com o autor ao mencionar que quando existe certa familiaridade ou proximidade social entre o pesquisador e os pesquisados, as pessoas ficam mais à vontade e se sentem mais seguras para colaborar.

Bourdieu (1999) aconselha que, na medida do possível é importante deixar de lado momentaneamente, o capital cultural do pesquisador para que ambos (pesquisador e pesquisado) possam se entender. Caso isso não aconteça, provavelmente, o pesquisado poderá sentir-se constrangido e, assim, a relação entre ambos será dificultada. Bourdieu (1999) recomenda que o pesquisador deve atuar no sentido de diminuir a violência simbólica que é exercida por meio dele mesmo.

Com tal entendimento, o universo da pesquisa foi constituído pelos agentes responsáveis pelas secretarias ou departamentos de esportes das prefeituras da região da AMERIOS. Assim, pesquisamos 03 (três) secretários de esporte que integram as prefeituras de Altonia, Umuarama e Cianorte, todos com formação em Educação Física; 04 (quatro) atuantes em departamentos de esporte das prefeituras de Cruzeiro do Oeste, Cidade Gaúcha, Mariluz e Tapejara, também com formação em Educação Física; e 02 (dois) leigos atuantes na divisão de esportes das prefeituras de Alto Piquiri e Iporã, sendo um ex jogador de futebol amador e outro um presidente de partido que apoiou o prefeito eleito da cidade, perfazendo, assim, um total de 09 (nove) agentes visando identificar na análise das entrevistas os programas e projetos relativos às diversas dimensões do esporte e lazer desenvolvidos pelas instituições objetos de estudo, presente nos depoimentos dos agentes participantes.

A seguir em conformidade com os dados oriundos do IBGE, nomeamos os Municípios com mais de dez mil habitantes, entre os 32 municípios que compõem a AMERIOS (Figura 1) a seguir. Portanto, fazem parte do estudo 09 (nove) municípios, a saber: Altônia, Alto Piquiri, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Iporã, Cidade Gaúcha, Mariluz, Tapejara e Umuarama.

FIGURA 1 – MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A AMERIOS



Embasados na concepção de Bourdieu (1999), o pesquisador precisa ajudar o pesquisado a dar o seu depoimento, deixando-o se livrar da sua verdade. O autor avalia que a entrevista é um exercício espiritual, constituindo-se num jeito do pesquisador acolher os problemas do pesquisado como se fossem seus, olhando o outro e colocando-se no lugar do outro. Deste modo, o pesquisador deve ser severo quanto ao seu ponto de vista, considerando a maneira de pensar do outro, no caso em questão, dos entrevistados.

Na dinâmica das entrevistas, conforme proposto por Gil (1987), cabe ao entrevistador permitir que os participantes construam livremente suas respostas, mas cabendo a este reconduzir o foco da conversa para o tema da pesquisa sempre que necessário.

Durante todo o processo da pesquisa procuramos ler nas entrelinhas, ou seja, buscamos reconhecer as estruturas invisíveis que organizam o discurso dos entrevistados. Dessa forma, durante a entrevista estivemos sempre atentos para que os

pesquisados não tentassem impor uma definição de situação de forma consciente ou inconsciente⁵.

Isso exigiu a opção da entrevista como técnica de coleta de dados. Dentre os tipos de entrevistas, optamos pela técnica semiestruturada, combinando, portanto, perguntas abertas e fechadas, para facilitar a discussão do tema proposto na dissertação.

Conforme Selltiz et al (1987), esse tipo de entrevista é muito empregada quando se pretende delimitar o volume das informações, obtendo, assim, um direcionamento maior para o tema, intervindo em momentos diferenciados a fim de que os objetivos da pesquisa sejam alcançados. A técnica de entrevista semiestruturada também tem como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos.

No decorrer de toda a entrevista, o pesquisador preocupou-se com os enunciados de Bourdieu (1999) ao enfatizar que o pesquisador não pode se esquecer que cada um dos pesquisados faz parte de uma singularidade, cada um deles têm uma história de vida diferente e, portanto, uma existência singular. Portanto, buscamos estar sempre atentos durante todo o percurso da entrevista. Além disso, ao realizar o relatório da pesquisa procuramos nos esforçar ao máximo para situar o leitor de que lugar o entrevistado falava, qual o seu espaço social, sua condição social e quais os condicionamentos dos quais o pesquisado foi produto, para que ficasse claro para o leitor a tomada de posição do pesquisado.

Desse modo, a entrevista colaborou muito na investigação dos aspectos afetivo e valorativo dos informantes que determinaram significados pessoais, atitudes e comportamentos dos pesquisados. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes tiveram fizeram emergir questões inesperadas ao entrevistador que foram de grande utilidade para a pesquisa.

⁵ O inconsciente é a história – a história coletiva que produziu nossas categorias de pensamento, e a história individual por meio da qual elas nos foram inculcadas: por exemplo, é a história social das instituições de ensino a mais banal e a mais ausente da história das idéias, tanto das filosóficas quanto das demais e a história de nossas relações (esquecida ou recalçada) com estas instituições que podem nos oferecer algumas verdadeiras revelações sobre as estruturas objetivas e subjetivas (classificações, hierarquias, problemáticas, etc.) que, a despeito de nossa vontade, sempre orientam nosso pensamento. (BOURDIEU, 2003, p. 19).

A entrevista (Apêndice A) exigiu do pesquisador a elaboração de um conjunto de questões previamente definidas, que foi realizada num contexto muito semelhante ao de uma conversa informal e foi organizada em três eixos norteadores, a saber: Estrutura Administrativa, Gestão Pública dos Municípios, objetivos, funções e público alvo a serem alcançados em projetos e eventos a serem desenvolvidos no município, visando identificar a oferta de programas e projetos de esporte e lazer nas prefeituras da região da AMERIOS – Paraná.

Para tal, a parte correspondente à estrutura administrativa contou com quatro questões relativas à organização da estrutura administrativa, divisões descentralizadas e o total de profissionais envolvidos com a estrutura.

Para tratarmos das questões relativas à gestão pública dos municípios elaboramos sete questões acerca da existência do Conselho Municipal do Esporte, Plano de Governo norteador da secretaria, divisão ou departamento, envolvimento da sociedade civil organizada na elaboração do plano de governo, envolvimento da comunidade na elaboração das atividades de esporte e lazer, tipo de financiamento para o esporte e lazer, tipo de parceria para o desenvolvimento do esporte e lazer no município e a existência de leis de incentivo ao esporte e lazer do município.

Quanto ao eixo relativo aos objetivos, funções e público alvo a serem alcançados em projetos e eventos desenvolvidos no município elencamos 16 (dezesesseis) questões envolvendo os projetos de esporte em andamento e/ou desenvolvimento no município, para sabermos se há projetos específicos de práticas esportivas e a natureza dos mesmos, projetos específicos de práticas urbanas (radicais), existência de projetos para pessoas com necessidades especiais ou terceira idade, número de pessoas atendidas no conjunto dos projetos desenvolvidos no Município, eventos de esporte e lazer existentes no município e número de pessoas atendidas nesses eventos, participação nos jogos oficiais do Estado, relação do município com o Centro Regional da Paraná Esportes, existência de uma política para alocação de recursos financeiros e humanos da gerência, prioridades para utilização destes recursos, existência de uma política para utilização dos espaços e equipamentos de esporte e lazer e suas prioridades, valor de investimento em infraestrutura para o esporte nos últimos quatro anos e qual a origem

deste Investimento, Federal, Estadual ou Municipal e a realização de conferência municipal sobre esportes.

As entrevistas visaram o conhecimento acerca de três dimensões: estrutura administrativa, gestão pública municipal, projetos e eventos e espaços disponíveis. Na dimensão da estrutura administrativa buscamos identificar a forma de organização do gerenciamento desportivo (secretaria, departamento, fundação) conforme organograma da administração municipal. Também, consultamos a forma de organização interna do setor responsável pelo desenvolvimento do esporte e lazer no município. A descrição dos recursos humanos envolvidos no setor completou o diagnóstico desta dimensão.

Quanto à transcrição dos discursos, buscamos apoio nas explicações de Bourdieu (1999) que ilustra algumas sugestões referentes à transcrição da entrevista que é a parte integrante da metodologia do trabalho de pesquisa. O autor entende que uma transcrição de entrevista não implica apenas em passar para o papel o discurso do informante, pois cabe ao pesquisador apresentar os silêncios, os gestos, os risos, a entonação de voz do informante durante a entrevista. Esses “sentimentos” são muito importantes na hora da análise, pois mostram muita coisa do informante.

Portanto, ao transcrever as falas dos entrevistados, consideramos a necessidade e o dever de sermos fiéis a tudo o que os pesquisados falaram e sentiram durante a entrevista. Atentamos, também, para a menção que Bourdieu (1999) faz ao alertar o pesquisador para aliviar o texto de certas frases confusas de redundâncias verbais ou tiques de linguagem (né, bom, pois é, etc). Este autor também considera como um dever do pesquisador tomar o cuidado de nunca trocar uma palavra por outra, nem mesmo mudar a ordem das perguntas. Portanto, consideramos ideal que o próprio pesquisador fizesse a transcrição das entrevistas. Para o autor, é de interesse do pesquisador em produzir discurso verdadeiro, em revelar o que está censurado, escondido no mundo social. Para o autor, se o pesquisador produz pouca verdade é porque tem interesse em produzir esta verdade.

Para complementarmos a pesquisa e o cruzamento dos dados utilizamos a pesquisa documental que foi realizada junto às ações e programas de esporte e lazer desenvolvidos nos municípios, com base nas fontes legais, constituídas ou não pela legislação dos municípios referente ao esporte e lazer, a saber: leis Orgânicas dos

Municípios, Pesquisas de Informações Básicas dos Municipais (2009, 2010), Informações contidas no Conselho Municipal de Esporte e Plano Diretor, assim como em relatórios de atividades e material institucional obtidos junto às secretarias, divisões e/ou departamentos das prefeituras.

Para tal procedimento, embasamo-nos na proposta de Lüdke (1986, p. 38), ao mencionar que “[...] a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Com a intenção de discutir algumas questões centrais das ciências sociais relacionadas ao conhecimento da realidade social e o alcance que esta desempenha sobre o pesquisador, motivo de controvérsias entre diferenciadas correntes, Bourdieu (1986, p. 86) evidencia que a teoria do conhecimento e a teoria política são inseparáveis, ressaltando que toda teoria abarca “[...] de forma implícita ao menos, uma teoria da percepção do mundo social e estas teorias da percepção do mundo social se organizam segundo as oposições muito análogas aquelas existentes no mundo natural”.

Consideramos que toda forma de conhecimento está ligada a uma dada percepção e posicionamento diante da realidade social. Assim sendo, pretendemos compreender a percepção dos agentes em relação ao seu campo de atuação no conjunto dos seus discursos.

Considerando que toda pesquisa exige uma fundamentação consistente e atrelada à problemática suscitada, recorreremos aos subsídios teóricos da análise sociológica de Bourdieu, atentando, sobretudo, para os conceitos bourdianos de campo, poder simbólico e formas de capital, bem como o entendimento das leis de funcionamento específicas do campo político, além do processo de formação e consolidação dos Estados modernos e da democracia, conceitos estes apresentados no Capítulo a seguir.

CAPÍTULO 1

SUBSÍDIOS TEÓRICOS DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA

Cientes da interdependência entre os diferentes campos de conhecimento, para a discussão da temática proposta para fundamentar a pesquisa, buscamos embasamento nas contribuições do sociólogo Pierre Bourdieu, uma vez que a sua teoria tem sido utilizada em diferentes domínios do conhecimento, apresentando possibilidades interpretativas significativas para a leitura e análise da prática esporte/lazer. As ideias de Bourdieu empregadas em diferentes domínios do conhecimento oferecem subsídios interpretativos bastante úteis para uma leitura e releitura acerca do esporte e lazer na contemporaneidade.

A vasta utilização dos registros do autor no meio acadêmico leva à compreensão da relevância do modelo teórico/metodológico proposto e da necessidade sempre presente de discussões mais aprofundadas sobre o seu pensamento.

O foco do trabalho de Bourdieu está embasado nas discussões acerca do arrolamento de forças e processos que impregnam as sociedades contemporâneas, ou seja, na interposição entre o agente social e a sociedade, dando a ideia de que nem o indivíduo nem a estrutura social, quando tomadas isoladamente são suficientes para explicar a sociedade e os fenômenos que nela ocorrem. A teoria sociológica do autor é composta de estudos e temas estudados em grandes detalhes e com muita profundidade.

É de Marchi Júnior (2006), a seguinte afirmação:

[...] o fazer 'sociológico' é uma arte. A arte de trabalhar os conceitos da realidade. Quando temos em nossas mãos as perguntas, as dúvidas ou os problemas do nosso cotidiano profissional, na verdade temos em nossas mãos a 'pedra bruta', a matéria prima para o processo de análise da realidade (MARCHI JÚNIOR, 2006, p. 31).

Com essa compreensão, os enunciados teóricos da análise sociológica de Bourdieu subsidiam a discussão do trabalho proposto, por considerar que toda a problemática teórica do sociólogo está fundamentada no cerne de três questões

basilares, que permeiam a sua construção: o conhecimento praxiológico, o conceito de *habitus* e de campo. A própria analogia presente na definição de "campo" e de mercado suscitada pelo autor faz pensar na suposição do ajustamento dessa concepção para o esporte e o lazer que, na atualidade, encontra-se atrelado à lógica do mercado⁶.

Portanto, antes de trilhar o caminho das indagações referentes à temática proposta, optamos por refletir sobre alguns conceitos da teoria sociológica de Bourdieu para que, no transcorrer das discussões, possa haver uma base comum de interpretação. A nosso ver, a compreensão compartilhada da teoria sociológica é uma referência capaz de possibilitar posicionamentos ancorados em critérios conceituais significativos para dar respostas aos questionamentos propostos nesse trabalho.

Para o entendimento do esporte e lazer, a linha de estudos e pesquisa de Bourdieu ilustra alguns conceitos-chaves, os quais auxiliarão em muito a compreensão de seus resultados de pesquisa: o *habitus*, o campo e o capital, contemplados a seguir.

1.1 O *HABITUS*, O CAMPO E O CAPITAL

O *habitus* é um amplo organizador de hábitos, dando sentido às ações quando humanas em sociedade. Conforme Bourdieu (1983), o *habitus* é entendido como uma matriz causadora de comportamentos, visões de mundo e sistemas de classificação da realidade que se alia aos indivíduos, (ao mesmo tempo em que se desenvolve nestes), seja no nível das práticas, seja no nível da postura corporal (*hexis*) destes mesmos indivíduos.

Nesse sentido, o *habitus* é apreendido e gerado na sociedade e incorporado nos indivíduos. O conceito de *habitus* que o autor desenvolve ao longo da sua obra diz respeito a uma matriz, motivada por uma posição social de um indivíduo que lhe consente pensar, ver e agir nas mais diferentes culturas. Assim, o *habitus* exprime

⁶ Na perspectiva do estilo de vida e, por que não dizer, do *habitus*, cabe discutir as variações dos significados e das funções sociais que classes diferentes dão ao esporte. Práticas diferentes, em cada classe, possuem variações da percepção e da apreciação dos lucros (imediatos e futuros) proporcionados. Essas variações devem-se não apenas às variações dos fatores que tornam possível ou impossível assumir seus custos econômicos e culturais. Cria-se, nessa ótica, um conjunto de propriedades dos esportes populares ou, dito de outra forma, um conjunto de valores que não são adequados as práticas distintivas: "exaltação da competição e das virtudes exigidas, força, resistência, disposição à violência, espírito de 'sacrifício', de docilidade e de submissão, antítese perfeita da 'distância em relação ao papel. que os papéis burgueses implicam, etc.'" (BOURDIEU, 1983, p. 150).

estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos, constituindo-se, assim, num meio de ação que admite instituir ou desenvolver estratégias individuais e/ou coletivas (BOURDIEU, 1982)

A cultura não apenas consiste num código comum que serve de respostas a dificuldades comuns de uma ou de um grupo de pessoas que têm esquemas de pensamentos privados e particularizados, haja vista que esta é entendida por Bourdieu (1982, p. 349), como um conjunto de esquemas fundamentais, “[...] precisamente assimilados, a partir dos quais se engendram segundo uma arte da invenção semelhante à da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares”. Entretanto, teoria do *habitus*, logo depois sistematizada pelo autor parece ter atribuído um sentido mais conciso ao conceito.

Os estudos de Bourdieu (1983b) revelam que o conceito de *habitus* advém, principalmente, em razão da necessidade sem caráter científico de apreender as relações de semelhança entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais.

Inferimos que a compreensão que o autor supracitado tem de *habitus* está relacionada a um sistema de arranjos constantes que, ao agregar todas as experiências do passado, funciona a cada momento como uma fonte de aprendizagem, apreciações e ações, tornando possíveis a realização de tarefas muito individualizadas, em razão das transferências analógicas de esquemas, porquanto:

O *habitus*, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidos para esse fim. Há toda uma reeducação a ser feita para escapar à alternativa entre finalismo ingênuo [...] e a explicação do tipo mecanicista (que tornaria esta transformação por um efeito direto e simples de determinações sociais). Quando basta deixar o *habitus* funcionar para obedecer à necessidade imanente do campo, e satisfazer às exigências inscritas (o que em todo campo constitui a própria definição de excelência, sem que as pessoas tenham absolutamente consciência de estarem se sacrificando por um dever e menos ainda o de procurarem à maximização do lucro específico). Eles têm assim, o lucro suplementar de se verem e serem vistos como perfeitamente desinteressados (BOURDIEU, 1983, p. 94).

O *habitus* constitui-se em uma disposição à determinada prática de grupo ou classe. É, portanto, decorrente da interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou de grupo sociais que suscitam estratégias, respostas ou proposições objetivas ou subjetivas para a resolução de problemas postos de reprodução social.

Na visão de Ortiz (1983), o conceito de *habitus* sugere a identificação da mediação entre o sujeito e a sociedade como uma das demandas principais da produção teórica de Bourdieu. Nesse entendimento, a construção da teoria do *habitus* obedece a uma maturação teórica que se expressa, especialmente, na combinação de duas leituras do social, até o momento entendidas como contrárias.

O mundo social, para Bourdieu (1983b) é entendido como objeto de três modos de conhecimento teórico.

[...] o fenomenológico que compreende a verdade da experiência primeira do mundo social, isto é, a relação de familiaridade com o meio familiar, apreensão do mundo social como mundo natural e evidente, sobre o qual, por definição, não se pensa, e que exclui a questão de suas próprias condições de possibilidade. O conhecimento que podemos chamar de objetivista (de que a hermenêutica estruturalista é um caso particular) (que) constrói relações objetivas (isto é, econômicas e lingüísticas), que estruturam as práticas e as representações práticas ao preço de uma ruptura com esse conhecimento primeiro e, portanto, com os pressupostos tacitamente assumidos que conferem ao mundo social seu caráter de evidência e natural [...] Enfim, o conhecimento que podemos chamar de praxiológico (que) tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade. (BOURDIEU, 1983b, p. 46-47).

Nesse sentido, o *habitus* advém com uma conceituação que implica em uma conciliação entre a oposição manifesta entre a realidade exterior e as realidades subjetivas, portanto, individuais de cada sujeito, apropriado para expressar o diálogo, a permuta contínua e mútua entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das singularidades pessoais⁷. Vale dizer que esta maneira de compreender o significado do *habitus* leva a proceder a uma análise relacional que destaca o caráter de

⁷ Vale dizer que esta maneira de compreender o significado do *habitus* leva a proceder a uma análise relacional que destaca o caráter de interdependência.

interdependência entre o sujeito com a sua individualidade e o espaço social que este ocupa.

Podemos entender o *habitus*, então, como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituídos de disposições socialmente estruturadas e estruturantes na individualidade de cada pessoa, contraído nas e pelas experiências práticas, portanto, em condições sociais particulares de existência, de maneira contínua e orientada para funções e ações do agir habitual.

Embasado, pois como um princípio de autonomia real em relação às determinações imediatas da “situação”, o *habitus*:

[...] não é por isto uma espécie de essência a-histórica, cuja existência seria o seu desenvolvimento, enfim destino definido uma vez por todas. Os ajustamentos que são incessantemente impostos pelas necessidades de adaptação às situações novas e imprevistas podem determinar transformações duráveis do *habitus*, mas dentro de certos limites: entre outras razões porque o *habitus* define a percepção da situação que o de termina (BOURDIEU, 1983a, p. 106).

Com base nisso, o *habitus* pode ser entendido como um acervo de disposições incorporadas, e que são colocadas em prática a partir de estímulos conjunturais de um campo, predispondo, assim, a um sistema que conduz à reflexão e a certa consciência das práticas, à medida que um feixe de condições históricas permita.

De maneira particular, o conceito de *habitus* parece romper com as interpretações deterministas e lineares das práticas, recuperando a noção de sujeito ativo do processo de conhecimento, entendendo-os como sujeitos produtos de suas histórias no campo social e portadores de experiências acumuladas no curso de uma trajetória individual. Os *habitus* individuais são constituídos em condições sociais específicas entendidos como produto da socialização entre os homens, em razão de diferenciados sistemas de disposições decorrentes de condicionamentos e trajetórias singulares, em espaços e culturas distintas, nos quais interagem os familiares, o contexto escolar, o profissional, os grupos de amigos e/ou mesmo a cultura de massa.

Assim, as experiências se agregam na unidade de uma história sistemática que, na visão de Bourdieu (1983b):

[...] se organiza a partir da situação originária de classe, experimentada num tipo determinado de estrutura familiar. Desde que a história do indivíduo nunca é mais do que uma certa especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe, podemos ver nos sistemas de disposições individuais variantes estruturais do *habitus* de grupo ou de classe. O estilo pessoal, isto é, essa marca particular que carregam todos os produtos de um mesmo *habitus*, práticas ou obras, não é senão um desvio, ele próprio regulado e às vezes mesmo codificado, em relação ao estilo próprio a uma época ou a uma classe (BOURDIEU, 1983b, p. 80-81).

As ações práticas transcendem ao presente imediato estando atrelada de forma ativa a uma mobilização prática de um passado (trajetória) e de um futuro inscrito no presente como estado de potencialidade objetiva (BOURDIEU, 1983a). Isto posto, a definição de *habitus* não se expressa pela ordem social que funciona pela lógica legítima da reprodução e conservação; ao oposto, a ordem social se revela através de estratégias e de práticas dentre as quais e por meio das quais os agentes se adaptam, agindo e reagindo de maneira ativa para a construção da história.

O *habitus* não é destino e, como produto da história do sujeito, “[...] é um sistema de disposição aberto, que é incessantemente confrontado por experiências novas e, assim, incessantemente afetado por elas” (BOURDIEU, 1992, p. 108).

Por sua vez, um *habitus* integra o campo⁸, pois na visão de Bourdieu (2001), o campo incide no espaço em que ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais. Para o autor, tal espaço é sempre ativo e com uma dinâmica que satisfaz a leis próprias, animada cotidianamente pelas disputas advindas em seu interior, e cujo móvel é o interesse constante do indivíduo em ser bem-sucedido nas relações estabelecidas entre os seus componentes (seja no nível dos agentes, seja no nível das estruturas).

Bourdieu (1992) considera que as ações dos agentes sociais é produto de um embate entre um *habitus* e um campo (conjuntura). Destarte, as estratégias⁹ passam a existir como ações práticas lideradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica vivenciada pelos agentes. Tais práticas são inconscientes, ajustando-se a um

⁸ O conceito de campo faz parte do corpo teórico da obra de Bourdieu, constituindo-se em uma noção que traduz a concepção social do autor. Campo seria um espaço de relações entre grupos com distintos posicionamentos sociais, espaço de disputa e jogo de poder. Conforme Bourdieu, a sociedade é composta por vários campos, vários espaços dotados de relativa autonomia, mas regidos por regras próprias.

⁹ A noção de estratégia visa apreender as práticas inconscientes (no sentido de naturais e evidentes) como produtos dos *habitus* ajustados a uma determinada demanda sócia (BOURDIEU, 1990).

sentido prático em conformidade com as necessidades e/ou interesses impostos por uma determinada sociedade.

Todo campo, enquanto produto da história gera interesse, ente entendido como condição para o seu funcionamento. As noções de interesse e estratégia são relevantes na visão de Bourdieu (1990), pois tais noções (interesse e estratégia) funcionam como uma motivação intrínseca a todo sujeito dotado de um *habitus* e em determinado campo, porquanto a existência de:

[...] um campo especializado e relativamente autônomo é correlativa à existência de alvos que estão em jogo e de interesses específicos: através dos investimentos indissolivelmente econômicos e psicológicos que eles suscitam entre os agentes dotados de um determinado *habitus*, o campo e aquilo que está em jogo nele produzem investimentos de tempo, de dinheiro, de trabalho etc (BOURDIEU, 1990, p. 126).

A relação de interdependência entre a apreciação do conceito de *habitus* e campo é necessária à compreensão da teoria elencada por (BOURDIEU, 1992), ou seja, a teoria praxiológica¹⁰, que ao abandonar os determinantes práticos, supõe uma relação dialógica entre o indivíduo sujeito e o social, uma relação a par com o *habitus* individual e a estrutura de um campo, socialmente determinado.

Nessa perspectiva, depreende-se que as ações, os comportamentos, as escolhas e/ou aspirações individualizadas não procedem de estimativas ou planejamentos prévios, constituindo-se, acima de tudo, em produtos de uma relação entre um *habitus* e as pressões e incitações de uma dada conjuntura.

O conceito de campo é complementar ao de *habitus*, uma vez que no entendimento de Bourdieu (2001), o campo é o espaço em que ocorrem as relações entre os sujeitos, grupos e estruturas sociais, espaço este sempre ativo e com uma dinâmica própria, acalorada pelas disputas contínuas que ocorrem em seu interior, e cuja instabilidade é invariavelmente o interesse dos sujeitos em serem bem-sucedidos nas relações estabelecidas entre os seus componentes (seja no nível dos agentes, seja no nível das estruturas).

¹⁰ Com base na definição de *habitus* como sistema de disposições ligado a uma trajetória social, a teoria praxiológica pretende apreender a historicidade e a plasticidade das ações (DUBAR, 2000).

Apoiado em Bourdieu (1983) podemos entender o campo como um espaço social de disputas¹¹ por um determinado poder específico, entre estruturas e agentes e entre estes dentre si, produtores e/ou consumidores, com similares interesses, disposições e *habitus*, respeitando regras específicas que norteiam as ações de cada indivíduo.

Bourdieu (1990) faz uma exceção ao referir que o ajustamento¹² imediato entre *habitus* e campo é somente uma maneira possível de ajustamento, embora seja a mais frequente. O autor aponta que há diferentes formas de ajustamento e/ou desajustamento entre as estruturas objetivas e subjetivas. O *habitus* não pode ser explicado apenas como sinônimo de uma memória consistente, sedimentada e inalterada, constituindo-se, portanto, num sistema de arranjo edificado ininterruptamente, acessível e invariavelmente sujeito sempre à incorporação de novos conhecimentos.

Na perspectiva enunciada pelo autor, os campos têm suas próprias regras, princípios e hierarquias, sendo definidos a partir dos conflitos e tensões no que se refere à sua própria delimitação e constituídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros. O juízo do pensamento relacional consente rejeitar a ideia de um indivíduo separado do gênio particular e, assim como da ideia de uma universalidade das categorias que, prontamente, é utilizada para pensar, discutir e caracterizar as obras intelectuais ou estéticas.

Para Chartier e Lopes (2002), o conceito de campo é precisamente o conceito introdutório em meio às determinações socioeconômicas, definindo de maneira mais tradicional da sociologia, da história social e a produção simbólica de ideias ou de obras.

O entendimento de Bourdieu (1990, p.28), a respeito da sociologia é que esta “[...] liberta libertando da ilusão de liberdade”. O autor preocupa-se em revelar fatos e

¹¹ Salientamos que cada campo tem um tipo diferente de luta pelo poder neste mesmo campo, por exemplo, no Campo do Esporte as lutas pelos atletas para se afirmarem não é o mesmo tipo de luta que o professor deve realizar para se afirmar no campo acadêmico, pois tais lutas seguem regras diferentes devido ao fato de serem campos diferentes.

¹² A não coerência e/ou não ajustamento das práticas em uma configuração histórica específica está presente desde os primeiros textos que trata da teoria do *habitus*, como na situação relatada entre os argelinos na década de 1960. No entanto, em situações em que as dimensões do nacionalismo, etnicidade e/ou gênero são estimuladas por conflitos diversos, é possível também uma reorganização das percepções e novas tomadas de posição pelos agentes (BOURDIEU, 1963).

relações nem sempre explícitas, fazendo emergir questões onde se aparenta naturalidade. Seu objeto envolve lutas, relações de poder, aspectos pouco revelados da realidade social que muitos não desejam verem elucidados. Por sua natureza de tratar especificamente dos problemas adversos presentes em um determinado campo, a sociologia é instigante e conflitual.

Por isso, Bourdieu (1983) evidencia que em cada campo há princípios de organização que são próprios deste campo.

A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico (BOURDIEU, 1983, p. 90).

Deste modo, para uma melhor compreensão da teoria dos campos, é importante fazer menção à noção de “capital”, proposta por Bourdieu (1983), além da tentativa de definição de cada capital específico¹³, utilizados pelo autor. Parte-se do pressuposto de que, a constituição de um campo depende da capacidade de acumulação de capitais dos seus agentes.

Um capital pode ser conceituado como a capacidade de acumular conhecimentos, bens materiais e/ou simbólicos específicos para cada campo social (ou segmento relacional, ou mesmo profissional) que cada pessoa obtém durante toda a sua existência. Os capitais de maior influência nas obras citadas pelo autor são: social, cultural, econômico e simbólico, enfatizando que cada campo é regulamentado por capitais específicos.

Nas palavras de Bourdieu (1983, p. 90) “falar de capital específico é dizer que o capital vale em relação a um determinado campo, portanto dentro dos limites deste campo, e que ele só é convertível em outras espécies de capital sob certas condições”.

¹³ A terminologia capital específico expressa a idéia de que um capital determinado é o fundamento de dominação ou autoridade específica de um campo e que, o mesmo, tem valimento em um determinado campo, ou seja, dentro dos limites internos desse campo. A sua conversão para um capital de outra espécie é feita sobre certas condições (BOURDIEU, 1983).

Ao comentar sobre o capital social Bourdieu (2001) ilustra três aspectos, a saber: os elementos constitutivos; os benefícios obtidos pelos indivíduos através da participação dos mesmos em grupos ou redes sociais e as formas de reprodução deste tipo de capital. Os dois elementos que compõem o capital social são constituídos pelas redes de relações sociais, permitindo aos indivíduos o acesso aos recursos dos membros do grupo ou da rede, e a quantidade e a qualidade de recursos do grupo.

No que tange ao capital social Bourdieu (2001, p.67), o conceitua como “[...] a agregação de recursos atuais ou potenciais que têm ligação estreita com uma rede durável de relações institucionalizadas de reconhecimento e de inter-reconhecimento mútuo”. Para o autor, as relações constituídas em meio aos indivíduos que pertencem a um determinado grupo, não ocorrem somente mediante o compartilhamento de relações objetivas ou do mesmo espaço econômico e social, mas se fundem, também, nas trocas materiais e simbólicos, cujo estabelecimento e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade. Assim, são as redes sociais, como família, clube, escola, entre outros, que oferece ao indivíduo o sentimento de que o mesmo pertence a um determinado grupo.

Em relação ao segundo elemento, Bourdieu (2001) evidencia que este diz respeito à quantidade e à qualidade de recursos do grupo. O autor ressalta que o volume de capital social de um agente individual está atrelado tanto da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente movimentar, como do volume das várias formas de capital, sendo este econômico, cultural ou simbólico, uma vez que este é propriedade exclusiva de cada agente a quem o indivíduo está ligado.

Marchi Júnior (2001, p. 39) comenta que a noção de capital social transcende o conjunto das propriedades subjetivas dos agentes. “Ele (o capital social) relaciona-se com as relações efetivadas em um determinado segmento da sociedade, sendo nitidamente observável quando as diferenças deste capital manifestam-se em condições de rendimentos desiguais”.

Bourdieu (2001) ilustra que o capital social tende a se transformar em capital econômico ou mesmo em capital cultural. O termo capital cultural foi empregado por Bourdieu (1983), que o entende como um processo inicial de acumulação do capital cultural que se inicia de forma inconsciente desde a origem, sem atraso, sem perda de

tempo, pelos membros das famílias que possuem capital cultural. Assim, nestas famílias, o tempo de acumulação abarca praticamente todo o processo de socialização. O capital cultural tem a ver com aquilo que é apreendido no nível da cultura pelo indivíduo e que vai fazer com que este aprendizado possa gerar lucros em termos de sucesso na sociedade (especialmente na escola). O Capital Cultural é em boa parte herdado na primeira socialização familiar, o que explicaria, por exemplo, porque alguns indivíduos conseguem mesmo nos primeiros anos de escola um desempenho superior ao de outras sem terem, no entanto, nenhum problema psicológico.

Por capital econômico, Bourdieu (2004) elucida os bens materiais adquiridos ou a capacidade pecuniária que uma pessoa tem no sentido de adquirir algo material. Para o autor, o capital econômico é percebido tanto no que diz respeito à renda e riqueza material, como também em termos dos bens e serviços a que ele dá acesso. O autor considera o capital econômico como um dos fatores relativos ao âmbito familiar que exerce influência no desenvolvimento do indivíduo.

Já o capital simbólico usualmente denominado por prestígio, reputação ou fama é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. Para o autor, os detentores de capital simbólico são dotados de poder simbólico, um tipo de poder natural, que atribui aos seus possuidores a legitimidade pela enunciação legítima da palavra (BOURDIEU, 1998).

Vale complementar que quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como o campo de uma competição pela legitimidade cultural, tanto mais a produção pode e deve orientar-se para a busca das distinções culturalmente pertinentes em um determinado estágio de um dado campo, ou seja, busca dos temas, técnicas e estilos que são dotados de valor na economia específica do campo, por serem capazes de fazer existir culturalmente os grupos que os produzem, vale dizer, de conferir-lhes um valor propriamente cultural atribuindo-lhes marcas de distinção (uma especialidade, uma maneira, um estilo) reconhecidas pelo campo como culturalmente pertinentes e, assim passíveis de serem percebidas e reconhecidas enquanto tais, em função das taxinomias culturais disponíveis em um determinado estágio de um dado campo (BOURDIEU, 2009).

Nessa perspectiva, é a própria lei do campo que envolve os intelectuais e os artistas na dialogia da distinção cultural, muitas vezes confundida com a procura a qualquer preço de qualquer diferença capaz de livrar do anonimato e da insignificância. Esta mesma lei que impõe a busca da distinção, impõe também os limites no interior dos quais tal busca pode exercer legitimamente sua ação¹⁴.

Bourdieu (2009) cita como exemplo, no âmbito da arte, os princípios estilísticos e técnicos são os mais propensos a se tornarem o objeto privilegiado das tomadas de posição e das oposições entre os produtores (ou seus intérpretes). Além de manifestar a ruptura com as demandas externas e a vontade de excluir os artistas suspeitos de se curvarem a tais demandas, a afirmação do primado da forma sobre a função, do modo de representação sobre o objeto da representação.

Isso faz pensar na expressão mais específica da reivindicação da autonomia do campo e de sua pretensão a deter e a impor os princípios de uma legitimidade propriamente cultural, tanto no espaço da produção como no âmbito da recepção da obra de arte. Logo, o capital simbólico parece determinar a distinção social entre os sujeitos envolvidos indicando as posições de cada agente e instituição no interior das suas contendas. O poder simbólico é decisivo para a conservação das posições e das relações entre os agentes. Para Bourdieu (2004b), dentro de um campo o poder se revela por toda a parte, porquanto:

[...] como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de <círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma> – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos os mesmos que o exercem (BOURDIEU, 2004b, p.7-8).

¹⁴ Bourdieu (2009) lembra a brutalidade com que uma comunidade intelectual ou artística fortemente integrada condena qualquer recurso tecnicamente montado com procedimentos de distinção não reconhecidos - e assim imediatamente desvalorizados como meros artifícios comprova (o mesmo ocorre com a atitude suspeitosa em relação às intenções dos grupos mais revolucionários) o fato de que a comunidade intelectual e artística só consegue afirmar a autonomia da ordem propriamente cultural quando controla a dialética da distinção cultural, sempre ameaçada de degradar-se em busca anômica da diferença a qualquer preço. Em vista destes fatores, os princípios de diferenciação mais apropriados para serem reconhecidos como pertinentes na esfera cultural ou seja, a serem legitimados por um campo que tende a rejeitar toda e qualquer definição externa de sua função —, são aqueles que exprimem de modo mais acabado a especificidade da prática intelectual ou artística, ou melhor, de um tipo determinado desta prática.

É a esse poder invisível que o autor supracitado se refere, evidenciando, pois a necessidade de os agentes deixarem mais concreto os determinantes ocultos de dominação, que afiançam a manutenção das posições no interior do campo.

Outra definição de Bourdieu (2004, p. 166) referente ao capital simbólico é percebida como “um crédito, ou seja, o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o conhecimento”. Vale dizer que os indivíduos são nomeados em função da posse ou do *déficit* de capital simbólico, dissimulando as relações de força materiais.

Como apontamento de seus traços mais essenciais, é importante mencionar a substancial definição de campo, que Bourdieu (1983, p. 89) expõe da seguinte forma:

[...] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes [...]. Há leis gerais dos campos: campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião possuem leis de funcionamento invariantes (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Do exposto, reiteramos que um campo é um espaço social onde os partícipes se reúnem em relações mútuas no decurso de suas atividades. Segundo o autor supracitado, os campos muito distintos entre si – como o da política, o da religião, por exemplo, oferecem propriedades comuns que admitem a possibilidade de comentar em leis características destes campos.

Dentro do campo, o poder simbólico garante que a produção fique a cargo dos agentes politicamente ativos, os quais proporcionam alternativas de políticas e ações públicas direcionadas aos interesses que os mesmos entendam como prioritários. Por conseguinte, o campo político é considerado por Bourdieu (2004a) como:

[...] o lugar em que se gera, na concorrência entre os agentes que nele se acha envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 2004a, p. 164).

É a estrutura do campo político que, subjetivamente indissociável da relação direta e sempre proclamada com os mandatários determina as tomadas de posição, por

intermédio dos constrangimentos e dos interesses associados a uma posição determinada nesse campo.

De maneira concreta, a produção de tomadas de posição depende do sistema das tomadas de posição propostas em concorrência pelo conjunto dos partidos antagonistas, quer dizer, da política como campo de possibilidades estratégicas objetivamente oferecidas à escolha dos agentes em forma de posições efetivamente ocupadas e das tomadas de posição efetivamente propostas no campo. Os partidos, como as tendências no cerne dos partidos, só completam uma existência relacional e séria ao tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e acreditam os seus concorrentes no seio do mesmo campo (BOURDIEU, 2010).

Assim, quanto ao ganho cognitivo que a teoria dos campos oferece, este pode ser entendido como uma tentativa de mostrar que, no lugar onde se pensava a presença de indivíduo livre, capaz de agir conforme a sua vontade mais imediata, observa-se um espaço de forças estruturado que acomoda e monopoliza a capacidade de ação e de decisão de quem dele participa, fazendo com que as opções oferecidas pelos agentes eleitos para a representação política¹⁵ não estejam em consonância com os anseios daqueles que os elegeram.

Isso alude a uma estrutura de distanciamento a tal ponto consolidada que:

[...] há uma naturalização também desse descompasso entre oferta e demanda dentro do campo político. Monopólio de produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados a fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e a delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos (BOURDIEU, 2004a, p. 166).

Por conseguinte, no interior do campo são estabelecidas regras de maneira explícita ou implícita que garantem a reprodução de procedimentos e posições, afastando o cidadão comum, ou não iniciado na política. Segundo o entendimento de Starepravo e Mezzadri (2007):

¹⁵ O mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem (BOURDIEU, 2004a).

Pela inacessibilidade aos mecanismos de produção no campo político, a maioria dos agentes acaba ficando à margem do processo de decisão política, tendo que se contentar com o que lhe são disponibilizados pelas unidades produtoras. Isso faz com que o campo político se apresente enquanto um dos espaços sociais mais restritivos e inacessíveis à entrada de novos agentes. As posições são conservadas e a produção concentrada, fazendo com que o interesse da sociedade seja reduzido e interpretado a partir dos interesses dos mandatários (STAREPRAVO; MEZZADRI, 2007, p. 06).

A fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de mandatários, na visão de Bourdieu (2010) é determinada em razão da realização entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade que expressam desses interesses de acordo com a sua posição nas relações de produção cultural.

A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece num dado momento. Neste caso, como em outros, a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objetiva, à manifestação pública num discurso ou num ato público, constitui, por si só, um ato de instituição, representando, assim, uma forma de oficialização e de legitimação.

Esta compreensão dos capitais se deve ao fato de que estes, de maneira geral, correspondem a um conjunto de referências adquiridas e necessárias, para que o indivíduo esteja inserido e/ou entenda o “jogo” social. A capacidade de acumulação¹⁶ de capitais é que define qual a posição do indivíduo dentro do campo (BOURDIEU, 1983). Assim, os capitais ajudam na construção do *habitus*, e este, por sua vez, dá condições de inserção e/ou entendimento do funcionamento do campo.

Com muita propriedade Bourdieu (2010) lembra que:

O desapossamento correlativo da concentração dos meios de produção de discursos ou de atos socialmente reconhecidos como políticos não deixou de aumentar à medida que o campo de produção ideológica ganhava autonomia

¹⁶ A divisão do trabalho político varia em função do volume global do capital econômico e cultural acumulado numa formação social determinada (o seu nível de desenvolvimento) e também em função da estrutura, mais ou menos dissimétrica, da distribuição deste capital, particularmente, do cultural (BOURDIEU, 1998^a, p. 164-5). Com isso mantém-se uma estrutura inflexível, parentemente difícil de ser alterada. Este espaço social, o campo político, pode ser interpretado a partir da noção dos conceitos de poder simbólico e formas de capital. São eles conceitos centrais para a compreensão das posições dos agentes no interior do campo, bem como as relações estabelecidas e o monopólio da produção concentrada nas mãos dos mandatários ou politicamente ativos.

com o aparecimento das grandes burocracias políticas de profissionais a tempo inteiro e com o aparecimento de instituições (como, em França, o Instituto de Ciências Políticas e a Escola Nacional de Administração) encarregadas de seleccionar e de formar os produtores profissionais de esquemas de pensamento e de expressão do mundo social, homens políticos, jornalistas políticos, altos funcionários, etc., e, ao mesmo tempo, de codificar as regras do funcionamento do campo de produção ideológica e o corpus de saberes e de saber fazer indispensáveis à respectiva acomodação. A «ciência política» que se ensina em instituições especialmente ordenadas . Este fim é a racionalização da competência que o universo da política exige e que os profissionais possuem no estado prático: ela tem em vista aumentar a eficácia desta mestria prática pondo ao seu serviço técnicas racionais, como a sondagem, as relações públicas ou o «marketing político, ao mesmo tempo que tende a legitimá-la dando-lhe a aparência da cientificidade e erigindo as questões políticas em casos de especialistas que aos especialistas compete resolver em nome do saber e não do interesse da classe (BOURDIEU, 2010, p. 177).

O capital social é percebido por Bourdieu (1998, p. 67), como um conjunto de recursos atuais ou potenciais associados ligados à posse de uma rede estável de relações vinculadas “[...] a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis”

Para Starepravo e Mezzadri (2007), a entrada no campo social dos sujeitos implica em algumas questões que merecem ser destacadas:

[...] como agente politicamente ativo, bem como as posições ocupadas pelos agentes no interior do campo político, estão diretamente relacionadas à concentração de capital por parte destes agentes. Entendamos aqui capital como o conjunto de recursos atuais ou potenciais pertencentes aos agentes, que pode assumir várias formas, como capital cultural, econômico e social. Dentre as formas de capital, destacamos o capital social, como o principal responsável pela manutenção das posições dentro do campo político (STAREPRAVO; MEZZADRI, 2007, p. 01).

Vale destacar o caráter transitório dos conhecimentos que consiste, a nosso ver, num componente chave para a reflexão acerca do conceito de *habitus*, o processo de socialização e a construção das identidades individuais, uma vez que os agentes vivem em um mundo repleto de variedades cada vez mais crescente de instituições produtoras e promotoras de saberes, valores e comportamentos.

Bourdieu (2009) relata que o sistema de produção e circulação de bens simbólicos define-se como o sistema de relações objetivas entre as diferentes instâncias definidas pela função que cumprem na divisão do trabalho de produção, de reprodução e de difusão destes bens.

Para o autor citado, o campo de produção propriamente dito deriva sua estrutura específica da oposição, que é marcada de acordo com as esferas da vida intelectual e artística estabelecidas, de um lado, o campo de produção erudita enquanto sistema que produz bens culturais (e os instrumentos de apropriação destes bens) objetivamente destinados (ao menos a curto prazo) a um público de produtores de bens culturais que também produzem para produtores de bens culturais e, de outro, o campo da indústria cultural especificamente organizado com vistas à produção de bens culturais destinados a não-produtores de bens culturais (o grande público) que podem ser recrutados tanto nas frações não-intelectuais das classes dominantes (o público cultivado) como nas demais classes sociais.

Em oposição ao sistema da indústria cultural que obedece à lei da concorrência para a conquista do maior mercado possível, o campo da produção erudita apresenta uma tendência de produzir suas próprias normas de produção, assim como os critérios de avaliação de seus produtos, com obediência à lei básica da concorrência pelo reconhecimento propriamente cultural concedido pelo grupo de pares que são os clientes privilegiados e concorrentes.

A partir deste princípio, conforme Bourdieu (2009) é possível compreender não somente as relações entre o campo de produção erudita e o ‘grande público’ e a representação que os intelectuais ou os artistas possuem desta relação, mas também o funcionamento do campo, a lógica de suas transformações, a estrutura das obras que produz e a lógica de sua sucessão. Para o autor, o próprio ritmo das transformações tecnológicas merece uma consideração à parte, a respeito da influência destas instâncias de referências nas transformações de construção das experiências individuais.

A respeito das inovações tecnológicas Bourdieu (2001) assim se manifesta:

As novidades tecnológicas e as inovações econômicas que as exploram só irão aumentar a quantidade e a qualidade dos bens culturais oferecidos, e, portanto

a satisfação dos consumidores, evidentemente sob a condição de que tudo aquilo que os novos grupos de comunicação tecnológica e economicamente integrados colocam para circular, ou seja, tanto mensagens televisadas como livros, filmes ou jogos, global e indistintamente assimilado sob o nome de informação, seja considerado como uma mercadoria qualquer, portanto tratado como qualquer produto e submetido às leis do lucro (BOURDIEU, 2001, p. 82).

Assim, os bens culturais parecem ser transformados em objetos de consumo e submetidos às leis de lucro. O autor supracitado destaca que o alcance das influências antigamente genéricas de agentes solidamente organizados, como a tradição (nos papéis da família e da escola) na contemporaneidade, sofrem aos poucos um processo de fragmentação e dispersão de valores.

Pensamos que o estilo transitório propagado pela indústria cultural pode contribuir para deixar uma lacuna para a liberdade de atuação das pessoas. É fato que, ao mesmo tempo em que se visualiza uma ascendente margem para escolhas, maior flexibilidade nas relações e mais referências identitárias, acrescenta-se a isso, uma maior insegurança, mais ousadia, mais risco e mais responsabilidade.

Domingues (2006) recorda que:

A indústria cultural é composta pelos meios de produção e difusão como os livros, cinema, imprensa, rádio, fotografia, reprodução da arte e outros meios de comunicação que vão surgindo com a inovação tecnológica. A mídia, entretanto, é a principal operadora da Indústria Cultural, transmitindo símbolos e significados sociais compartilhados na cultura contemporânea, que geram uma maneira homogeneia de agir. A mesma pode ser entendida como qualquer “veículo” de transmissão de conhecimentos, informações, divertimentos, etc., de um número relativamente pequeno de pessoas ou emissores, para um número significativamente maior de receptores (DOMINGUES, 2006, p. 63. Grifo do autor).

De tal modo, é necessário que os agentes trabalhem para forjar novos *habitus*. Para tal, é preciso pensar na construção de um novo agente social mensageiro de um *habitus* que não se deixe impregnar pelas pressões modernas. No caso particular dos sujeitos da contemporaneidade, grande parte deles já se deixou socializar, sobretudo, pela televisão.

Esse recurso de comunicação se expressa pelo meio da imagem, com a utilização de textos auxiliares para a compreensão da mensagem, no sentido de criar força, por meio da transmissão da imagem espetacularizada “[...] para conseguir

grandes audiências e depois dar continuidade ou concluir a mensagem veiculada” (BOURDIEU, 2001, p. 93).

A realidade cultuada pela cultura de massa parece ser inflexível, contribuindo, assim, para revelar uma cadeia de trajetórias, com modelos identitários distintos daqueles revelados pelos contextos locais da família e da escola. A mídia, pois, contribui fortemente para um agente socializador descontextualizado.

Para tratar do esporte na contemporaneidade, apresentamos o item a seguir, na tentativa de proceder à leitura das condições sociais que contribuíram para a construção do sistema de instituições e de agentes de maneira direta e/ou indireta e que se encontram atreladas à existência de práticas e de consumos esportivos.

1.2 O ESPORTE E O LAZER NA CONTEMPORANEIDADE

Existe um conjunto de práticas e de consumos esportivos dirigido aos agentes sociais, que buscam encontrar certa pendência social. Tal teoria leva Bourdieu (1983) a pensar em duas questões principais:

[...] em primeiro lugar, existe um espaço de produção dotado de uma lógica própria, de uma história própria, no interior do qual se engendram os "produtos esportivos", isto é, o universo das práticas e dos consumos esportivos disponíveis e socialmente aceitáveis em um determinado momento? Segundo, quais são as condições sociais de possibilidade de apropriação dos diferentes "produtos esportivos" assim produzidos, prática do golfe ou do esqui, leitura de jornais esportivos, reportagem televisionada da copa do mundo de futebol? Dito de outra maneira, como se produz a demanda dos "produtos esportivos", como as pessoas passam a ter o "gosto" pelo esporte e justamente por um esporte mais que outro, enquanto prática ou enquanto espetáculo? Mais precisamente, segundo que princípios os agentes escolhem entre as diferentes práticas ou consumos esportivos que lhes são oferecidos como possibilidade em um dado momento? (BOURDIEU, 1983, p. 136).

Como resposta para a questão é de Bourdieu (1983) aponta a importância de observar as condições históricas e sociais deste fenômeno social que os sujeitos costumam aceitar com bastante facilidade e como algo preciso: esporte moderno.

Na contemporaneidade as práticas esportivas envolvem desde os agrupamentos "esportivos", públicos ou privados, que têm como papel afiançar a representação e a defesa dos interesses dos praticantes de um esporte determinado, bem como a

elaboração e aplicação das normas que regulam estas mesmas práticas, até os produtores e vendedores de bens (equipamentos, instrumentos, vestimentas especiais, etc.) e de serviços indispensáveis à prática do esporte (professores, treinadores, instrutores, especialistas, jornalistas esportivos, médicos), e produtores e vendedores de espetáculos esportivos e de bens integrados (malhas, fotos dos campeões ou loterias esportivas).

Bourdieu (1983) faz as seguintes indagações a respeito:

Como foi se constituindo, progressivamente, este corpo de especialistas que vivem diretamente ou indiretamente do esporte (corpo do qual fazem parte os sociólogos e historiadores do esporte - o que sem dúvida não facilita a colocação do problema)? E mais precisamente, quando foi que este sistema de agentes e de instituições começou a funcionar como um campo de concorrência onde se defrontam agentes com interesses específicos, ligados as posições que ocupam? (BOURDIEU, 1983, p. 136-137).

Com respostas para as questões o próprio autor citado, afirma que há, efetivamente, um campo esportivo atrelado a um sistema de instituições e agentes acoplados ao esporte que funciona como um campo. Bourdieu (1983) considera a existência ativa do campo esportivo. Isso viabiliza probabilidades de entendimento que aponta para um campo determinado, haja vista a articulação da autonomia apresentada pelo campo.

Fica difícil a compreensão integral acerca dos fenômenos esportivos num dado período e/ou espaço social, colocando-os em analogia direta com as circunstâncias econômicas e sociais vivenciadas pelas sociedades correspondentes, pois a historicidade do esporte é:

[...] uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica. (BOURDIEU, 1983, p. 137).

Com base em tais considerações é importante salientar que cada história apresenta as suas particularidades, como um espaço de tempo também próprio e uma realidade característica irrefutável e, portanto, distinta de qualquer outra, ainda que, em certas condições, possa estar articulada a uma série de vivências semelhantes. Tal

característica singular leva a pensar na existência de um momento único, em que uma dada modalidade se transforma num esporte em particular.

Para Bourdieu (1983), a compreensão de uma história específica somente pode ocorrer no curso da mesma. O autor entende que a composição de um campo de afluência por meio do qual o esporte se apresenta como uma modalidade específica está atrelada às atividades formais ou a divertimentos festivos desenvolvidos na forma de jogos, contribuindo para a existência do esporte moderno. Ao pensar na singularidade da história social do esporte, o autor alude à constituição de um espaço de jogo, enfatizando que este é dotado de lógica própria, com práticas sociais características e determinadas e com determinantes históricos próprios.

A prática do esporte, sobretudo, no que diz respeito aos jovens das classes populares e médias na concepção do campo surge de uma ação futura, isto é, faz surgir futuros consumidores de espetáculos esportivos. Segundo Bourdieu (1983), o esporte que originou dos jogos verdadeiramente, ou seja, produto do próprio povo volta à população, com formatos diferenciados, como *folk music*, por exemplo, portanto, sob a forma de espetáculos reproduzidos para o povo.

O esporte espetáculo apareceria mais claramente como uma mercadoria de massa e a organização de espetáculos esportivos como um ramo entre outros do show business, se o valor coletivamente reconhecido à prática de esportes (principalmente depois que as competições esportivas se tornaram uma das medidas da força relativa das nações, ou seja, uma disputa política) não contribuisse para mascarar o divórcio entre a prática e o consumo e, ao mesmo tempo, as funções do simples consumo passivo (BOURDIEU, 1983, p. 144).

Com base nesse entendimento, os espetáculos esportivos, antes limitados aos praticantes e espectadores presenciais, passaram a alcançar as massas quando tais eventos, através da massa média, foram adaptados como um artigo midiático. O panorama do esporte na contemporaneidade concebe a passagem de um esporte praticado em círculos sociais alocados, otimizado pelo amadorismo¹⁷, pelo passatempo

¹⁷ Entenda-se esporte amador. A prática de esporte de alto nível segue rígidas orientações de técnicos, fisiologistas, médicos, psicólogos etc. A presente afirmação não invalida para a assistência (espectadores) o papel distintivo de determinados esportes.

(lazer), para um esporte espetacularizado¹⁸, com cultura profissional e dedicada ao consumo da massa.

Os indicadores de práticas esportivas diferenciadas organizam-se objetivamente, sem, contudo, terem sido concebidas de forma explícita, e assentadas com relação a este fim, de tal maneira que tais práticas cooperaram para a reprodução do capital. Isto ocorre em razão de que essas ações têm como princípio o *habitus*, que tende a refletir as condições de sua própria produção, suscitando, nos âmbitos mais diferenciados da prática esportiva, as estratégias objetivamente coerentes e as características sistemáticas de um modo de reprodução¹⁹.

O campo esportivo é rico em exemplos de distinção²⁰ (BOURDIEU, 1989). O autor citado lembra que:

[...] é preciso construir o espaço social como estrutura de posições diferenciadas, definidas, em cada caso, pelo lugar que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital. (Nessa lógica, as classes sociais são apenas classes lógicas, determinadas, em teoria e, se se pode dizer assim, no papel, pela delimitação de um conjunto – relativamente – homogêneo de agentes que ocupam posição idêntica no espaço social; elas não podem se tornar classes mobilizadas e atuantes, no sentido da tradição marxista, a não ser por meio de um trabalho propriamente político de construção, de fabricação – no sentido de E.P. Thompson fala em *The making of the English working class* - cujo êxito pode ser favorecido, mas não determinado, pela pertinência à mesma classe sociológica.) (BOURDIEU, 1996, p. 29).

Assim, depreende-se que todos os sujeitos são históricos, sempre em uma luta contínua entre os atores sociais para ocupar os espaços nos campos sociais e, no mesmo sentido marxista, no que se referem às classes sociais, estas apenas se tornam classes mobilizadas e atuantes à medida que há um trabalho político de construção.

¹⁸ “O esporte espetáculo aparece mais claramente como uma mercadoria de massa e a organização de espetáculos esportivos como um ramo entre outros do show business” (BOURDIEU, 1983, p. 144).

¹⁹ Discutir sobre essa questão significa debater sobre a luta dos atores sociais, que pode, caso exista um trabalho de ação política, tornar-se prática e teoricamente luta de classes, ou seja, Bourdieu ao apresentar estudos sobre a reprodução de classes e como se transfere as heranças distintivas nas sociedades contemporâneas demonstra, também, que é possível fazer uma “omelete social”, para isso, ressalte-se, deve existir um trabalho político de construção da ação coletiva com o sentido de luta de classes.

²⁰ Como exemplo tem-se que um mesmo esporte pode ser praticado e assistido de modos diferenciados. No ambiente “Fórmula 1”, por exemplo, o ingresso mais barato custa próximo de um salário-mínimo, enquadrando-se, talvez, dentro do padrão de consumo de funcionários públicos, pequenos comerciantes e trabalhadores qualificados. A entrada mais cara atinge cifras superiores a três mil dólares. Com este *ticket* é possível frequentar locais com serviços de *buffet*, transporte aéreo (helicópteros), serviço de atendimento médico e dos comandantes das finanças. Isso mostra, de pronto, que o mesmo esporte destina lugares na platéia totalmente distintos.

Destarte, conclui-se com base em Thompson (1987, p. 12) que “[...] a classe é definida pelos homens enquanto vive sua própria história”.

No item a seguir tratamos das políticas públicas como o campo do conhecimento, esta entendida como um campo holístico, ou seja, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas com as suas implicações sociais e historicamente situadas.

O item a seguir aponta reflexões acerca de alguns aspectos para o qual a política pública brasileira encontra-se desenhada na contemporaneidade ao tratar da temática do esporte e lazer, na tentativa de questionar os seus possíveis conflitos, a trajetória adotada, sobretudo, a partir dos enunciados da Constituição Federal de 1988 e o papel dos indivíduos, grupos e instituições envolvidos na decisão e que são afetados pela política pública.

1.2.1 Políticas Públicas para o Esporte e Lazer

No caso brasileiro, o cenário de lutas a favor da democracia contribuiu para a demarcação de um espaço para a implantação e implementação de políticas públicas em diversas áreas, inclusive, na área do esporte e do lazer. Contudo, vivenciamos tempos de grandes transformações culturais que se manifestaram em diferenciados âmbitos da vida pública e privada.

Os efeitos gerados por esas transformações se refletiram nos modos de gestão das políticas públicas conduzidas pelo Estado, sendo que este último é questionado sobre a definição de seus papéis e atribuições que passou a ter um caráter democrático, nomeadamente, com a abertura democrática ocorrida no Brasil no início da década de 1980 marcou um momento de transição importante na gestão social brasileira.

As ideias de descentralização²¹, municipalização e participação popular na formulação e no controle das políticas públicas, ganharam força ao mesmo tempo em

²¹ Após 1998, o processo de descentralização das políticas sociais para os municípios levou a uma série de ajustes políticos e administrativos das diferentes administrações locais, dentre os quais ações mais diretamente voltadas ao incentivo da participação popular, em administrações democráticas populares; e medidas administrativas visando democratizar o acesso aos diferentes atores na tomada de decisões sobre políticas sociais, como coordenadorias, comissões ou conselhos municipais.

que se ampliaram os direitos sociais. O ponto crucial desse momento histórico foi a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, que incluiu o lazer como um dos direitos sociais de toda a população, definindo os direitos sociais “[...] à educação, à saúde, o trabalho, moradia, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, na forma da Constituição” (Art. 6º).

Como direito social, o lazer deve constituir-se em uma demanda da população. Isto é, a população precisa pautar o lazer como um dos aspectos relevantes para a sua vida, o que normalmente é denominado de bem-estar. Podemos dizer que as mudanças ocorridas a partir daí têm gerado experiências de proteção/promoção dos direitos coletivos promulgados.

Em meio a muitas transformações e dúvidas na busca de uma definição e atribuição do papel do Estado, encontramos as políticas públicas de esporte e lazer, que têm sido provocadas para adiantar-se na gerência de um desenvolvimento efetivo, principalmente, no sentido de superar as barreiras que dificultam ou mesmo impedem o acesso às oportunidades culturais de lazer disponíveis para os cidadãos de todas as idades, etnias, gêneros e/ou esferas sociais.

No que se refere ao lazer este foi efetivamente reconhecido como um direito social por meio da iniciativa do Ministério do Esporte que passou a considerá-lo como tema relevante na constituição de programas e ações governamentais, mesmo porque, o esporte contempla como uma das suas dimensões; a recreação e, por esta razão, o lazer foi adotado como um dos temas a serem tratados pelas políticas do esporte no Brasil.

Com esse propósito, durante a primeira Conferência Nacional do Esporte, o tema eleando foi o “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”, realizada em junho de 2004, em Brasília. O documento final da I Conferência Nacional do Esporte enfatiza a necessidade do estabelecimento de uma política pública voltada para o esporte e o lazer no Brasil, estabelecendo três eixos significativos do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer: a Política Nacional de Recursos Humanos, a Política Nacional de Financiamento e o Controle Social (BRASIL, 2006).

Outra segunda Conferência Nacional de Esporte foi realizada em maio de 2006, também em Brasília, com o tema “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”,

apresentando como proposta a necessidade de incentivar, apoiar e financiar políticas públicas descentralizadas e desconcentradas, promovendo a produção de conhecimento e estudos científicos visando o desenvolvimento do lazer, da Educação Física e do esporte em suas diversas manifestações.

Na oportunidade foi lembrada que tais políticas devem contemplar a iniciação científica, a criação e manutenção da infraestrutura e modernização de equipamentos para o desenvolvimento de centros, núcleos e grupos de pesquisa, preferencialmente, nas universidades brasileiras. O produto desta ação deve levar em conta os problemas sociais e a diversidade regional, promovendo a cooperação técnica, científica e o intercâmbio em nível municipal, estadual, nacional e internacional.

Ambas as conferências, nomeadamente, a primeira, serviram de diretrizes para a definição da Política Nacional de Esporte e Lazer (BRASIL, 2006). Verificamos, assim, que o lazer parece ter sido considerado como tema para o estabelecimento de políticas. Além deste aspecto, ressaltamos a existência no âmbito do Ministério do Esporte que em janeiro de 2003, por ato do Presidente Luiz Ignácio Lula da Silva, foi criada Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

O Ministério do Esporte na gestão do Governo Lula, por exemplo, atualmente conta com dois programas que podem ser apresentados como de esporte em sua dimensão recreativa, também denominado de participaçãoe lazer, a saber: o Programa Segundo Tempo, um dos principais programas do Ministério do Esporte para o esporte “educacional”, mas que pode ser um importante viés para a compreensão do sentido de proposta apresentado pelo governo brasileiro e, o Programa Esporte e Lazer da Cidade²², que merece um pouco mais de atenção.

O Estatuto da Cidade expõe em que termos a participação²³ da comunidade, e sua atuação na gestão das políticas sociais deve acontecer:

²³ Em termos da participação da população nas políticas públicas no âmbito federal, um marco importante foi a atuação de movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime autoritário que vigorava no Brasil desde a década de 1960. Na luta pela redemocratização do País, a atuação de diferentes atores sociais foi determinante para a discussão e determinação de novas formas de organização e gestão das políticas, especialmente as políticas sociais (CUNHA; CUNHA, 2003). A materialização dessa mobilização popular em termos nacionais se deu através da marcante participação popular na assembléia Nacional /constituente. A partir daí, mecanismos de controle social tiveram sua regulamentação junto a diversos setores, através de leis específicas (Sistema Único de saúde, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social) que previam instâncias de consulta e deliberação cidadãos nos três níveis: federal, estadual e municipal.

[...] II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; [...] (BRASIL, 2001).

No que se refere canais de participação, diferentes possibilidades são apresentadas no Estatuto, no Art. 48:

[...] I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
 II – debates, audiências e consultas públicas;
 III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
 IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
 V – referendo popular e plebiscito [...] (BRASIL, 2001).

A possibilidade de participação da população em decisões de interesse público precisa acontecer na elaboração, implantação e avaliação do Plano Diretor dos municípios com mais de 20 mil habitantes e aqueles situados nas regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, que abrangem todos os municípios brasileiros (CASTELANI FILHO, 2006).

Segundo Cunha e Cunha (2003), a característica da implantação de Conselhos Gestores no processo de descentralização, iniciado em 1988, também se apresenta como recurso para a criação de uma política pública no plano federal, uma vez que estes órgãos são inseridos e se integram aos órgãos públicos do poder executivo. Os autores lembram que a partir de 1996, os municípios passaram a implantar Conselhos no sentido de assegurar o acesso a fundos para o desenvolvimento de políticas e como via para institucionalizar a participação da sociedade civil nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas

Com essa preocupação, as ações a serem implementadas passaram a valorizar as práticas do esporte e do lazer, da educação ambiental, da promoção da saúde, da educação para a formação cidadã e da qualidade de vida (BRASIL, 2004).

A partir de então, as ações de esporte e lazer devem estar articuladas ao princípio de inclusão social, envolvendo governos estaduais e municipais e organizações da sociedade civil, direcionadas à população, especialmente, aquelas em situação de vulnerabilidade ou exclusão social, visando propor, formular, implantar,

apoiar, executar e financiar ações intersetoriais, envolvendo os Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais de Esporte, Saúde, Cultura, Educação, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e Turismo.

Demo (1996) recorda que o Brasil apresenta muitos problemas e, dentre eles, cita que é comum a falta de consciência política dos direitos e deveres sociais, irregularmente distribuídos entre a população mais carente de recursos. Para o autor, a redução de desigualdades sociais implica em uma maior participação dos cidadãos em ações políticas de cunho preventivas, redistributivas e equalizadoras de oportunidades, entendendo que primeiro, elas precisam ser preventivas, indo às raízes do problema, evitando que as desigualdades se processem; segundo, redistributivas de renda e poder que, na visão do autor, implica em atingir concentrações de privilégios, acumulação de poder, centralizações administrativas; em terceiro lugar, políticas equalizadoras de oportunidades, partindo da conjectura de que as oportunidades foram apropriadas pelo grupo dominante. Para o autor,

Uma face desse desafio é a universalização [dos direitos sociais]: todos devem ter acesso às oportunidades de modo incondicional, com a mesma qualidade. Em quarto lugar [promotora de] política social que deve ser, sempre que possível, emancipatória, unindo autonomia econômica [voltada à auto-sustentação] com autonomia política [alicerçada por práticas participativas conscientemente vividas] (DEMO, 1996, p. 21-23).

O autor citado acredita que as transformações nesse sentido só serão possíveis a partir do momento em que políticas sociais realmente passar a assumir o princípio da equidade ligado à universalidade, como critério de primazia e garantia dos direitos sociais, ou seja entendemos que os indivíduos ou grupos sociais são diversos entre si em vários aspectos (físicos, culturais, sociais, educacionais, econômicos e outros) e que também têm condições diferentes de acesso ao que está disponível em seu meio.

A nosso ver existem diferenças que impedem o acesso dos cidadãos a uma política pública de qualidade confiadamente democráticas. É premente que sejam elaboradas e colocadas em prática políticas que viabilizem o acesso de todos os cidadãos, prestando atendimento às demandas de segmentos historicamente excluídos como o povo indígena, as populações ribeirinhas, do campo e de assentamentos, assim como as crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiências, especialmente,

aqueles indivíduos que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social, dentre outros.

Conforme Bobbio (2005):

O processo de alargamento da democracia na sociedade contemporânea não ocorre apenas através da integração da democracia representativa com a democracia direta, mas também e, sobretudo, através da extensão da democratização – entendida como instituição e exercício de procedimentos que permitem a participação dos interessados nas deliberações de um corpo coletivo – a corpos diferentes daqueles propriamente políticos (BOBBIO, 2005, p. 152).

Na visão do autor, é necessário construir um processo de democratização da sociedade, que abarca os sujeitos em sua multiplicidade, portanto, para além do âmbito apenas político, viabilizando a participação nas tomadas de decisão e no desenvolvimento da sociedade como um todo. Ainda, recorremos a Bobbio (2005), ao evidenciar que o desenvolvimento da democracia consiste:

[...] não tanto, como erroneamente muitas vezes se diz, na substituição da democracia representativa pela democracia direta [...], mas na passagem da democracia na esfera política, isto é, na esfera em que o indivíduo é considerado como cidadão, para a democracia na esfera social, onde o indivíduo é considerado na multiplicidade de seus *status* (BOBBIO, 2005, p. 155-156).

Portanto, ao pensarmos no caráter democrático das políticas públicas entendemos que estas devem viabilizar a garantia de serviços de qualidade, pois a partir do momento em que o estado diminui o seu poder de centralização, passando apenas a promovê-los e gerenciá-los, buscará ao mesmo tempo a participação popular e o controle social direto.

Além disso, o controle social consiste em uma forma de estabelecer “[...] uma ação cooperativa e gerar a partir dela um compromisso entre poder público e população, capaz de garantir a construção de saídas para o desenvolvimento econômico e social da cidade”. (ARAÚJO; MAGALHÃES, 2008, p. 47).

Ao tratar das políticas públicas Azevedo (2001, p. 06) refere à necessidade de “[...] considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas

instituições do Estado, sobretudo, na máquina governamental, o seu principal referente”.

É pertinente lembrar que este aspecto do “poder” aqui ilustrado é próprio do sentido atribuído historicamente ao termo “política”. Conforme Bobbio (2000, p. 160), “o conceito de política, compreendida enquanto forma de atividade humana está intimamente relacionada ao conceito de poder”.

Por isso, para Azevedo (2001, p. 06), as políticas públicas são entendidas, “implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria”.

Isto é, a partir de questões socialmente problematizadas advém políticas públicas para determinado setor, há um “reconhecimento” por parte do Estado desta necessidade/problema, e a política pública específica do setor virá para “suprir” os anseios de determinada representação social. Não podemos nos esquecer, no entanto, das relações de poder que mencionamos anteriormente, que cada vez mais se fazem presentes, principalmente no âmbito das políticas públicas; para além da relação Sociedade – Estado (ANTUNES, 2005)

Por sua vez, Souza (2006) afirma que:

[...] do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as interrelações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006, p. 25).

Reconhecemos, assim, que há a necessidade do estabelecimento de canais de diálogo com outros órgãos do governo, bem como, com outras esferas, como é o caso da participação dos Estados e Municípios, visando o cumprimento das leis que regem o Esporte e o Lazer. O sentido dado à democracia pareceu-nos ser um princípio de grande contundente para a definição de políticas que se prestam à continuidade.

O estudo acerca da temática faz-nos pensar que não são somente as ações dos políticos e gestores é que fazem com que um campo político tenha ou não uma estrutura, pois a estrutura de um campo abrange as “atitudes ou não-atitudes” permeadas por todos os indivíduos que se encontram à margem do processo de determinação política, bem como a relação que, segundo Starepravo (2010), cada cidadão mantém com as instituições do poder público. “A produção dentro do campo fica então a cargo dos agentes politicamente ativos, os quais oferecem opções de políticas e ações públicas voltadas aos interesses que estes interpretam como prioritários” (p. 03).

Os autores elencados na reflexão teórica ofereceram subsídios para a temática abordada, contribuindo para a compreensão do estudo esporte e lazer, a partir das considerações pertinentes de Bourdieu sobre o *habitus*, o campo e o capital, enveredando no espaço destinado ao esporte e lazer na contemporaneidade, sobretudo, frente ao campo das políticas públicas relativas ao esporte e lazer em âmbito governamental.

O que buscamos com essa fundamentação foi apresentar uma reflexão acerca do tema políticas públicas, em particular, àqueles relacionados ao esporte e lazer. Na verdade, sugerimos um conjunto de ideias que serão utilizadas como suporte para as discussões propostas no Capítulo 2 a seguir que trata da análise das ofertas de programas e projetos relativos ao esporte e lazer nas prefeituras da região da AMERIOS – Paraná, bem como para a colaboração com o estudo da temática por meio da discussão teórica apresentada.

CAPÍTULO 2

A OFERTA DE PROGRAMAS E PROJETOS RELATIVOS AO ESPORTE E LAZER NAS PREFEITURAS DA REGIÃO DA AMERIOS-PARANÁ

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados e discussões relativas à oferta de programas e projetos de esporte e lazer nas prefeituras da região da AMERIOS – Paraná, verificando o acesso da população à prática. Para tal, primeiramente demonstramos os resultados relacionados à estrutura administrativa das prefeituras investigadas. Em seguida, versamos acerca de aspectos relevantes concernentes à gestão pública dos municípios em relação às políticas para o esporte e lazer. Por fim, apresentamos a análise dos objetivos, funções e público alvo a serem alcançados nos projetos e eventos desenvolvidos nos municípios pesquisados.

Assim, pretendemos tangenciar as discussões junto aos entrevistados com a intenção de elencar reflexões teórico/metodológicas sobre o tema esporte e lazer por meio de uma concepção aproximativa entre autores que compartilham da abordagem sociológica, sobretudo, Bourdieu que nos oferece uma alternativa teórico-metodológica bastante profícua para o entendimento da relação sujeito-sociedade. Buscamos a contribuição do autor por entendermos que ele reconhece o papel das estruturas na explicitação sociológica, ao mesmo tempo que recupera o lugar dos agentes.

Compartilhamos do entendimento de Bourdieu (2009) por considerar, também, que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou, se assim se quiser, princípios de visão). A distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos tem a esses instrumentos. No nosso caso, o campo que adentramos é os municípios que agregam a região da AMERIOS – Paraná.

Entendemos que o campo pode ser considerado tanto um ‘campo de forças’, pois constrange os agentes nele inseridos, quanto um ‘campo de lutas’, no qual os agentes atuam conforme suas posições, mantendo ou modificando sua estrutura

(BOURDIEU, 1996). Conforme a visão do autor, o campo do esporte e lazer será o espaço em que os agentes (sujeitos envolvidos) indicarão as posições de cada agente e instituições pesquisadas no interior das suas diferenças.

Assim pensando, o nosso campo de estudo é os municípios que agregam a região da AMERIOS – Paraná é o nosso campo de estudo. Antes, porém, de uma consideração mais conclusiva é necessário retomar a lógica e o propósito da pesquisa. Acreditamos que a percepção dos agentes envolvidos nesse campo poderá fornecer respostas para a nossa problemática, qual seja: e os programas e projetos de esporte e lazer desenvolvidos pelos Municípios contribuem para a democratização e garantia de acesso às práticas pela população.

Para tal, dividimos esse capítulo em três eixos significativos, obedecendo a ordem proposta nas entrevistas que subsidiaram as discussões junto aos agentes que integram as secretarias dos municípios, e por meio dos materiais analisados na pesquisa documental. O primeiro eixo é representado pela estrutura administrativa; o segundo, pela gestão pública nos municípios; e o terceiro, é constituído pelos objetivos, funções e público alvo a serem alcançados nos projetos e eventos desenvolvidos nos municípios, na tentativa de obtermos resposta para as questões que balizam o nosso estudo.

Assinalamos que os dados levantados, as análises feitas e as críticas construídas são, a rigor, os elementos da prática social dos pesquisadores. Uma prática de ver o real em sua totalidade, que não se conforma com as aparências imediatas e consagradas pelo *habitus* do lugar-comum.

Para fazermos referência às prefeituras optamos por denominá-las de Prefeitura “A”, “B”, “C”, até “I” a partir dos dados representados na Tabela 2, para preservar as identidades dos entrevistados das secretarias, divisões e/ou departamentos que compõem as prefeituras, a pedido dos agentes que participaram da pesquisa.

O termo agente utilizado com frequência no decorrer do texto considerou a monenclatura utilizada na análise sociológica de Bourdieu, ao entender a sociedade na perspectiva das interrelações entre agentes e instituições. As instituições estudadas, que representam o poder público Municipal, são as prefeituras região da AMERIOS.

2.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DAS PREFEITURAS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMERIOS EM RELAÇÃO AO SETOR DO ESPORTE E LAZER

Na tentativa de compreender aspectos relevantes acerca da estrutura administrativa das prefeituras dos municípios da região da AMERIOS em relação ao esporte/lazer, buscamos identificar nas entrevistas junto aos agentes, como estrutura administrativa (secretaria, departamento, fundação, sub-secretaria, divisão) está organizada, conforme o caso específico de cada instituição; como estão organizadas as estruturas administrativas internas (departamentos ou divisões). Ficamos atentos, ainda, para a existência ou não de divisões descentralizadas, assim como o número de profissionais envolvidos com a estrutura, atentando, também, para a existência de cargos de confiança.

Com essa perspectiva, observamos como é o diálogo entre as instituições e internamente entre cada secretaria, departamento e/ou divisão. Com esse foco de análise, a primeira questão preocupou-se em compreender como é organizada a estrutura administrativa das prefeituras investigadas em relação ao setor do esporte e lazer, na percepção dos agentes entrevistados. A Tabela 1 a seguir mostra a organização da estrutura administrativa do esporte e lazer nas prefeituras.

TABELA 1 – ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ESPORTE E LAZER NAS PREFEITURAS

Denominação	Total
Secretaria de Esporte, Lazer e Cultura	03
Divisão	02
Departamento	04
Total	09

Fonte: O Autor (2010).

Os dados da Tabela 1 demonstram que apenas 03 (três) prefeituras contam com uma Secretaria de Esporte, Lazer e Cultura; 02 (duas) com divisão; e 04 (quatro) com departamento. Esse é um dado preocupante, pois uma Secretaria de Esportes e Lazer nos municípios poderia contribuir para a promoção de atividades diferenciadas de acesso à prática do esporte e lazer o que não foi enfocado pela maioria dos agentes.

Constatamos que a maioria dos profissionais que atua na estrutura administrativa tem formação em Educação Física; e 02 (dois) agentes são leigos.

Aqui fazemos um aporte para lembrar que o fato os profissionais possuírem formação na área da Educação Física, não garante o conhecimento específico dos agentes para atuar efetivamente na área do esporte e lazer, embora seja um dado importante. Isso os auxilia na obtenção de resultados mais expressivos, desde que organização seja entendida como a sinergia entre trabalho em equipe, liderança e planejamento e, sobretudo, de uma formação continuada em serviço.

A respeito da questão suscitada, podemos inferir que a atuação do gestor exige conhecimentos abalizados em vários pilares: Educação Física, Administração, Direito, Turismo, Comunicação, Economia, entre outras áreas afins. Contudo, dos relatos dos agentes foi possível concluir que 07 (sete) são ex-professores de Educação Física. Contudo, os depoimentos confirmam que não possuem conhecimentos aprofundados no setor para o desenvolvimento de projetos e programas na área, o que é mais preocupante, ainda, diz respeito aos leigos 02 (dois).

A fala de um entrevistado mostra a dificuldade encontrada para a atuação no setor: “Não entendo muito do assunto, mas a gente vai levando conforme pode, pega uma ajuda aqui e outra ali, e tudo se ajeita no final” (PREFEITURA I).

A singularidade das características que o esporte e o lazer assumem, em conformidade com o setor social no qual está inserido (privado, público ou terceiro setor), no nosso campo específico, o setor público, implica na necessidade da inclusão na formação dos agentes para a atuação no setor envolvendo, sobretudo, estudos de formação continuada em serviço (LEAL, 2006).

Considerando o exposto, em relação ao esporte e lazer, seria importante que as prefeituras da região da AMERIOS passassem a atuar no sentido de afirmar um compromisso com os seus agentes, visando auxiliá-los a aprofundar conhecimentos na área, dispondo de uma oferta compatível com a demanda da população, contribuindo, assim, com a democratização no setor. Os discursos dos entrevistados mostram que os mesmos encontram dificuldades para continuar investindo em estudos e/ou reflexões adicionais que os capacitariam para uma melhor atuação.

Depois que terminei a faculdade enveredei para o trabalho e não tive mais tempo para estudar. Fica difícil com tantas responsabilidades que temos. Para fazer uma especialização precisamos nos dirigir para maiores centros, pois não temos oferta nos municípios por perto, isso envolve custos adicionais parte (PREFEITURA C).

Seria interessante que as prefeituras da região se juntassem para conhecermos os problemas e aprender juntos. Essa experiência seria gratificante. Acho que estamos deixando a desejar nessa parte, mas as dificuldades de acesso aos maiores centros nos impedem uma maior capacitação (PREFEITURA F).

Sei que preciso investir na minha formação, mas até agora não foi possível, as dificuldades são muitas e as oportunidades são poucas (PREFEITURA H).

Não temos participação no coletivo com os outros agentes da região e acho que essa seria uma excelente oportunidade de aperfeiçoamento e trocas compartilhadas para articular projetos necessários para a população na área do esporte e lazer (PREFEITURA H).

Para mim que sou leigo e indicado, amanhã troca o prefeito e vou ter que aprender outra coisa. É difícil investir em uma formação que não é a nossa área de atuação (PREFEITURA H).

Os discursos dos entrevistados deixam evidentes as dificuldades encontradas relação à possibilidade de investimentos em formação continuada, apontando para a necessidade de uma maior participação entre os agentes, uma vez que a oferta para capacitação encentra-se nos maiores centros. Os agentes das Prefeituras “F” e “H”, por exemplo, nos depoimentos citados acima, lembram a importância de maior aproximação entre os agentes para conhecer a realidade local de cada município e compartilhar ideias.

Na opinião dos entrevistados, os encontros possibilitariam trocas que poderiam resultar na articulação de projetos participativos condizentes com as reais necessidades da população dos municípios da região da AMERIOS, garantindo à população, os direitos sociais que devem ser afiançados em lei por meio de políticas sociais e de Estado mais justas.

Conforme Sampaio e Lião Junior (2007), a reflexão coletiva propicia a superação de práticas dominadoras - reprodutivas para práticas libertadoras – criativas, considerando a especificidade de cada comunidade, suas diversidades e histórias no processo dialético de emancipação cultural e política de cada uma delas.

Isso nos leva a referir à ideia de democracia, sociedade e administração pública democráticas, conforme elencada no texto Constitucional de 1988, implicando,

essencialmente, uma noção processual de democratização que deixa de ser passageira e funcional apenas, para tornar-se uma prática permanente e processual de ajuste entre legalidade e legitimidade, entre moral e lei.

Os agentes lembram a necessidade de lutar para a consolidação de uma política mais justa e igualitária, que os retire da acomodação a que estão expostas em seus departamentos ou secretarias, conforme depoimentos:

Precisamos lutar por políticas mais justas e igualitárias, se cada um permanecer em silêncio dentro da sua secretaria nada mais vai ser transformado nesse país, a começar pelo município (PREFEITURA A).

Acho que estamos vivendo um momento político muito individual, se desejamos participação, precisamos dar voz e vez ao povo, isto é, à nossa comunidade iniciando por nós mesmos, buscando atualização e compartilhamento de ações, de trocas com os companheiros de outros municípios e estados, sem luta não há democracia, não há participação, nem estado democrático de direito tão almejado pelo povo. É preciso que as coisas saiam do papel, mas como senão a iniciar por nós mesmos, dentro do nosso próprio município (PREFEITURA B).

É pertinente as falas dos entrevistados, pois a adoção de uma concepção societária de democratização leva em consideração processos de limitação do Estado e do mercado identificados com o surgimento da cidadania, permitindo conectar a democracia, enquanto prática societária, com o horizonte político dos atores partícipes do processo de democratização, como bem afirma Leal (2006).

A ideia de Estado Democrático de Direito, como referimos antes, está atrelada, fundamentalmente, à existência de uma sociedade democrática de direito, o que de certo modo, empenha-se no pressuposto de que o conteúdo do conceito de democracia, aqui se ajusta à soberania popular (poder emanado do povo) e na participação popular, tanto na sua forma direta como indireta, configurando o que Leal (2006) entende como princípio participativo ou, em outras palavras a democratização da democracia, através da participação significa em termos gerais, identificar a otimização das participações dos homens no processo de decisão.

Pensamos que a fala dos entrevistados reafirmam os ideais democráticos para a gestão do esporte e lazer:

Precisamos nos unir no coletivo, ouvindo o que cada um tem a dizer, para que possamos colocar em prática aquilo que está em lei, cada região tem as suas

necessidades, mas é importante saber e ouvir o que outros colegas estão fazendo. Participação exige que levemos em conta as diferenças presentes em cada região. Tem gente que tem menores condições e consegue elaborar projetos mais significativos que outros municípios que têm mais recursos, se não trabalharmos com a intenção real de fazer, nada acontece (PREFEITURA A).

O recursos materiais são importante para a implementação de projetos, mas temos que investir em formação, em procedimentos didáticos, conclamando a população para conhecer as suas necessidades, saindo do anonimato e ouvindo o povo... sensibilizar a todos para as nossas necessidades de forma direta e indireta. Se não garantirmos o espaço para a participação, não temos como fazer sozinhos... aliar a experiência, ouvir os colegas que atuam na mesma função é gratificante, alivia....dá mais sentido à nossa prática (PREFEITURA C).

Para os participantes da pesquisa, o oferecimento de práticas participativas de esporte e lazer na região da AMERIOS ou em qualquer outra região que seja, implica, não somente em oportunidades materiais de acesso à população à gestão pública da comunidade, mas, necessariamente, em uma estrutura que seja capaz de consolidar práticas de sensibilização e mobilização dos indivíduos e das corporações à participação, através de rotinas e projetos participativos que levem em conta as diferenças e especificidades de cada região.

Segundo Leal (2006), a construção e a consolidação de práticas administrativas aplicadas aos diversos segmentos do esporte e lazer exigem que sejam respeitadas as características culturais e sociais de cada região em suas especificidades. É relevante o discurso de um entrevistado nesse sentido:

Precisamos de uma estrutura para agir e fazer com que os ideais de democratização possam se consolidar na prática precisamos reconhecer as dificuldades de cada região, para ver semelhanças e construir uma proposta, pena que isso não acontece na prática... a gente só pensa, mas fica no plano das ideias (PREFEITURA A)

Assim sendo, o depoimento acima reitera a importância da participação da comunidade nos processos decisórios no setor do esporte e lazer. Contudo, salientamos a questão de que apenas pensar e deixar no plano da ideias não basta para fazer acontecer uma proposta democrática para o esporte/lazer nos municípios.

Frente aos comentários dos agentes entrevistados das prefeituras “A” e “C” consideramos a relevância em apontar que a possibilidade de aprimoramento na área

do esporte e lazer em qualquer região exige dos agentes atuantes das secretarias, departamentos e/ou divisões, conhecimentos aprofundados a respeito das práticas democratizadoras de gestão, com a compreensão, sobretudo, das necessidades da realidade local e nacional em termos das condições e limitações existentes da sua população, sobretudo, de não apenas considerar a importância da gestão democrática, mas atuar para que a democratização se faça presente na prática.

É necessário compreender a tensão que permeia o fenômeno esportivo e as nuances e características que devem assumir as práticas esportivas e de lazer no interior de um determinado campo (BOURDIEU, 2009). Uma questão que merece ser destacada, diz respeito aos instrumentos de intervenção pedagógica utilizados pelas estruturas internas administrativas por parte de seus agentes.

Para os entrevistados é necessária a compreensão acerca das ferramentas teórico-metodológicas a serem utilizadas para o desenvolvimento de uma prática democratizadora, portanto, emancipatória de esporte e lazer. Os depoimentos fazem pensar que isso pode ser alcançado quando os profissionais se propõem a avançar no seu entendimento, para que as fragilidades decorrentes da sua formação inicial não seja refletida na sua prática, conforme discurso:

Para atuar na área do esporte e lazer é preciso preparação ... é preciso não parar de estudar... não dá para falar em qualquer prática sem alternativas só com o que aprendemos lá na universidade, isso quando o agente tem essa formação. Sem esse entendimento ele não tem condições de avançar nem propor estratégias de trabalho condizentes com as necessidades de sua população. Isso exige dos agentes conhecimentos teórico e práticos que não temos lá na universidade não.... experiência e estudo contínuo é uma necessidade. Tem gente que está acostumado a administrar de um jeito e não aceita mudança. Precisamos estar preparados frente ao processo de democratização, isso exige como eu já disse e repito que tenhamos conhecimentos... que estejamos realmente preparados, senão as oportunidades passam e nada acontece de novo, é sair da acomodação, das práticas aprendidas há muito tempo (PREFEITURA A).

Na visão do entrevistado, a falta de conhecimentos aprofundados, sobretudo, do domínio teórico-práticos que são conquistados por meio da experiência, da vivência na prática e nos estudos de aperfeiçoamentos contínuos. Podemos inferir em conformidade com os relatos do agente da Prefeitura “A” que a acomodação é um impedimento para a concretização de uma prática democrática do esporte e lazer nos municípios, impondo

limites concretos para o sucesso de qualquer projeto que se proponha a dar continuidade.

A educação, sob o domínio do capital tão propagada por Bourdieu (2009) é uma forma de internalização pelos cidadãos, da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com as expectativas e condutas tidas como corretas para essa posição, então, pressupomos que a consolidação de uma prática para o esporte e lazer para além do capital, se tornará possível aos agentes dos municípios investigados, quando estes passarem a atuar em conjunto, para alterar esse sistema de internalização conservador predominante em seus discursos.

Num processo democrático, os agentes precisam atuar para alcançar um novo *habitus*, pensando na construção de um novo agente social portador de um *habitus* que não se deixe levar pelas pressões (BOURDIEU, 1997), e/ou acomodações.

Concordamos com Marcassa e Souza (2007), ao proporem que o modelo conceitual por si só não dá conta de garantir qualidade à política pública em determinada área. Para os autores, faz-se necessário a articulação de parâmetros pedagógico/práticos diversificados e inovadores, para contribuir na efetiva transformação da prática, conduzindo, por consequência, a uma modificação significativa e profunda dos valores, ideias, atitudes e comportamentos e, por conseguinte, nas relações humanas.

Dando sequencia, questionamos a respeito de como são organizadas as estruturas internas das prefeituras da região da AMERIOS. A maioria referiu que não há uma organização consolidada nem um planejamento interno que dê sustentação a uma prática democrática de esporte e lazer. Os depoimentos dos entrevistados evidenciam a questão:

Até o presente momento não houve nada nesse sentido, mas na nossa gestão estamos providenciando (PREFEITURA A).

Não, não temos, mas essa é uma proposta a ser pensada para atividades futuras (PREFEITURA D)

Não há planejamento interno, vamos fazendo conforme as situações acontecem. Mas esse seria o ideal, facilitaria o trabalho, vamos pensar para o próximo ano (PREFEITURA H).

Do mesmo modo, análises críticas, relatos de experiências e propostas conceituais têm surgido na nossa literatura, nomeadamente, a respeito do planejamento e avaliação das políticas em diversos Estados e Municípios brasileiros, que confirmam os dados encontrados nessa pesquisa.

Salientamos que, no Brasil, a regionalização e municipalização das ações na área de esporte e lazer têm acontecido por meio da criação/ativação de Conselhos, Coordenadorias, Núcleos para angariar recursos e coordenar ações, visando atender determinados grupos da população.

Contrariamente, os municípios da região da AMERIOS parecem se encontrar apenas em um estágio inicial de discussão e de definição de uma política municipal de esportes e lazer, dificultando, desta forma, o próprio norteamento da área e, por conseguinte, a formação de profissionais para atuar democraticamente.

Nesse sentido, posicionaram-se os agentes com discursos representativos da maioria, referindo que:

[...] a gente tem discutido muito a possibilidade de começar a investir na área, mas ainda não conseguimos formalizar nada no setor (PREFEITURA I).

Conversamos entre nós aqui da prefeitura, mas não estendemos as nossas negociações em termos de projetos à população, pensamos na repercussão que essas discussões teriam. Acho que precisamos estudar juntos para entender melhor como se faz isso. Por isso, as secretarias dos municípios da região poderiam se juntar com o mesmo propósito, a união faz a força, mas não adianta ficar com as ideias apenas no papel como acho que é o caso da maioria, pois não vejo ações nesse sentido por aí. A Associação AMERIOS, por exemplo, fala muita coisa, mas muito pouco de esporte e lazer. Com certeza precisamos melhorar o nosso desempenho nesse sentido (PREFEITURA F).

Por essa análise, fica manifesto que não há ações efetivas na organização interna da maioria das prefeituras investigadas, que apontem para a democratização e o acesso ao esporte e lazer da população, pois há evidências nos discursos dos agentes entrevistados que nos faz inferir que a população não tem sido convidada a participar na preparação do planejamento para o desenvolvimento do esporte e o lazer nos municípios, apesar de os agentes se manifestarem positivamente a respeito da necessidade de tal prática.

A nossa pesquisa preocupou-se, também, em saber quantos profissionais encontravam-se envolvidos com a estrutura de cargos de confiança para o

desenvolvimento dos projetos e programas no setor. Constatamos que a maioria das prefeituras pesquisadas conta com 01 (um) a 02 (dois) profissionais envolvidos no setor, sendo que apenas duas das prefeituras pesquisadas, contam com mais de dez pessoas, conforme dados apresentados na Tabela 2 a seguir.

TABELA 2 – PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS COM A ESTRUTURA DE CARGOS DE CONFIANÇA NAS PREFEITURAS DA REGIÃO DA AMERIOS

Profissionais	Total
Prefeitura A	19
Prefeitura B	01
Prefeitura C	13
Prefeitura D	02
Prefeitura E	02
Prefeitura F	05
Prefeitura G	02
Prefeitura H	02
Prefeitura I	02

Fonte: O Autor (2010).

Verificamos pelo exposto na Tabela 2 que o quadro para o setor o desenvolvimento de projetos e programas para o esporte e lazer na região da AMERIOS é preocupante. Podemos inferir pela dificuldade encontrada pelos agentes no sentido de atuar na área com uma quantidade mínima de profissionais envolvidos com a estrutura de cargos de confiança nas prefeituras da região investigada.

As responsabilidades para o desenvolvimento de uma oferta democratizadora e emancipatória, não pode ficar na incumbência de um ou dois sujeitos sociais, exceto nos casos das prefeituras “A” com 19 (dezenove) agentes e a prefeitura “C” com 13 (treze) agentes, pois isso se dispersa entre todas as representações (individuais e coletivas) existentes, dificultando sobremaneira o processo de gestão.

Face ao evidenciado, as prefeituras da região da AMERIOS podem estar encontrando limitações quanto a proporcionar uma efetiva participação da população nas atividades de esporte e lazer. Essa questão observada revela aspectos semelhantes ao que ocorre em outros municípios. Das fragilidades levantadas por Sampaio e Lião Junior (2007), e que segundo os autores, encontram-se nos debates atuais sobre os Conselhos Gestores, está a falta de profissionais com formação para atuar no setor, dificultando o processo de democratização.

Na maioria das prefeituras o discurso dos agentes entrevistados é indicativo de que o responsável do setor de esporte e lazer é nomeado para atuar no setor de maneira frequente, simplesmente para acomodar um aliado político, sendo este, muitas vezes, sem formação adequada para ocupar o cargo.

O gestor do município trata o setor de esporte e lazer como uma despesa inútil de sua gestão, pois para a maioria dos agentes, a única modalidade que precisa ter é o Futebol. Por isso, entendem que não há a necessidade de ter mais que um ou dois agentes no setor. Assim, segundo os entrevistados:

Na nossa região a indicação para atuar nos cargos por parte do prefeito eleito, do aliado político, é muito comum. Então, a continuidade das propostas para a área fica sempre para segundo plano. Não há essa preocupação aí de pensar qual a formação... sei de casos que o gestor da área é leigo, não é o meu caso não... mas o ocupante do cargo não entende nada do assunto e trabalha com o mínimo de pessoas no setor, que sabem menos ainda, todos do mesmo lado político do político eleito, o prefeito já entra na prefeitura com a lista de quem vai ocupar o cargo. Para ensinar futebol apenas dois ou três agentes é suficiente, pensam.... (PREFEITURA F).

É muito fácil falar em uma gestão participativa, mas na prática isso não acontece, o que vale é o que o prefeito eleito quer, quando ele vence já vem com a sua equipe formada, não interessa com quanto profissionais vai atuar, mas o escolhido dele ... o prometido na campanha eleitoral já está lá à espera, não importa se ele tem conhecimento ou não, se vai desenvolver projetos ou não, às vezes é até uma pessoa que era jogador, que não sabe nada de administração de projetos. Daí a continuidade é ensinar futebol, é isso que a maioria sabe... pelo menos é o que predomina... é fácil falar em participação... mas o que se vê é escolinhas de futebol... é isso aí... (PREFEITURA D).

Essa forma de escolha de agentes gestores para ocupar os cargos no setor do esporte e lazer, não leva em consideração a prática democrática. No nosso entender, diferente da prática visualizada nas falas dos entrevistados, a área do esporte e lazer deve ser compreendida pelos gestores públicos municipais, numa perspectiva ampla, de modo a identificar possibilidades de uma oferta democratizadora de gestão, o que implica em uma maneira diferenciada de pensar e agir frente às demandas do setor, com a observância à relevância social e cultural que a prática do esporte e lazer exerce na vida dos cidadãos.

Embora reconheçamos que a modalidade futebol é importante e estimuladora, ações pautadas somente nesta prática, não são suficientes para atender à demanda da população e constituição de um subcampo esportivo, uma vez que somente a prática

do futebol como modalidade esportiva, não se afirma como uma oferta por si só democratizadora, necessitando ser inserida no conjunto de outras modalidades que abarquem o esporte e o lazer.

A oferta predominante da prática do futebol ficou clara na fala de um agente ilustrando pensamento da maioria dos agentes pesquisados:

O futebol é a modalidade preferida pela população, pelo menos é o que pensamos, já que não nos reunimos para verificar se este é mesmo o desejo da população. Em encontros informais percebemos que a maioria das prefeituras oferece essa modalidade em escolinhas de futebol e para mim é uma ação aceitável (PREFEITURA E).

Com esse entendimento, são imprescindíveis ações políticas de atuação de Estado mais condizentes com as reais necessidades da população, promovendo a consolidação da democratização ao acesso da prática do esporte e lazer para a população dos municípios da região da AMERIOS, com a defesa do setor como direitos sociais.

Temos que é o Estado, enquanto espaço legítimo de debate público igualitário sobre o que se quer da e na sociedade - o *locus* privilegiado de impulsão à constituição de uma sociedade democrática de direito, como propõe Leal (2006).

Com essa visão é preciso superar a marca reducionista que muitos prefeitos e gestores das secretarias, divisão ou departamentos de esporte e lazer têm a respeito da oferta e das políticas públicas para o setor, acreditando que as ações se restringem a uma única modalidade, como por exemplo, o futebol. Tais apontamentos levam a indicativos que corroboram com a realidade da oferta e demanda do esporte e lazer nas prefeituras dos municípios investigados.

Dessa maneira, fica identificado que, dentro da relação de poder, quem está comandando o jogo (BOURDIEU, 2009) são as instituições do lado da oferta, que parecem possibilitar à população uma única opção de prática. Estes, por sua vez, estão sendo submetidos à prática do futebol e, ao desejar outra modalidade, parecem não ter a possibilidade, ao menos formalizada.

De acordo com as relações de poder cotejadas por Bourdieu (1998) e em conformidade com os relatos dos agentes, podemos inferir em relação à oferta e a

demanda, que o futebol acaba sendo a modalidade mais propagada, evidenciando que aos cidadãos não é dada opções de escolhas, uma vez que o poder decisório encontra-se nas mãos de quem atua no poder.

Considerando que uma modalidade esportiva pode ser incorporada, como afirma Bourdieu (2003) pelo *habitus* do indivíduo ou grupos, tanto respeitando a sua classe social ou a relação com o próprio corpo que encontra em determinada modalidade, quanto respeitando as projeções macro culturais que este indivíduo carrega consigo durante a sua história, o discurso dos agentes entrevistados faz pensar que, se essa modalidade de oferta o “futebol”, não for repensada pelos gestores, o campo esportivo da região da AMERIOS não sofrerá modificações no decorrer da sua história, portanto, não avançando para a democratização.

Desta forma, não serão percebidas os ajustes necessários à democratização do espaço no que tange às conseqüentes mudanças estruturais, temporárias e/ou definitivas, em relação à oferta e demanda no campo pesquisado.

Recorremos aos enunciados de Bourdieu (2003) ao relatar que na construção do campo esportivo deve ocorrer, por um lado, uma oferta, ou seja, a possibilidade de prática e/ ou entretenimento que se apresenta em um dado momento e, por outro, a demanda, que na visão do autor, é caracterizada pelas expectativas, interesses e valores que os agentes levam ao campo. Uma vez que existia esta relação entre oferta e demanda, as práticas e entretenimentos reais surgirão como resultado das confrontações e dos ajustes ocorridos entre os dois lados, formando, assim, um campo específico esportivo, ou um subcampo mais específico, de uma modalidade esportiva.

O que os agentes das prefeituras pesquisadas precisam reconhecer é que a oferta das práticas esportivas não está correspondendo à demanda da população, uma vez que estão atreladas quase que exclusivamente em torno de uma única modalidade esportiva, quando, na realidade, as pessoas podem se interessar por outras dimensões também.

Ainda, no mesmo sentido, temos em Bourdieu (1983, p.148), que não é possível entender uma lógica, por meio da qual:

[...] os agentes adotam uma ou outra prática esportiva, uma ou outra maneira de realizá-la, sem levar em conta as disposições em relação ao esporte, que,

sendo elas próprias uma dimensão de uma relação particular com o próprio corpo, se inscrevem na unidade do sistema de disposições, o *habitus*, que está na origem dos estilos de vida (BOURDIEU, 1983, p. 148).

É do autor a afirmação de que as práticas esportivas diferenciam-se de uma classe social para outra, mas não somente em razão dos fatores de possibilidades de arcar com os custos econômicos e/ou culturais que cada prática demanda, mas também, devido às variações de percepções e apreciação em relação aos lucros que são esperados para o próprio corpo e aos aspectos sociais implicados.

A oferta das prefeituras da região da AMERIOS deve levar tais fatores em consideração, uma vez que só poderá existir uma demanda que contribua para a democratização do esporte e lazer nos municípios, se os anseios da população forem atendidos. Ainda que a demanda possa ser manipulada por fatores como a oferta exclusiva de uma modalidade, no caso dessa pesquisa o futebol, criação simbólica de necessidades no que diz respeito à mídia, à publicidade, entre outros fatores implicados no processo, ela ainda respeita quesitos de disposições pré- estabelecidas pela própria história da modalidade e /ou da classe em questão (BOURDIEU, 2003), que são paradigmas subjetivos, intrincados, acomodados na história dos sujeitos, como demonstram os relatos dos sujeitos da nossa pesquisa, mas não impossíveis de serem transformados pelos agentes e/ou gestores quando o desejo é democratizar os espaços.

Ao serem indagados sobre a existência de divisões descentralizadas, a maioria referiu que não há. Para Oliveira (2003), a descentralização caracteriza-se como um modelo social democrata, pois garante à população, sem qualquer discriminação o acesso ao programa.

As ações descentralizadas promovem o acesso da maioria da população. Referimo-nos à maioria, por entender que é praticamente, senão impraticável, o acesso de todos a todas as ações, por mais desconcentradas e descentralizadas que sejam os serviços em qualquer região do país ao tratar da prática do esporte e lazer.

A seguir tratamos de mais um eixo bastante significativo da nossa pesquisa que discute em confronto com a literatura abordada, como é a gestão pública dos municípios pesquisados, embora já nos detivemos em alguns aspectos da temática no

eixo anterior, em razão dos depoimentos dos agentes que suscitaram a entrada na questão da gestão.

2.2 GESTÃO PÚBLICA DO SETOR DE ESPORTE E LAZER NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMERIOS

Nesse eixo tentamos aproximar o nosso entendimento por meio da análise dos discursos dos agentes e análise documental para identificar a existência ou não do Conselho Municipal do Esporte, Plano de Governo norteador da secretaria, divisão ou departamento, envolvimento da sociedade civil organizada na elaboração do plano de governo, inclusão da comunidade na elaboração das atividades de esporte e lazer, tipo de financiamento para a prática, parcerias para o desenvolvimento do esporte e lazer no município e a existência de leis de incentivo ao esporte e lazer do município.

Com isso, buscamos compreender questões pertinentes para subsidiar a resposta à nossa problemática inicial de pesquisa, com a leitura profícua do campo de atuação dos agentes, na tentativa de entender as ofertas e as demandas que compõem o conjunto das práticas de esporte/lazer desenvolvidas pelos agentes em suas funções, buscando nas entrelinhas, sobretudo, nos discursos dos agentes entrevistados, as manifestações de interrelações e disputas pelo poder, existentes dentro dos subcampos da região da AMERIOS e os demais órgãos, que de alguma forma, podem servir como parceiras das instituições no sentido de contribuir para a democratização do setor.

Com essa proposta, indagamos os agentes sobre a existência de um Conselho Municipal nas prefeituras da região da AMERIOS. A análise dos discursos revelou que a maioria das prefeituras pesquisadas não possui um Conselho Municipal na área do esporte e lazer. Também, o estudo documental confirmou os discursos dos agentes entrevistados, onde foi possível constatar que apenas duas das prefeituras pesquisadas entre elas as Prefeituras de “A” e “C” contam com um Conselho.

A este respeito, lembramos que a 1ª Conferência Nacional do Esporte realizada em 2004, em seu documento final relata que é dever do Estado assegurar o direito constitucional de acesso às atividades esportivas e de lazer a toda a população, independentemente da condição socioeconômica ou necessidade especial de qualquer

natureza, e do estágio de ciclo de vida de seus distintos segmentos. Mas isso só se realiza de maneira plena em ambiente democrático, como este em que vivemos no Brasil, construído pela sociedade brasileira, e ao contrário de intervenções autoritárias, desconectadas dos anseios populares (BRASIL, 2004).

Entendemos que o fato de as prefeituras não contar com um Conselho Municipal de esporte e Lazer dificulta uma oferta democratizadora no setor. Para o avanço na oferta na área, as prefeituras precisam investir em ações específicas com o estabelecimento de planejamento plurianual, programas, projetos, atividades e ações do esporte – em âmbito geral – consubstanciando a democratização da oferta na área para atendimento à diversidade.

Alguns dos possíveis motivos pelos quais o Conselho Municipal não se constituiu em instância efetiva para mudanças no cenário do esporte nos Municípios pesquisados podem estar atrelados à falta de informações e esclarecimentos. Os depoimentos deixam claro o desconhecimento dos agentes sobre a importância da implantação e implementação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer.

Desconheço a existência de um Conselho Municipal no setor, trabalhamos conforme as nossas diretrizes (PREFEITURA D).

Não temos um Conselho Municipal com autonomia que nos auxilie na tomada de decisões, as propostas chegam a nós para serem executadas. Até que gostaríamos de debatê-las em conjunto com a população, mas não é isso que acontece, as decisões são tomadas e temos que acatar (PREFEITURA C).

Confesso que desconheço a existência de um Conselho. Isso existe mesmo no nosso campo? Vou procurar me informar. É uma lei... desde quando? Olha agora fiquei curioso nesse sentido, acho que isso iria me ajudar muito. Se é um direito acho que temos que procurar saber, pois vai facilitar muito o nosso trabalho no setor. Sou leigo no assunto, mas vou me informar... o duro vai ser convencer a cúpula (PREFEITURA F).

Assim, deparamo-nos com uma trajetória inconsistente acerca da existência de um Conselho nos Municípios pesquisados, coincidindo com aquelas percorridas por Conselhos Gestores de outras regiões do Estado.

Conforme observamos em Gohn (2000), os Conselhos Gestores na gestão urbana constituem-se, comumente, em uma via de participação popular com grandes limitações e problemas. Dessa forma, “os conselhos não podem ser vistos como

substitutos da democracia representativa nem como braços auxiliares do executivo, ou, ainda, como substitutos da participação popular em geral” (GOHN, 2000, p.182).

Nesse mesmo sentido, Onzi (2004) indica a importância da instauração de Conselhos de Gestores, com obediência às seguintes etapas: 1º- identificação de áreas e equipamentos públicos de esporte e lazer; 2º- diagnóstico da situação de cada área, no que diz respeito à manutenção e a forma de utilização; 3º- mapeamento das áreas que apresentam dificuldades no gerenciamento; 4º- reuniões com as comunidades para discutir o uso dos espaços e equipamentos em parceria com o poder público; 5º- montagem de um conselho gestor com representantes das entidades organizadas das comunidades e 6º- reuniões mensais do conselho para discutir a utilização, manutenção e ampliação dos espaços.

Daí a importância de maior participação da sociedade e compromisso por parte dos agentes pesquisados com o desenvolvimento do esporte e do lazer para com a população, apoiando a elaboração de Conselhos, sobretudo, com estudo acerca dos documentos oficiais para o financiamento de projetos, programas e ações voltadas para a área do esporte e lazer.

Verificamos, também, a ausência de investimentos em ações mais orientadas para o atendimento em atividades recreativas nos municípios, contemplando o efetivo fazer do esporte e lazer comunitário, sobretudo, no que tange ao atendimento às necessidades especiais, como é o caso das pessoas com deficiência física, por exemplo, ou as pessoas idosas, como revelam os depoimentos dos entrevistados:

Percebo que não somente no caso do meu município encontramos dificuldades para elaborar propostas mais ousadas para as pessoas com deficiência física, cadeirantes, por exemplo, uma pessoa com deficiência não joga o futebol comum, rotineiramente oferecido, pois toda a cidade tem um campinho de futebol, mas quando se trata de oferecer alguma modalidade para essa população o quadro se complica e muito (PREFEITURA I).

Há uma demanda muito grande para o esporte de rendimento, quando comparamos com a recreação que daria às pessoas com deficiência e também idosas o direito de participar (PREFEITURA E)

Podemos inferir que as prefeituras da região da AMERIOS não estão investindo no respeito para com a diversidade, incluindo as pessoas com deficiência física e os idosos em seus projetos no setor do esporte e lazer.

Alguns pontos básicos em relação à oferta e a demanda na área tendo em vista uma dimensão recreativa dissociada de rendimento precisam ser repensados, comentados e reforçados em reuniões por profissionais ligados ao desporto da região em conjunto com os representantes do governo Federal e Estadual. Disso poderá resultar maior relevância à questão do esporte e lazer no conjunto das políticas públicas nos municípios. O esporte na sua dimensão recreativa, dissociada da busca de rendimento, encontra no lazer a possibilidade concreta de expressão (BRASIL, 2006).

Observamos com base na pesquisa documental e no discurso de um dos entrevistados que somente uma prefeitura da região da AMERIOS conta realmente com um plano de governo em conformidade com a política nacional para o setor. Assim temos que:

Todo o plano de governo (Política Municipal para o Esporte e Lazer) está embasado na política nacional para o setor, e em documentos extraídos de conferências nacional para o setor evidenciando o esporte como um “direito de todo o cidadão”, dando mais ênfase no esporte educacional e comunitário (PREFEITURA A).

Os depoimentos revelam que a maioria das prefeituras não conta com um plano norteador de governo, podendo-se inferir pelo descompromisso com a democratização do esporte e lazer na região. Os discursos denotam conformismo com relação à situação na qual se encontra os municípios no que se refere à oferta do esporte/ lazer. “A gente como todo órgão público responde conforme a prefeitura determina, então não temos nada muito específico, nem diferente da maioria” (PREFEITURA C).

Quando questionados acerca de iniciativas no setor do esporte e lazer foi possível constatar no conjunto dos discursos dos entrevistados que apenas uma prefeitura relatou atuarem “competições municipais e as escolinhas de treinamento” (PREFEITURA E). Outra refere que: “Temos preocupação com a base futebol, e em alguns momentos com basquetebol, handebol e futsal” (PREFEITURA G). Nesse ponto, parece não haver iniciativas e ações culturais diferenciadas articuladas com outras práticas abarcando as manifestações culturais, artísticas, intelectuais, físico-desportivas.

Neste ponto, concordamos com Dumazedier (1999) ao enfatizar que a noção de lazer, por exemplo, ainda não está integrada nos sistemas de pensamento, na medida em que existem profissionais que pensam a sociedade como se essa prática não existisse, inclusive, não compreendendo o direito social do cidadão para a prática de esporte e lazer.

Isso denota que o setor parece não ser entendido como uma prática voltada para a participação efetiva em todas as suas dimensões, ou seja, abarcando a consolidação de projetos e programas para a apropriação coletiva e criativa das diversas manifestações que compõem o patrimônio cultural brasileiro, incorporando novas formas de apreender, viver, explicar e organizar a vida social.

Aqui é pertinente citar algumas iniciativas propostas na análise do Documento Plurianual (2004-2007), relativo aos programas do Ministério da Cultura. A implantação de uma gestão baseada no Plano Nacional de Cultura (SNC)²⁴ tem caráter plurianual, abrangendo dez ações relevantes, a saber:

1 – Promover o reconhecimento da diversidade cultural, no Brasil e no mundo, e garantir a livre expressão dessas manifestações; 2 – Promover e assegurar condições de justiça social, tendo em mente a cultura como um direito fundamental para a plena constituição da cidadania; 3 – Promover as condições de estímulo e fomento às atividades culturais; 4 – Garantir e fiscalizar o cumprimento de contratos e de preceitos legais no âmbito da cultura; 5 – Promover arranjos institucionais e de mecanismos de regulação econômica adequados ao pleno desenvolvimento das atividades culturais; 6 – Promover salvaguarda e proteção do patrimônio (material e imaterial) brasileiro; 7 – Representar internacionalmente o país nas instâncias de negociação internacional; 8 – Promover a integração da cultura com a educação com vistas ao aperfeiçoamento qualitativo do sistema de educação do país; 9 – Contribuir para a democratização da sociedade por meio de diálogo e deliberação democrática; 10 – Construir mecanismos transparentes de ação e informação do setor cultural (BRASIL, 2005, p. 10).

Isso mostra a intenção do Estado brasileiro em descentralizar as ações, no sentido de busca pelas especificidades regionais, fazendo da população, nas diversas localidades e culturas espalhadas pelo país, sujeitos do processo de construção, transformando-os em protagonistas das ações estatais, mas levando em conta a

²⁴ Esse sistema preconizou a construção de uma política pública de cultura tendo como base de sustentação os Estados, os Municípios e o Distrito Federal (DF), no sentido de proporcionar os meios de acesso à cultura, como prevê a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 23 e 24 (AZEVEDO, 2007).

autonomia e a democratização do acesso aos bens culturais. Conforme verificado nos depoimentos dos participantes da pesquisa, nos municípios da região investigada fica clara a predominância de uma prática tradicional, conservadora e não articulada com os pressupostos de uma gestão democrática, onde segundo dados do Ministério do Esporte – Brasil (2004):

[...] as manifestações culturais, artísticas, intelectuais, físico-desportivas, acontecem tendo como princípio a gestão participativa e democrática, mediada pelos agentes de esporte e lazer, agentes estes com formação multiprofissional e perfil de mobilizadores sociais, com legitimidade junto à comunidade para, a partir de suas inserções, exercerem o papel de aglutinadores dessas comunidades e estimuladores dessas manifestações (BRASIL, 2004, p. 11).

Isso leva a inferir na necessidade de ações voltadas para as dimensões educacionais, participativa e de rendimento, numa perspectiva de construção da consciência comunitária democrática. Os dados coletados na pesquisa são realmente preocupantes, pois demonstram que a gestão pública para o esporte e lazer nos municípios pesquisados, não corresponde às necessidades da população, pois uma gestão democrática necessita de um planejamento prévio e participativo.

Com esse entendimento, a gestão de políticas públicas para o esporte e lazer deve contribuir a possibilidade de envolvimento de todos os segmentos sociais, tendo em vista a distribuição democrática de recursos existentes, priorizando o investimento dos recursos públicos para recreação e lazer, incorporando-o à dinâmica da região, as práticas corporais e esportivas como direito garantido de afirmação cultural e de cidadania (BRUST, BAGGIO; SALDANHA FILHO, 2010).

Portanto, pensamos que disso resulta a força dos agentes em chamar para si o papel de sujeito de coordenação, articulação e difusão das políticas públicas para o setor nos municípios da região, no sentido de os gestores desenvolverem ações transversais que viabilizem o diálogo e a integração entre os diferenciados setores (educação, cultura, saúde, meio ambiente, turismo etc. – e esferas de governo).

Somos da opinião de que uma política que contribua para a democratização e garantia de acesso à população ao esporte e lazer na região deve apontar para a organização de projetos e programas que não se restringem à prática de atividades que envolvam “competições municipais e escolinhas de treinamento, como evidenciado pelo

agente da Prefeitura “E” ou na preocupação com a base futebol, basquetebol, handebol e futsal, como ilustrado por um dos entrevistados da Prefeitura “G”, ou o que é pior, não contar com nenhuma iniciativa como no caso da maioria das prefeituras investigadas.

Um fato que nos chamou a atenção é que existem vários programas no Governo Federal, incentivando o desenvolvimento de projetos e programas de esporte e lazer. Contudo, nem mesmo o Programa Segundo Tempo foi mencionado pelos agentes. A pesquisa em documentos nos revelou que esta foi uma conquista coletiva da Associação AMERIOS e não individualizada dos municípios.

Outros projetos que merecem ser citados e que não aparecem nos depoimentos dos agentes entrevistados é que o Governo Federal dispõe de alguns projetos e programas importantes nos quais os municípios podem buscar recursos. Entre esses projetos destacamos o Programa Segundo Tempo, Projeto Esporte e Lazer na Cidade, Bolsa Atleta, Lei de Incentivo ao Esporte e Segundo Tempo - Mais Educação. Entretanto, os agentes demonstraram total desconhecimento em relação a essas ofertas, pois em nenhum momento das entrevistas, mesmo quando foram inquiridos a respeito não verificamos sequer uma vaga menção a esses programas por parte dos entrevistados.

Assim sendo, não se pode pressupor que a democratização se fará com práticas descontextualizadas, fragmentadas, com total desconhecimento por parte da maioria dos agentes que atuam na área esporte/lazer em relação a ações diferenciadas. Faz-se necessário, portanto, o desenvolvimento de projetos e práticas contextualizadas que contemplem as várias dimensões do esporte e lazer, aliadas à arte, à música, à comunicação e a vida na natureza, proporcionando, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida da população.

Faz-se indispensável uma maior preocupação por parte dos gestores da maioria dos municípios investigados em trabalhar em conjunto para a efetivação de uma política que, além de reafirmar a responsabilidade do Estado quanto à universalização do direito ao lazer, esteja apoiada uma compreensão intersetorial²⁵ de gestão.

²⁵ A relação intersetorial de políticas de esporte e lazer com a educação, a saúde, a segurança pública é o ponto de partida para legitimar, fortalecer e ampliar o alcance dos programas desenvolvidos pelo Ministério do Esporte, bem como favorecer a inclusão social. Aqui se propõe caminhos para fomentar a educação esportiva dos brasileiros e dinamizar a relação da população com o esporte educacional, recreativo e de lazer.

Azevedo (2007) sugere a participação em fórum nacional sintonizado com conselhos populares instituídos em todos os níveis de governo “[...] federal, estadual e municipal - caracterizando-se como órgãos colegiados, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, representativo das comunidades esportivas e de lazer, constitui-se, então, como mais uma grande tarefa” (AZEVEDO, 2007, p.202).

No que tange ao envolvimento da sociedade civil organizada na elaboração do plano de governo, a maioria dos participantes da pesquisa relatou que não há envolvimento da sociedade, ou quando há, a participação é mínima, como ilustra o discurso de um dos entrevistados.

No atual Plano (elaborado em Janeiro de 2009) é mínima, pois não havia a constituição do Conselho Municipal de Esporte e Lazer e nunca havia sido feita antes uma Conferência Municipal que envolvesse e ouvisse todos os setores da sociedade. Tivemos, timidamente, a participação alguns amantes do setor que enviaram sugestões através de *emails* e de forma pessoal. (PREFEITURA A).

Da mesma forma, não observamos estímulos à participação da sociedade civil através de outros canais, haja vista que não foi constatada a realização de outros fóruns municipais, nem tampouco a mobilização para a participação popular na elaboração do Plano Diretor dos municípios até o instante. Percebemos nos depoimentos dos agentes entrevistados que não existem ações efetivas dentro das prefeituras nesse sentido, pois, “Não há participação, nem envolvimento da comunidade. Para isso seria preciso haver propostas, não é o nosso caso” (PREFEITURA E).

A este respeito é importante salientar que o processo de descentralização da execução das políticas públicas sociais do país para estados e municípios, formalizado pela Constituição Federal de 1988 e por diretrizes do Estatuto da Cidade, deve possibilitar a representatividade dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001) devendo ser absorvidas pelas administrações locais no sentido de estarem presentes do processo de elaboração do Plano Diretor dos municípios com

mais de vinte mil habitantes²⁶ e situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas.

Podemos considerar com base nos depoimentos dos agentes entrevistados, a ausência de representações que defendam o esporte e o lazer na região da AMERIOS como uma necessidade ou direito social e a quase não existência e efetiva participação da comunidade nos mecanismos de controle nas políticas sociais coadjuvantes de uma utilização mercantilizada, (BOURDIEU, 2009) do esporte.

Com tal posição observamos que as ações dos gestores carecem de diálogo interno, não somente no aspecto relacional, mas, sobretudo, funcional na aplicabilidade e coesão em torno de políticas públicas democratizadoras para a área do esporte e lazer.

Reportamo-nos a Linhales (1997) ao avaliar as políticas públicas sociais para a Educação Física/Esporte e Lazer no Brasil. Para o autor, faz-se necessário avaliar as capacidades de organização e de “conflito de que uma necessidade social – no caso, o esporte/lazer – pode dispor para se fazer representar junto ao Estado, de modo que o poder público promova sua institucionalização em bases democráticas” (LINHALES, 1997, p.77).

Como caminhos para a superação desse quadro, o autor supracitado aponta a possibilidade de que as instituições que ofertam práticas esportivas sejam capazes de interferir junto ao Estado para desequilibrar as forças que privilegiam o mercado, visando uma política pautada na democracia, no sentido de dificultar o trânsito dos interesses que defendam a seleção, a exclusão e os particularismos.

Em relação à ausência da garantia desses serviços e direitos, a realidade dos municípios vem confirmar a própria realidade brasileira que, como sabemos, tem levado a uma prevalência dos interesses do mercado nessa área, fortalecidos pela geração e ajustamento contínuo das normas da lei civil e pelo reforço da garantia dessas normas pelo estado organizado. Somamos a este quadro a não apropriação do direito ao esporte e lazer pela sociedade, como nos aponta Linhales (1997).

²⁶ No caso da nossa pesquisa temos 03 (três) prefeituras com mais de vinte mil habitantes, integrando as prefeituras aqui denominadas “A”, “B” e “C”.

Validando os depoimentos dos nossos entrevistados, no âmbito municipal, as ações relativas às políticas sociais têm se constituído como “[...] um processo não-linear, marcado por avanços e retrocessos” (FARAH, 2006, p. 41), o que não descaracteriza a sua importância na criação e desenvolvimento de políticas sociais.

Os municípios desempenham um papel-chave no processo de gerar de forma democrática e negociada a articulação dos interesses sociais. Segundo Offe (1998), a articulação dos interesses se dá a partir dos três elementos do triângulo: os poderes do Estado, das empresas privadas e das organizações da sociedade civil. Nesse mesmo sentido temos que “[...] é preciso maior engajamento na participação dos poderes Estado, empresas privadas, sociedade civil, para a concretização de ações efetivas” (PREFEITURA A).

Com esse entendimento, apontamos, então, para a necessidade de uma estruturação de política pública mais efetiva para a região da AMERIOS, concebida como expressão institucional de um esforço organizado, autônomo e permanente com a participação três poderes (Estado, empresas privadas, sociedade civil), como diz o entrevistado.

Conforme Mascarenhas (2007) é preciso primar pela integração das políticas para o setor e atentar para a diversidade nas ações governamentais, balizando-se por princípios como a ética, a democracia e a participação, sem descuidar de sua eficiência e da necessidade de ampliação quantitativa dos espaços e equipamentos para a fruição social do esporte e lazer, voltando a atenção, especialmente, para a qualidade das ações e conquista da cidadania socialmente organizada.

A participação é entendida por Jacobi (1995), como um método de governo que implica em satisfazer de antemão ou de forma simultânea um conjunto de condições vinculadas às regras do jogo democrático e à crescente consolidação de práticas descentralizadoras da organização político-administrativa, o que se consolida mediante uma ampla revisão da repartição de competências, funções e recursos. O autor lembra que o aparecimento de políticas públicas pautadas pelo componente participativo está ligado às mudanças na origem sociopolítica a partir de um questionamento mais amplo acerca do papel do Estado como fundamental agente indutor das políticas sociais. É muito comum a predominância de uma visão de participação pensada principalmente

do ponto de vista dos grupos interessados, e não apenas dos interesses globais definidos pelo Estado.

Compartilhamos da ideia do autor supracitado, ao pensar na relevância da construção de uma ordem societária nos municípios, baseada na articulação da democracia política com a participação social, representada por uma maior permeabilidade de gestão às demandas dos diversos sujeitos social e políticos envolvidos, pois essa perspectiva possibilitaria pensar a articulação entre a implantação de práticas descentralizadoras e uma engenharia institucional que seja capaz de conciliar a participação com heterogeneidade, resultando em formas mais ativas de representatividade que reforcem a reciprocidade em face da organização molecular dos municípios investigados ao pensar na oferta de práticas para o esporte e lazer.

O que os agentes das secretarias, divisão ou departamentos de esporte e lazer das prefeituras dos municípios que compõem a região da AMERIOS parecem desconhecer é que envolver a comunidade na elaboração das atividades de esporte e lazer contribui para a democratização dos espaços, pois ao serem questionados sobre o possível envolvimento, as respostas dos agentes giram em torno de questões como as que seguem:

“Não conclamamos a comunidade, pois ela não tem uma proposta para nos ajudar, seria preciso que isso partisse da própria gestão, o que não foi possível até o momento” (PREFEITURA E). Outro referiu com uma questão: “Como eu poderia fazer isso?” (PREFEITURA I)

Pensando assim ou mesmo não sabendo como envolver a comunidade na elaboração das atividades fica difícil pensar em participação. Desta forma, os agentes parecem desconsiderar que o envolvimento das comunidades na elaboração das propostas é uma importante ferramenta de gestão para o fortalecimento da comunidade, principalmente, no que refere aos setores mais excluídos, pois esta contribui para com a interação de agentes diminuindo a carência de oferta no setor.

Segundo Azevedo (2007), a participação da comunidade nas atividades se harmoniza com uma proposta democrática para o processo de redefinição dos setores públicos e/ou privados, contribuindo para a redistribuição do poder em benefício dos sujeitos sociais que, geralmente, não têm acesso. Tal configuração leva a pensar na

participação da comunidade como um instrumento de socialização da política, reforçando, portanto, a sua função enquanto meio para realizar interesses e direitos sociais que demandam uma atuação pública. Assim pensando estaremos trabalhando com uma questão muito significativa que diz respeito ao papel da sociedade comunidade nos processos de gestão, pois esta cumpre uma função decisiva na construção de sistemas culturais públicos e de estado democrático de direito.

Durante o processo de trocas com a comunidade, as secretarias da região poderiam estabelecer articulações, gestão, informação e promoção de políticas públicas, pactuando entre os entes federados, com a participação social. O fato de os gestores acharem essa prática inviável, a população perde em qualidade de oferta na área suscitada.

A análise mais ampla acerca da participação da comunidade, independentemente dessa via institucionalizada, revelou que a participação da população é considerada irrelevante nas questões de esporte e lazer nos municípios, seja âmbito de um Conselho Municipal de Esporte²⁷ e Lazer que apenas uma das prefeituras revelou contar, seja quanto ao processo de elaboração de um Plano Diretor²⁸, dado que a população é avaliada como não tendo qualificação para discutir e opinar sobre o tema, podendo inferir que somente os gestores “especialistas” parecem deter conhecimentos pertinentes para opinar no setor.

Os depoimentos são indicativos de que parece não haver sequer uma preocupação em direcionar ações nesse sentido junto à comunidade. Os relatos apontam sempre para as dificuldades:

Temos dificuldades em todos os sentidos, estamos presos ao sistema. Estamos aguardando a próxima gestão para ver se o quadro se modifica, pensando aí em algumas propostas nesse campo. Não acho que a nossa população poderia dar grande contribuição não. Ainda não temos iniciativas que conclamem a população para dar opiniões e solucionar os problemas, as pessoas falam em

²⁷ A implantação e Conselhos Municipais no setor é recente no conjunto das administrações locais e pouco se tem refletido sobre a importância de sua atuação e do papel que desempenham na elaboração e condução de políticas sociais municipais. Os conselhos contribuem para estabelecer novas práticas de gestão pública, ao permitir a articulação dos diversos órgãos públicos e privados que atuam em determinada atividade, ao estabelecer um espaço de negociação dos interesses diversos existentes na sociedade e ao contribuir para uma maior transparência do processo decisório relacionado às políticas públicas (BRASIL, 2006).

²⁸ Lei Municipal que organiza o crescimento e o funcionamento do Município. É o principal instrumento de gestão, acima dele só a Lei Orgânica.

democratizar o acesso, mas isso é muito bonito na teoria, mas na prática...
(PREFEITURA E)

Com base no discurso, uma perspectiva de democratização deixa de ser considerada, com a exclusão da sociedade civil para auxiliar na elaboração das propostas e projetos efetivos nos Municípios.

Assim pensando, as decisões sobre os rumos do esporte e lazer nos municípios da região da AMERIOS ficam centralizadas no poder público, como demonstra o discurso do sujeito acima, revelando um distanciamento entre a proposta participativa do governo local e o que efetivamente possa estar ocorrendo em termos da política de esporte e lazer nos municípios investigados.

Recorremos a Bobbio (1990, p. 56) ao relatar que, na criação dos Conselhos Municipais de esporte e lazer a democracia direta se consolida, fazendo perceber “[...] uma verdadeira reviravolta no desenvolvimento das instituições democráticas, reviravolta esta que pode ser sinteticamente resumida numa fórmula do seguinte tipo: da democratização do Estado à democratização da sociedade”.

Entendemos, pois que a democracia direta contribui para a democratização da sociedade, ao contrapor-se à situação vivenciada pelos Municípios da região da AMERIOS e tantos outros desse país, onde o mandato das funções é denominada por Bobbio (1990), como democracia representativa, porquanto:

A expressão democracia representativa significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade (BOBBIO, 1990, p. 56).

Com esse entendimento, pressupomos que a oferta do esporte e lazer na região investigada, não sinaliza para a democratização dos espaços ao não fazer jus à democracia direta, pois esta faz pensar na existência de Conselhos Municipais de Esporte e Lazer, sob a penalidade da perda de representatividade frente à sociedade.

Por isso, Marcelino (1987) defende que a ressignificação das práticas no campo do esporte e lazer devem comportar o diálogo com outras possíveis instâncias, adentrando para formas diretas de representação democráticas em seus campos.

Com base nisso, os programas e projetos na área do esporte e lazer na região da AMERIOS precisam envolver a sociedade civil para que esta se torne capaz de reconhecer essa prática num tempo e espaço que ultrapasse os limites da produção cultural, articulando-se à realidade socioeconômica da população, visando à superação das atuais condições materiais de existência.

Uma proposta para o esporte e lazer comprometida com a democratização e com a garantia do acesso à população requer a organização coletiva de trabalho sem, contudo, abandonar uma proposta de divisão de atribuições e responsabilidades, compreendendo, entretanto, todas as pessoas engajadas no trabalho com o esporte e o lazer, como educador coletivo, e também o grupo envolvido na própria vivência do lazer, estão ligados mutuamente por relações e dependências diretas

Fato que nos chamou a atenção é que as prefeituras não contam com a participação da comunidade na elaboração das atividades de esporte e lazer, por acreditar que a comunidade não tem preparação para participar desse tipo de atividade. Um dos entrevistados revelou que “[...] geralmente consultamos as pessoas que gostam de praticar esportes, sobre aquilo que mais gostariam de ter como atividades, mas cada um puxa para o seu lado” (PREFEITURA H). Outro mencionou que: “[...] a comunidade não tem conhecimento sobre o assunto para ajudar nos programas que precisam ser desenvolvidos” (PREFEITURA E).

Pensando assim, os agentes pesquisados parecem desconsiderar que o sucesso de uma política pública, seja ela qual for e, mais especificamente, no caso do esporte e do lazer, é inseparável da qualidade social e pedagógica da sua intervenção.

A democratização no setor dará um salto qualitativo em sua gestão, quando os agentes das secretarias envolvidas no setor, alcançar em sua totalidade, os objetivos propostos pelo coletivo, no momento em que – além da sua ampliação e enraizamento na cultura nacional, do seu funcionamento dinâmico e retroativo, com base no diálogo entre as diferentes instâncias. Isso pressupõe uma representação direta dos envolvidos.

Mezzadri et al. (2006, p. 52) compreendem também que a democracia será fortalecida somente “[...] com a participação dos cidadãos e com o controle dos mesmos sobre as ações políticas. Desta maneira, a incorporação do esporte e lazer com direito do cidadão depende da participação da sociedade da sociedade nas ações públicas.

É nesse mesmo sentido que, para Azevedo (2007), a participação da sociedade civil é compreendida como uma condição essencial para o estabelecimento e definição de prioridades, controle e acompanhamento das ações e programas. Isso é justificável, em razão de que uma significativa destinação dos programas culturais sob o fomento do estado ser direcionados à sociedade civil, especialmente, para as políticas setoriais da união, dos estados dos municípios, considerando, ainda, as microrregiões.

É elucidativo dizer, ainda, que uma política preocupada com a democratização busca promover práticas de esporte e lazer efetivamente capazes de mobilizar e transformar as ideias, ações, valores e comportamentos do público que dela se favorece. Isto é, as políticas de esporte e lazer serão verdadeiramente efetivas na região da AMERIOS quando apresentarem por parte de seus principais gestores, uma prática pedagógica participativa e democrática.

Nosso ponto de vista vai ao encontro da necessidade de os municípios que compõem a região da AMERIOS munirem-se de uma estratégia pedagógica coletiva, junto à sociedade civil organizada, que possa responder às demandas e especificidades das populações do entorno, visando à garantia de uma oferta adequada à demanda da população na área do esporte e lazer nos municípios, em suas possibilidades e limites, no sentido de superar os entraves que dificultam o diálogo com a sociedade civil organizada.

Preocupados com a questão acerca do tipo de financiamento para a prática do esporte e lazer, questionamos os agentes. Foi possível constatar que a maioria das prefeituras da região da AMERIOS não conta com um financiamento próprio para o setor. Também, a pesquisa documental foi reveladora de que as prefeituras da região pesquisada não têm condições de atuar com uma prática democratizadora de gestão no setor, por não possuir recursos mínimos necessários, segundo relatos dos agentes participantes da pesquisa.

É possível a confirmação nesse sentido com a posição esclarecedora de dois agentes que avalizam a opinião da maioria dos participantes, ao relatarem que não existem recursos para o setor, e quando existe é insuficiente ou vem de outras áreas, conforme a fala de um dos participantes.

No momento é nem o mínimo necessário, devido à fase de reformulação das Políticas Municipais e também pelo desinteresse da comunidade causado pela falta de ações que abrissem portas para este canal de envolvimento (PREFEITURA A).

A verba vem para a educação e é repassada conforme a necessidade do esporte (PREFEITURA D).

Aliada à fraca representatividade da sociedade civil nos municípios como evidenciado nos discursos já referidos, observamos, ainda, a questão crucial relativa à falta de recursos para o desenvolvimento de ações no setor. Desta forma, a própria relevância da temática referente ao esporte e lazer no bojo das políticas públicas nos municípios investigados é colocada em dúvida, pois não há como garantir o acesso à prática do esporte e lazer, sem as mínimas condições em relação aos recursos financeiros para o setor.

Merece destaque o fato de que 08 (oito) dos municípios não apresentaram nenhuma iniciativa no sentido de interferir nos rumos da gestão do esporte e lazer local. É fato premente que o estabelecimento de convênio entre o executivo municipal e Estado, sem uma discussão mais ampla com a sociedade e mesmo a falta de existência de um Conselho Municipal no setor é um dos determinantes, a nosso ver, para a desmobilização e até mesmo da falta de recursos orçamentários para o setor.

Assim, o orçamento público para os municípios parece ter ficado a cargo somente da vontade das instâncias superiores. A estrutura pública dos municípios não se encontra provida de administração efetiva no setor do esporte e lazer, uma vez que não conta nem mesmo com o percentual mínimo de 1% destinado ao desenvolvimento de projetos e programas para atendimento às demandas da população. “Não temos nem o percentual mínimo” (PREFEITURA E)

A partir desse conjunto de inferências, é possível pensar na noção de indeterminação em relação ao orçamento público, porém considerando-se os diversos agentes, sobretudo, do campo político. Nesse sentido, observamos uma espécie de mecanismo de dependência dos agentes políticos quanto às fontes de recursos. “Dependemos de instâncias superiores, pois município é carente de empresas para fazer parcerias, daí é fácil presumir que ficamos de pés e mãos atados” (PREFEITURA D).

Como já apontado no discurso de um dos agentes participantes é utilizada para o setor, a verba que vem da educação, demonstrando que o setor do esporte e lazer não conta com uma secretaria específica, e grande parte dos recursos financeiros para o âmbito do esporte e lazer, parece proceder de outros setores.

Complementando, uma das preocupações da pesquisa foi questionar os agentes acerca do valor aproximado de investimento em infraestrutura para o esporte nos últimos quatro anos pelas prefeituras. Os dados da Tabela 3 a seguir evidenciam a questão.

TABELA 3 – VALOR APROXIMADO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA PARA O ESPORTE NAS PREFEITURAS DA REGIÃO DA AMERIOS

Prefeituras Pesquisadas	Valor R\$
Prefeitura A	1,000,000,00
Prefeitura B	350,000,00
Prefeitura C	1,000,000,00
Prefeitura D	Não soube responder
Prefeitura E	1.000.000,00
Prefeitura F	300,000,00
Prefeitura G	1.000,000,00
Prefeitura H	Não divulgado
Prefeitura I	126,000,00

Fonte: O Autor (2010).

Como já apontamos os recursos financeiros para o setor esporte e lazer, quando há, é proveniente da receita dos próprios municípios que os retiram de outras áreas, como por exemplo, a educação, deixando clara a falta de ações voltadas para a captação de recursos para o desenvolvimento de ações efetivas na área.

Verificamos a partir dos depoimentos e das informações obtidas em documentos oficiais de uma das secretarias das prefeituras, a existência de uma recente ação do Executivo Municipal (PREFEITURA A), no sentido da captação de recursos também junto à esfera federal, que através do Ministério passou a disponibilizá-los para o financiamento de projetos de esporte e lazer na cidade, com a aprovação para captação de recursos para projetos e programas sociais.

Fato relevante é que na visão dos entrevistados parece não haver leis que incentivem o esporte e o lazer nos municípios pesquisados. A maioria apontou encontrar dificuldades para a elaboração de leis, pois não conseguem parcerias.

Somente um entrevistado referiu que “[...] há um projeto de lei tramitando nas comissões da câmara municipal a mais ou menos quatro meses, mas ainda não há plenária para ser votada” (PREFEITURA A).

Aqui, cabem os comentários de Leal (2006) acerca da importância do orçamento participativo e dos Conselhos Municipais nas práticas de esporte e lazer. O autor evidencia que, dado o estado de fragilidade econômica e cultural por que passa a maior parte da sociedade brasileira e, em razão, sobretudo, da capacidade e estágio de organização e mobilização do mercado neocapitalista que se fortifica a cada momento no país, impõe-se ao Estado (parlamentar, executivo e judicante), a incumbência de criar condições objetivas e subjetivas para a realização dos benefícios e compromissos constitucionais vigentes, de maneira especial, a partir de procedimentos democráticos de inclusão social em todas as esferas e momentos da ação política gestacional das ações comunitárias.

Isso significa dizer que, no caso do poder executivo, para o exercício de seu ofício, deve contar com instrumentos de acesso da cidadania à administração, desde seu momento conceitual até o operacional, seja através dos Conselhos Municipais, seja por meio da consulta pública, audiência pública, plebiscito, referendo, entre outras práticas, propiciando todas as formas possíveis de diálogos com a comunidade de todo o poder instituído, sob pena de agravamento da sua própria autoridade (de) posta.

Assim, a questão do orçamento dos municípios da região da AMERIOS para o setor esporte/lazer poderia apresentar uma melhor estruturada, se os procedimentos administrativos, nomeadamente, democráticos (e juridicamente estabelecidos) estivessem pautados em uma constituição racional da vontade (do estado e da cidadania), na medida em que a formação organizada da sociedade, geradora de decisões responsáveis no macro dos órgãos estatais, mantivesse-se permeáveis diante dos valores, temas, argumentos que surgissem na comunicação política de seu entorno que, como tal, em conjunto, não pode ser somente institucional.

Para isso, cabem aos gestores das secretarias e/ou departamentos do esporte e lazer dos municípios, o reconhecimento de outros atores políticos, que perfazem o espaço público – aqui nomeadamente compreendidos não unicamente estatais ou governamentais, mas todos, para fazerem parte do processo de interlocução legítima

das categorias que representam, quais seja, organizações não-governamentais, associações civis, movimentos sociais de resistência civil, entre outros. Esses atores precisam fazer parte da rede de comunicação dos municípios, tendo como consequência, o entrelaçamento de estruturas no setor mais autônomas.

Parafraseando Leal (2006) é importante desenhar com responsabilidade o perfil dos novos atores sociais que se apresentam, não apenas como alvo da administração pública contemporânea, de maneira passiva e subserviente, mas enquanto co-responsáveis pela gestão de um espaço público que também tem sua atribuição de sentido alternada/ampliada de forma significativa.

Conforme Fernandes e Bezerra (2008), a lógica desse lugar-comum conduz, necessariamente, agentes públicos para os “espaços” do mercado, através das chamadas parcerias. Desse modo, as “lacunas” falsa limitação de recursos, parecem encantar o entendimento comum acerca da realidade social que passa a crer, quase que incondicionalmente nos benefícios e favores dos agentes dos capitais privados, no aparente desinteresse sintomático da anunciada responsabilidade social.

Do exposto até o presente momento, não é de admirar que quando questionados acerca do tipo de parceria para o desenvolvimento do esporte e lazer nos municípios pesquisados, obtermos das falas e documentos analisados uma negativa sobre a questão. Assim, foi possível constatar dos relatos que apenas três das prefeituras investigadas (Prefeituras “A”, “B” e “C” afirmaram fazer parcerias. Entre as instituições citadas encontramos as associações esportivas, instituições privadas como o Serviço Nacional do Comércio – SESC e a Universidade Paranaense UNIPAR de Umuarama.

A maioria referiu que:

Não temos instâncias nos municípios para fazer parcerias. É difícil buscar por elas, e tem outros setores mais necessitados que o nosso (PREFEITURA D).

Não, pois é complicado esse negócio de parceria, ninguém quer se comprometer, sem obter vantagem (PREFEITURA I).

Quando tem interessado o prefeito geralmente leva o recurso para outros setores mais importantes, para ele... é claro (PREFEITURA D).

Observamos uma postura descompromissada na busca de parcerias por parte das secretarias, divisões e/ou departamentos investigados. A visão negativa

demonstrada pela maioria dos gestores em relação à participação de outros segmentos da sociedade parece incidir na falta de iniciativa de os mesmos procurarem parcerias efetivas. Fato preocupante é pensar na postura de gestores que parecem não considerar a importância de investimentos para o setor, até mesmo desviando recursos, quando encontram para outros setores.

Assim, pode-se inferir talvez pelo fracasso na busca da democratização do esporte e lazer nos municípios investigados, pois isso indica um olhar indiferente à necessidade de fazer parcerias com outras instâncias para o debate, possíveis encaminhamentos e reivindicações quanto às questões públicas no tocante ao setor.

A seguir apresentamos os resultados referentes aos objetivos e público alvo a serem alcançados nos projetos e eventos desenvolvidos nos municípios da região da AMERIOS no setor de esporte e lazer

2.3 OBJETIVOS, FUNÇÕES E PÚBLICO ALVO A SEREM ALCANÇADOS NOS PROJETOS E EVENTOS DESENVOLVIDOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMERIOS NO SETOR DE ESPORTE E LAZER

O presente eixo busca compreender no diálogo com os agentes os objetivos, funções, público-alvo, agentes e instituições envolvidas, a forma com são geridas as instituições para entender se as ofertas esporte/lazer contribuem para a democratização e acesso à população, atentando para os projetos de esporte em andamento e/ou em desenvolvimento no município.

Deste modo, no tocante ao exposto acima, inicialmente constatamos que a maioria dos entrevistados afirmou não contar com projetos em andamento no município na área esporte/ lazer, nem tampouco com projetos específicos de qualquer natureza.

Os depoimentos são reveladores de que as prefeituras que apresentam algumas iniciativas têm como principais projetos aqueles destinados a escolinhas de futebol, escolinhas de futsal, de handebol, atletismo e projetos adolescentes e/ou para a terceira idade. Todavia, tais iniciativas não fazem parte de uma proposta bem elaborada, mas constitui-se em esporádicas de oferecer à população alguma prática esportiva.

Temos no discurso de um entrevistado uma frase que representa a opinião da maioria: “Os programas são desenvolvidos de maneira aleatória no município e acho que é isso aí que acontecesse” (PREFEITURA I). Outro depoimento revela: “Temos algumas iniciativas envolvendo escolinhas de futsal, de handebol, atletismo e projetos adolescentes” (PREFEITURA E).

A título de exemplificação de iniciativas documentadas, ilustramos a proposta de uma da Prefeitura “A” que mencionou contar com projeto na área do esporte e lazer em sua secretaria, conforme discurso abaixo:

- Esporte de Rendimento: através do desenvolvimento diário de treinamentos em 14 modalidades esportivas com fins de representação do município em jogos oficiais do Estado.
- Escolinhas Desportivas: ações de iniciação esportiva em várias modalidades em bairros periféricos para um Público de 06 a 14 anos.
- Socializando através do Esporte: realização de eventos esportivos em vários níveis de abrangência e em diversos setores da comunidade, onde se busca a quantidade e a oferta de oportunidades de prática esportiva de forma organizada e sistematizada com idades entre 06 e 60 anos.
- Esporte e Educação: auxílio ao desenvolvimento do esporte interno nas entidades educacionais e a realização de eventos na categoria por modalidades distintas e Jogos e Olimpíadas Escolares no início, meio e final de ano.
- Apoio ao Esporte Profissional: através de Convênios, auxílio na logística, transporte, infraestrutura e na orientação do trabalho a ser desenvolvido neste setor.
- Esporte nos Bairros: auxílio na logística, transporte, infraestrutura, fornecimento de materiais esportivos e premiação para ações internas e na orientação do trabalho a ser desenvolvido neste setor (PREFEITURA A).

Observamos dos relatos junto aos agentes entrevistados e pesquisa documental realizada que apenas uma prefeitura se apresentou com uma proposta documentada, abarcando as várias modalidades de esporte/lazer.

A leitura dos discursos dos agentes mostra que a prática do esporte e lazer na maioria das prefeituras da região da AMERIOS não demonstra uma preocupação com a democratização no setor, no tocante ao desenvolvimento de projetos consolidados nas diversas manifestações esportivas

Portanto, é possível inferir que, em caso de mudança de gestão, apenas uma prefeitura da região da AMERIOS poderá dar continuidade aos projetos da secretaria,

departamento ou divisão de esporte e lazer, pois as outras não possuem propostas passíveis de serem desenvolvidas em outra gestão, por não fazerem parte de um projeto funcional.

Com apenas uma prefeitura se posicionando quanto aos seus objetivos e funções, podemos deduzir que o setor do esporte/lazer não está sendo entendido pela maioria das prefeituras como direito social. Observamos que os agentes não mostram preocupação com o processo formal para as suas ações. O fato de não haver projetos específicos contemplando as várias modalidades esportivas, com parcerias com outras instituições não deixa transparecer uma ideia de democratização no setor. Citamos aqui alguns objetivos pertinentes estabelecidos por Tosin (2005) e que poderiam ser colocados em práticas pelos gestores:

Incentivar/estimular a autogestão da comunidade nas ações de esporte e lazer; promover o esporte nas suas manifestações comunitárias, estudantis e de rendimento, buscando parcerias; estimular a prática de atividades e hábitos saudáveis da cultura corporal do cidadão; implementar programação de lazer para a cidade através de parcerias (TOSIN, 2005, p. 32).

Sem iniciativas no setor fica claro que 08 (oito) dos municípios investigados não contemplam práticas democratizadoras para o esporte/lazer. Quando questionados sobre a existência de propostas para pessoas com necessidades especiais ou terceira idade, foi possível constatar poucas iniciativas, conforme relatos: “[...] apenas algumas atividades esporádicas desenvolvidas com o público da terceira idade” (PREFEITURA C). Ou ainda: “Estamos pensando em algumas atividades para o futuro” (PREFEITURA D).

Duas outras secretarias mencionaram desenvolver algumas atividades no atendimento à terceira idade, contudo, sem um projeto específico na área, conforme relatos: “Algumas atividades para a terceira idade” (PREFEITURA E e G).

Isso leva a inferir que o papel da maioria dos gestores não está sendo desenvolvido de forma a defender os direitos dos cidadãos em relação a uma prática democratizadora de esporte e lazer. Pensamos que as pessoas com necessidades especiais e a terceira idade devem merecer atenção. Como perspectivas de ações para minimizar as limitações e lacunas verificadas pela falta de uma política embasada em uma concepção democrática e participativa para o esporte e lazer nos municípios que

compõem a região da AMERIOS, apontamos algumas limitações e possibilidades, a partir de experiências bem sucedidas relativas a Conselhos Gestores de outras áreas e aquelas implantadas em outros municípios, como proposto por Santos (2004); Souza (2005), no sentido de subsidiar o processo de efetivação dos Conselhos Municipais de Esportes e Lazer nos municípios como espaços reais de participação apropriados pela Comunidade:

a) informar a população sobre a existência dos Conselhos e suas atribuições e atividades no sentido de legitimar sua representação e fortalecer sua representatividade;

b) fortalecer as ações da sociedade civil junto aos Conselhos Gestores, através da criação de Fóruns de Conselheiros da sociedade civil, possibilitando a discussão de temáticas de diferentes Conselhos existentes nas Cidades, no sentido de intensificar sua formação e informação, viabilizando uma maior representatividade e capacidade de intervenção na agenda dos Conselhos;

c) capacitar os gestores de políticas sociais, através de formação técnico-política que permita compreender as múltiplas relações frente à organização do aparelho de Estado e das obrigações e compromissos do serviço público para com a sociedade.

Faz-se necessária a realização de estudos acerca da dinâmica e do funcionamento de outros Conselhos e/ou mecanismos de participação social que incluam a análise de como a população e os grupos organizados da sociedade civil dos municípios avaliam e/ou interferem nas questões referentes às políticas locais de esporte e lazer. Outro enfoque relevante seria conhecer qual o entendimento e o conhecimento da comunidade sobre os canais de participação da população no processo de gestão dessas políticas.

A partir das análises das entrevistas verificamos que os próprios agentes não aprovam a política de esporte e lazer desenvolvida nos municípios pesquisados que, segundo o entendimento da maioria, não corresponde aos ideais de democratização para o setor, conforme depoimentos:

Até existe nos municípios, mas não de forma satisfatória a atender as demandas sociais de cada um deles, e pelo baixo nível profissional dos Gestores Públicos que não gestionam neste sentido, além do orçamento ser o mínimo possível para esta pasta. Percebe-se que muitos dos municípios, seduzidos pela Política Estadual de eventos, buscam apenas montar equipes visando participação nos

Jogos oficiais do estado. No estado não se percebe claramente através das suas ações e dos seus programas uma busca pela democratização da oferta e da participação, mas na União existe uma busca por uma Política neste sentido. Acredito que o esporte profissional ainda é tido como prioridade, face ao bom nível de formação dos gestores que busca o repasse de recursos com maior nível de profissionalismo (PREFEITURA A).

Não, pois temos poucos recursos para investimentos em infraestrutura que possa proporcionar uma maior participação da população. No Estado não sei dizer (PREFEITURA F).

Do exposto nos depoimentos, é possível inferir que as ações realizadas no setor do esporte e lazer nos municípios parecem estar voltadas exclusivamente, no sentido de dar sustentabilidade ao desenvolvimento do município no cenário estadual, mediante a busca de alternativas para seu financiamento por organizações do mercado.

Quando indagados a respeito dos eventos de lazer nos municípios, os agentes afirmaram que não há uma política de gestão que dê suporte à realização de tais eventos. Assim consideram que:

Não é a ideal. No Paraná não temos esporte nas pequenas cidades, ficando à deriva no esporte, em virtude da falta de estrutura física, há um direcionamento de recursos para os grandes centros, em nível de Brasil também ocorre este direcionamento dos recursos. Fazer um trabalho para melhorar a infraestrutura das pequenas cidades (PREFEITURA C).

Não. Apenas algumas manifestações a nível municipal, sendo o lazer ainda uma área em descoberta, através de estudos (alguns estudiosos), percebe-se uma preocupação em definir o que é e como ofertar de forma democrática aos diversos grupos sociais. Para a comunidade, o lazer ainda é uma manifestação pessoal de cada um, que o vê como um momento de descanso e de ociosidade (PREFEITURA A).

Na realidade não, o lazer de recreação é pouco em nosso município, no que é ofertado pode ser, mas a oferta ainda é pouca, precisamos montar um planejamento somente para o lazer. Em nível de Estado fica muito restrito ao litoral e municípios do oeste com as praias artificiais da usina de Itaipu (PREFEITURA E).

Não, pois temos poucos recursos para investimentos em lazer, comprometendo a democratização no setor (PREFEITURA F).

Para os entrevistados, a política de gestão para o esporte e lazer não é a ideal, deixando evidente nos relatos a falta de estrutura física e de investimentos, sobretudo, para o lazer. Observamos que na opinião dos agentes, os recursos são destinados com frequência para os grandes centros, sendo que apenas algumas manifestações

acontecem a nível municipal, com pouca ênfase ao lazer, que é entendida por muitos como uma prática de manifestação pessoal.

Verificamos, assim, com base nos depoimentos dos participantes da pesquisa, o descumprimento de uma prática democratizante pela maioria dos municípios da região da AMERIOS. O que evidenciamos, na realidade, é a não existência de uma política para o setor e a prevalência dos interesses do Estado e do mercado na maioria, ou seja, uma única ação de esporte e lazer documentada, em 08 (oito) dos municípios investigados.

Com essa postura de acomodação os agentes parecem deixar de perceber que é no equilíbrio entre os pólos global e local, que o gestor público pode encontrar uma posição adequada para a formulação, implementação e avaliação de alternativas que visem enfrentar as questões críticas relacionadas com a temática.

Este equilíbrio demanda um planejamento e implementação de ações que atendam às necessidades presentes da sociedade sem deixar de focalizar um posicionamento favorável no futuro. Assim pensando, ao mesmo tempo em que se busca atender às demandas inclusivas sociais em curto prazo, é preciso estabelecer as bases para a obtenção de resultados a médio e longo prazo. Neste contexto, a responsabilidade do gestor público, como elemento catalisador da inclusão, do desenvolvimento e da sustentação do ambiente social, torna-se crítico.

Ainda, indagamos os nossos entrevistados quanto à relação dos municípios com o Centro Regional do Paraná esportes. A maioria afirmou que é satisfatória. Contudo, não foi observada a existência de nenhuma política para alocação de recursos financeiros e humanos na gerência de 08 (oito) das prefeituras pesquisadas.

Quando indagados a respeito da existência de uma política efetiva para a utilização dos espaços e equipamentos de esporte e lazer, a maioria dos agentes afirmou que estes espaços são locados para algumas atividades de iniciativa da própria população, contudo, isso não acontece frequentemente. “De vez em quando os espaços do ginásio de esportes são abertos para as atividades de futebol” (PREFEITURA B). Ou ainda: “Em raras ocasiões o ginásio de esporte é locado para algumas atividades (PREFEITURA A).

Ficou claro nos depoimentos dos entrevistados que em apenas raras ocasiões os espaços dos ginásios de esporte são locados para determinadas atividades, como por exemplo, esportes de rendimento, que não constam de um planejamento efetivo por parte das secretarias dos municípios pesquisados. “Às vezes os espaços são utilizados para alguma atividade de esporte de rendimento, mas não para um programa de esporte e lazer...” (PREFEITURA F).

Ao serem questionados acerca da participação em jogos oficiais do Estado foi possível constatar que a maioria das prefeituras pesquisadas se manifestou positivamente a respeito, confirmando a sua participação no evento. Foi possível perceber pelos depoimentos que os agentes encontram dificuldades para participar do evento, citando a falta de recursos que dificulta o desenvolvimento da prática, fazendo menção, ainda, que o benefício emerge para poucos “Esperamos o ano inteiro para esse acontecimento, mas o difícil é enfrentar a falta de recursos, o benefício também é para poucos, mas é prática costumeira” (PREFEITURA A).

Aqui inferimos com base em pesquisa documental que a situação atual dos Jogos Abertos do Paraná apenas 06 (seis) a 10 (dez) municípios se alterna na classificação final. Também, é fato que a amplitude do evento implica em questões estruturais de locais de alojamento, competição, transporte, logística e outras limitações advindas desta demanda. Um entrevistado se posicionou nesse sentido ao afirmar que:

Embora façamos empenho para participar, precisamos nos esforçar para vencer muitos obstáculos, como dificuldade com locomoção dos atletas, de alojamento, da própria competição, pois essa prática exige treinamento e investimentos. É uma tarefa difícil, mas necessária, pois a população já está acostumada e cobra a gente nesse sentido (PREFEITURA D).

Como vimos, os Jogos Abertos do Paraná embora estimule a participação, não propicia a democratização esportiva, em razão da falta de subsídios para o desenvolvimento das ações formais. Ainda que viabilize a competição incitando a maioria das prefeituras da região a participar, parece não comportar toda a demanda para a prática, ocasionando a exclusão daqueles que não se encontram inseridos nas equipes de base de rendimento dos municípios.

Assim sendo, os depoimentos fazem pensar que muitos são os obstáculos que tornam inviáveis os campeonatos, prejudicando a operacionalização do evento no atendimento de qualidade em vários aspectos. Como alternativas um entrevistado sugere:

Maior participação na base do evento, através de micro/macro e regionais. No ano de 2009 não houve previsão orçamentária, nem tampouco foi possível discutir o aumento de regionais. Há propostas para a análise e alternativas para a implantação de mais regionais ou micro-regionais em 2010, com objetivo de descentralizar a participação, definir critérios técnicos para a melhoria da qualidade da fase final, reduzindo o número de participantes e melhorando as questões técnicas das disputas das modalidades. Atualmente, não há disputa pela sediação dos Jogos Oficiais, pois poucos municípios possuem estrutura necessária e o auxílio financeiro destinado aos municípios é insuficiente para atender todas as demandas. Também é fato que beneficia a poucos, mas com certeza o governo é sempre o maior beneficiário (PREFEITURA A).

Ainda, em relação aos Jogos Oficiais do Estado do Paraná podemos inferir que as disputas políticas locais comprometem a continuidade de programas e projetos nos moldes dos interesses das administrações que se seguem nos municípios, levando a busca de outras fontes de recursos, contudo, apenas para o esporte de rendimento.

Podemos deduzir dos depoimentos que tais iniciativas dão sustentação às finalidades de projeção política de governos e governantes que, ao mesmo tempo, privilegiam os interesses das entidades do mercado do capital, embora na alegação para justificar e apoiar tais ações, a comunidade seja, comumente, é colocada como a principal beneficiária. Um entrevistado assim se posiciona a respeito: “O jogos tem uma projeção significativa de ajudar a comunidade, incentivando-a a participar, mas por trás tem o interesse dos governantes que não age sem ser beneficiado” (PREFEITURA B).

Na visão dos entrevistados, pela sua própria natureza, o esporte de alto rendimento é bastante elitista e de acesso para poucos, ou seja, não viabiliza a democratização do esporte e lazer, muito menos a tão propagada inclusão social, por meio do esporte, presente nos discursos de documentos institucionais.

Por tudo o que foi apresentado, podemos inferir que há predominância do não reconhecimento da prática do esporte e lazer como direito social da população por parte dos municípios pesquisados. Em alguns momentos há uma incongruência nos relatos, pois, apesar de os gestores reconhecerem a importância da prática do esporte e lazer

como acesso à democratização, ao mesmo tempo, parecem demonstrar grande dificuldade de acesso a essa prática como direito social para os cidadãos.

Para que as políticas públicas para o esporte/lazer possam impulsionar o adequado desenvolvimento social, faz-se necessário o equilíbrio dinâmico da gestão do desporto nos municípios investigados na várias dimensões, com a integração do governo envolvendo as áreas da educação, esporte, lazer, saúde, cultura e ação social, refletida nos diferenciados instrumentos de planejamento (Constituições; leis orgânicas; planos de governo; planos estratégicos; planos plurianuais; leis de diretrizes orçamentárias e leis de orçamentos anuais) e de gestão urbana (planos diretores; legislações sobre áreas de interesse especial; legislações sobre áreas de interesse social e códigos específicos).

De tudo o que foi exposto, consideramos a dificuldade que as prefeituras pesquisadas demonstram em compartilhar conhecimentos e de se fazerem representar quanto às reivindicações populares frente ao processo de democratização do esporte e lazer nos municípios que compõem a região da AMERIOS.

CONCLUSÃO

Objetivando identificar se os programas e projetos relativos ao esporte e lazer desenvolvidos pelas secretarias ou departamentos de esportes das prefeituras dos Municípios de Altônia, Alto Piquiri, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Iporã, Cidade Gaúcha, Mariluz, Tapejara e Umuarama da região da AMERIOS - Paraná contribui para a democratização e garantia de acesso à referida prática, buscamos diagnosticar as condições de acesso à população relativa aos espaços, infraestrutura, frequência de atividades e nível de aceitação da comunidade, ofertadas pelos municípios que agregam as secretarias ou departamentos de esporte das prefeituras da região da AMERIOS em relação às diversas dimensões do esporte.

Assim, com base no referencial teórico da análise sociológica, apreendemos que a estrutura de determinado contexto social, depende das movimentações e ações realizadas pelos diferentes agentes, componentes das diferentes instituições presentes no contexto. Estes agentes, de acordo com seus *habitus* e capitais, buscam pela supremacia dentro do campo.

Tendo este referencial como premissa de análise a respeito da oferta dos programas e projetos de esporte/lazer nos municípios que agregam a região da AMERIOS, esta entendida como um subcampo do setor foi possível identificar algumas questões pertinentes, especialmente, em conformidade com os relatos dos agentes entrevistados.

Com essa perspectiva, observamos que existe uma grande dificuldade por parte dos municípios em buscar recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos e programas de esporte e lazer.

O que é mais grave é que os agentes demonstraram total desconhecimento sobre a existência de quaisquer iniciativas governamentais para o desenvolvimento de projetos e programas de esporte e lazer, pois a maioria das prefeituras utiliza recursos livres para sua manutenção. Nem uma prefeitura se preocupou em buscar serviços especializados para angariar recursos do governo federal.

O Governo Federal tem vários projetos e programas onde os municípios podem buscar recursos, como: Programa Segundo Tempo, Projeto Esporte e Lazer na Cidade, Bolsa Atleta, Lei de Incentivo ao Esporte e Segundo Tempo - Mais Educação, contudo, não verificamos nem mesmo menção a esses programas por parte dos agentes entrevistados.

Os depoimentos dos agentes e a pesquisa documental realizada alerta para a importância de um ordenamento legal capaz de garantir o amparo regulatório para implementação de políticas públicas consistentes nos Municípios que agregam a região da AMERIOS, no que tange ao setor do esporte e lazer, por meio de descentralização e implementação de instrumentos de participação social, pois os agentes parecem desconhecer que ao poder público cabe o papel fundamental na implementação de uma política regional de desenvolvimento de esporte/ lazer, no sentido de contribuir para a democratização e garantia de acesso à população.

Aos agentes pesquisados cabe atuar no setor do esporte e lazer com o desafio de transformar uma cultura de gestão tradicional centrada quase que exclusivamente em uma modalidade esportiva, portanto, assinalada a nosso ver, por forte controle, intervenção e subordinação da sociedade pelo poder público no planejamento e promoção de programas formais, em um campo de gestão caracterizado pela coordenação participativa entre as esferas públicas e privadas, nos processos de elaboração e implementação de ações sob a orientação do Estado.

Ainda, foi possível perceber que as dificuldades dos agentes estão atreladas a alguns elementos críticos que estão representadas, especialmente, pela carência em recursos humanos, materiais e financeiros, bem como pela infraestrutura e legislação do setor.

Como sugestões de alguns canais efetivos de participação popular que poderiam ser estabelecidos na interface governo-sociedade pelos municípios pesquisados, no sentido de contribuir para a democratização, passam pela necessidade da criação de Conselhos de Desporto, Conferências de Esporte e Lazer, Orçamentos Participativos Regionais; Plenárias Temáticas de Esporte, Cultura e Lazer e Congressos da Cidade

Assim somos partidários de uma política pública para o setor esporte/lazer nos municípios que agregam a região da AMERIOS que, contrariamente a uma prática

conservadora com a evidenciada nos discursos dos agentes, passe a incorporar no setor os fundamentos de ações democratizantes, com o entendimento de que, quanto mais dissociados os agentes estiverem dos projetos, programas e atividades com as realidades locais, maiores serão as probabilidades de fracasso por parte dos mesmos em atender às demandas relativas à oferta no setor para a população.

Foi possível constatar que ainda que os agentes integrem a mesma região, cada qual parece agir à sua maneira, não apresentando relações objetivas em função de uma prática democrática de esporte e lazer, com os agentes componentes das demais instituições. Fazemos aqui um aporte para comentar que isso se deve ao fato de termos um centro regional da Paraná Esportes inativo, pois o órgão que deveria incentivar e/ou coordenar as ações pertinentes ao esporte da região não o faz. Atualmente, este órgão do governo existe somente para receber inscrições dos jogos oficiais do estado.

Ficou manifesta no caso dos municípios analisados a necessidade de efetivar medidas estruturais e políticas concretas, na esfera do esporte e do lazer, para atender as demandas reais da população em relação às questões relacionadas com espaços, equipamentos e políticas públicas.

Os discursos dos agentes mostraram que os mesmos não se encontram atentos para uma relação equilibrada entre governo e sociedade civil, parecendo desconhecer que isso se constitui num elemento fundamental para a consolidação de uma prática democrática, visando uma política embasada em leis, projetos, programas, ações e atividades que propiciem ao cidadão opções concretas para o uso saudável de seu tempo na *polis*.

Os projetos desenvolvidos pelas secretarias dos Municípios que agregam a região da AMERIOS não apresenta uma política regional de desenvolvimento de esporte e lazer que contribuam para a democratização e garantia de acesso população, confirmando a hipótese inicial da pesquisa. Com base nisso, nas instituições pesquisadas, a definição, implementação e avaliação de políticas para o esporte e lazer necessitam ser repensadas.

Ficou presente nos depoimentos dos agentes e na pesquisa documental realizada, que os projetos e programas de esporte e lazer desenvolvidos nos municípios que agregam a região da AMERIOS, não estão sendo encaminhadas para o

reconhecimento da diversidade cultural, para a garantia da livre expressão das diferentes manifestações na área, nem tampouco, do acesso ao direito de condições de justiça social para a constituição da população enquanto sujeitos de direitos.

Ficou presente nos discursos dos agentes que as práticas de esporte e lazer desenvolvidas na região da AMERIOS, não estão sendo encaminhadas para o reconhecimento da diversidade cultural, para a garantia da livre expressão das diferentes manifestações na área, nem tampouco, do acesso ao direito de condições de justiça social para a constituição da população enquanto sujeitos de direitos. Cabe aqui uma questão: qual referencial teórico e legal estaria orientando os atores sociais participantes da nossa pesquisa em relação às práticas situadas em seus campos de atuação?

Como resposta a tais indagações é válido frisar que as reflexões acerca das questões críticas, tais como: o papel do gestor público, o perfil/papel do agente do esporte, a relevância de uma gestão equilibrada e a obrigação do estreitamento das relações entre governo e sociedade civil são primordiais no processo de democratização.

Outros elementos de caráter transversal também precisam estar integrados junto aos subsídios a serem considerados no processo de atuação dos agentes. Tais elementos dizem respeito às funções prioritárias e necessidades da população, pois os direitos fundamentais dos cidadãos, com as suas possibilidades e limites é que determinam a identidade local.

No que diz respeito à função dos agentes em qualquer esfera, seja municipal, estadual ou federal, uma questão que se deve reavaliada é a ligação compartilhada que deve existir entre governo e a sociedade civil. Contudo, isso será difícil de concretizar, senão impossível, caso os agentes não possuam a compreensão do seu papel e de suas responsabilidades frente ao entendimento do que é público e privado quando do exercício de suas funções, para fazer frente ao processo de democratização do esporte e lazer.

O que percebemos na realidade estudada é que as políticas públicas para o esporte e lazer nos Municípios precisam de iniciativas a fim de garantir uma maior participação popular. Consideramos a necessidade de rever a relação entre os

políticos e gestores públicos e a população, pois somente com o amadurecimento da democracia é que se pode vislumbrar formas de participação direta, buscando legitimidade e soluções originais às demandas sociais.

Com efeito, de acordo com o que diz os referências teórico/metodológicos que tratam das as ações e programas a serem desenvolvidos nas políticas públicas, quando em confronto com os discursos dos entrevistados, percebemos a necessidade de considerar a soberania dos cidadãos dos municípios que agregam a região da AMERIOS, possibilitando-lhes a apropriação da prática do esporte e lazer, por meio da participação efetiva, autonomia, organização, justiça e democracia.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. F. S. **Políticas educacionais da rede pública municipal de ensino de Uberlândia** (1997-2004). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, 2005.
- ARAÚJO, S. M. De ; MAGALHÃES, Y. C. S. Da. Políticas públicas de esporte e lazer em São Luís –MA : a gestão, participação popular e o controle social em discussão. In : ARAÚJO, S. M ; VIANA, R. N. A. Esporte e lazer na cidade de São Luís : elementos para a construção de uma política pública. São Luís: EDUFMA, 2008., p.134.
- AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores associados, 2001.
- BENTO, J. O. Em defesa do desporto. In: BENTO, J.O.; CONSTANTINO, J.M. **Em defesa do desporto**: mutações e valores em conflito. Coimbra: Almadina, 2007.
- BITTAR, E. C.B. **Doutrinas e filosofias políticas**: contribuições para a história da ciência política. São Paulo: Atlas, 2002. 271 p.
- BOBBIO, N. Democracia. In: SANTILLÁN, J. F. (org.). BOBBIO, N. **El filósofo y la política**. México: Fondo de Cultura Económica. pp. 229-238, 1996.
- BOBBIO, N. MATTEUCCI, N. PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: UnB, 2000.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- BOURDIEU, P. **Travail et travailleurs en Algérie**. Paris: Mouton, 1963.
- _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- _____. **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **Pierre Bourdieu**: Sociologia. Organização de Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **El Oficio del Sociológico**. Madri: Siglo Veintiuno, 1986.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- _____. **Pierre Bourdieu avec Löic Wacquant**; réponses. Paris: Seuil, 1992.
- _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- _____. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal, trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **Meditações pascalinas**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) **Escritos de Educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. A representação política: elementos para uma teoria no campo político. In: **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. **O poder simbólico**. 13. ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, P; PASSERON, J. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro; Francisco Alves, 1982.
- BRASIL, MINISTÉRIO DO ESPORTE. **1ª Conferência Nacional do Esporte**: Documento Final. Brasília, 17 a 20 de junho, 2004.
- _____. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.
- _____. **Decreto nº 4.201, de 18 de abril de 2002**. Dispõe sobre o Conselho Nacional do Esporte e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 20 de fev. de 2010.
- _____. **I Conferência Nacional do Esporte**: documento final. Brasília, Governo Federal; Ministério do esporte, Brasília, 2004.
- _____. **II Conferência Nacional do Esporte**. Brasília, Governo Federal; Ministério do Esporte 2006.
- _____. **II Conferência Nacional do Esporte**. Brasília, Governo Federal; Ministério do Esporte. Brasília, 2006.

BRUST, C; BAGGIO, I. C; SALDANHA FILHO, M. F. Gestão da políticas públicas para o esporte e lazer de Santa Maria, RS. **Revista Digital**. Buenos Aires - Año 12 - N° 116 - Enero de 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd116/gestao-das-politicas-publicas-de-esporte-e-lazer.htm>>. Acesso em: 30 de ago. de 2010.

CASTELANI FILHO, L. O projeto social esporte e lazer da cidade : da elaboração conceitual à sua implementação. In : CASTELANI FILHO, L. **Gestão pública e política de lazer a formação de agentes sociais**. Campinas, São paulo : Autores Associados, São paulo, 2007.

CHARTIER, R.; LOPES, J. S. L. **Pierre Bourdieu e a história**. Topoi, Rio de Janeiro, mar., p. 139-182, 2002. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi4a5.pdf>>. Acesso em 10 de fev. de 2010.

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. políticas pública sociais. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M.; UDE, W. (Orgs.). **Políticas públicas**. Belo horizonte: Editora UFMG, Proex, 2003. p. 11-25.

DEMO, P. **Pobreza política**. Campinas: Autores Associados, 1996.

DOMINGUES, A. **Esporte e o campo jornalístico paranaense**: uma análise a partir dos Jogos Olímpicos de Atenas/2004. 2006. 313 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/1884/5747/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Alexandre_Domingues.pdf>. Acesso em: 19 de out. de 2010.

DUBAR, C. **La socialisation**. Paris: Armand Colin, 2000.

DUMAZDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo, Perspectiva; SESC, 1999.

FARAH, M. F. S. Inovação e governo local no Brasil contemporâneo. In: JACOBI, Pedro; PINHO, José Antonio Gomes de. (Orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local**: novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 41-75.

FERNANDES, C. A. S. ; BEZERRA, A.R. O oficial, o dito e o observável : financiamento de políticas de esporte e lazer em São Luís-MA. In : ARAÚJO, S.M. de. ; VIANA, N. A. **Esporte e lazer na cidade de São Luís do maranhão** : elementos para a construção de uma política pública. São Liís : EDUFAMA, 2008.

GALINDO, A. G. **Administração de políticas públicas de esporte**: um ensaio sobre os fundamentos da ação do gestor Revista Digital - Buenos Aires - Ano 15 - N° 144 - Mayo de 2010. Disponível em:<<http://www.efdeportes.com/efd144/administracao-de-politicas-publicas-de-esporte.htm>>. Disponível em: 20 de nov. de 2010.

_____. **Esporte e lazer municipal**: reflexões sobre as bases do planejamento e gestão pública. Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Santana-AP, Santana-AP, v.1, n.1, p. 49-62, out. 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GONH, M. G. da O papel dos conselhos gestores na gestão urbana. In: RIBEIRO, Ana C. T. (org) **Repensando La experiência urbana de América Latina**: cuestiones, conceptos y valores. CLASCO, 2000. P. 175-201.

JACOBI, P. **Descentralização, educação e democracia**. O caso do município de São Paulo (1989-1992), Cadernos Cedec, nº 49, 1995, 107p.

_____. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2000.

LEAL R. G. **Estado administração pública e sociedade**: novos paradigmas. Porto Alegre: Livraria do advogado Ed., 2006. 206 p.

LINHALES, M. A. Políticas para o esporte no Brasil: Interesses e necessidades. In: SOUZA, Eustáquia Salvadora de; VAGO, Tarcísio Mauro (Org.). **Trilhas e Partilhas**. Belo Horizonte: Cultura, 1997. p. 219-229.

LIPSON, L. **Os grandes problemas da ciência política**: uma introdução à ciência política. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 84.

LÜDKE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MARCASSA, L ; SOUZA,W. L. L de. Da experiência à formação do cidadão : pressupostos políticos e pedagógicos do esporte e lazer na cidade de Ipatinga. In : CASTELANI FILHO, L. **Gestão públca e política de lazer a formação de agentes sociais**. Campinas, São paulo : Autores Associados, São paulo, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987.

MARCHI JÚNIOR, W. **“Sacando” o voleibol**: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000). Campinas, 2001. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

_____. A educação física e o campo científico: repensando as possibilidades de pesquisa sobre o esporte e o lazer. In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOILLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. **Esporte e Lazer**: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006. p.29-42.

MARCHI JÚNIOR, W.; AFONSO, G. F. . Globalização e esporte: apontamentos introdutórios para um debate. In: RIBEIRO, L. C. (Org.). **Futebol e Globalização**. Jundiaí: Fontoura, 2007, v. 1, p. 127-144.

MASCARENHAS, F. Otor lazer é possível ! Desafio para o esporte da cidade. In: CASTELANI FILHO, L. **Gestão pública e política de lazer a formação de agentes sociais**. Campinas, São paulo : Autores Associados, São paulo, 2007.

MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná**: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

MEZZADRI, F. M. et al. Políticas públicas para o esporte e lazer nas cidades do estado do Paraná. In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOELLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. **Esporte e Lazer**: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006. p.43-59.

MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOELLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. **Esporte e Lazer**: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006. p.29-42.

OFFE, C.. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386 p.

ONZI, J. T. **Conselhos gestores**: uma proposta de gestão coletiva dos equipamentos públicos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE E LAZER. 4., 2004, Rio Grande do Sul. Anais... Rio Grande do Sul: Prefeitura de Caxias do Sul/Ministério do Esporte/Faculdade da Serra Gaúcha, 2004. p. 32.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

SAMPAIO, J.O. ; LIÃO JUNIOR, R. O consórcio Brasília e a formação de agentes sociais no distrito federal e entorno. In : CASTELANI FILHO, L. **Gestão pública e política de lazer a formação de agentes sociais**. Campinas, São Paulo : Autores Associados, São paulo, 2007.

SANTOS, M. R. M. **Desafio para a democratização da gestão municipal através dos conselhos municipais**: a questão da representatividade e da autonomia. 2004. Disponível em: <http://www.rls.org.br//publique/media/Mauro_Santos.pdf>. Acesso em: 13 de abr. de 2010.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**: delineamentos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: EPU, 1987.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: uma revisão de literatura: Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 368-375. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf> acesso em: 01 de Nov. de 2010.

SOUZA, D. L. de; MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOILLI, F. R.. O núcleo da rede cedes na Universidade Federal do Paraná. In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOILLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006. p.17-28.

STAREPRAVO, F. **A políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta**. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/cd/resumos/283.pdf>> Acesso em: 20 de jun. de 2010.

STAREPRAVO, F. A.; MEZZADRI, F. M. **Algumas contribuições de pierre bourdieu e norbert elias à discussão das políticas públicas para o esporte e lazer X Simpósio Internacional**. Processo Civilizador, 1,2,3 e 4 de abril de 2007. Campinas, São Paulo- Brasil. Disponível em : <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Fernando_Augusto_Starepravo.pdf>. Acesso em: 20 de jun. de 2010.

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOSIN, Denise Gusso. Lazer e qualidade de vida. In: KRUCHELSKI, Silvano. E RAUCHBACH, Rosemary (orgs). Curitiba – **Gestão nas cidades voltada à promoção da atividade física, esporte, saúde e lazer**. p. 21-39. Curitiba, 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ENTREVISTA

Estrutura Administrativa

- 1- Como está organizada a estrutura administrativa
 - a) Secretaria
 - b) Departamento
 - c) Fundação
 - d) Sub Secretaria
 - e) Divisão
- 2- Como estão organizadas as estruturas administrativas internas
 - a) Departamento? Quais?
 - b) Divisões? Quais?
- 3- Existem divisões descentralizadas?
Quais?
- 4- Quantos Profissionais estão envolvidos com a estrutura
Cargos de confiança

Gestão pública dos municípios

- 5- Existe o Conselho Municipal de Esporte?
- 6- Qual a plano de governo norteador da Secretaria ou Departamento etc.
- 7- Qual o envolvimento da Sociedade Civil Organizada na elaboração do plano de governo?
- 8- Qual o envolvimento da comunidade na elaboração das atividades de Esporte e Lazer?
- 9- Qual o tipo de financiamento para o esporte e lazer?
- 10- Qual o tipo de parceria para o desenvolvimento do esporte e lazer no Município?
Como?
- 11- Existem Leis de Incentivo ao esporte e lazer no Município? Quais?

Objetivos, funções e público alvo a serem alcançados nos Projetos e Eventos desenvolvidos no Município.

- 12- Quais são os projetos de esporte em andamento no Município?
- 13- Quais os projetos de lazer em desenvolvimento?
- 14- Existem projetos específicos de práticas esportivas e a natureza? Quais?
- 15- Existem projetos específicos de práticas esportivas urbanas (radicais)? Quais?
- 16- Existem projetos para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais ou Terceira Idade? Quais?
- 17- Número de pessoas atendidas no conjunto dos projetos desenvolvidos no Município?
- 18- Quais os eventos de esporte no município?
- 19- Número de pessoas atendidas nos eventos de esporte no Município?
- 20- Quais os eventos de lazer no município?
- 21- Número de pessoas atendidas nos eventos de lazer no Município?
- 22- Participa dos Jogos Oficiais do Estado?
- 23- Qual a relação do município com o Centro Regional da Paraná Esportes?
- 24- Existe uma política para alocação de recursos financeiros e humanos da gerência? Quais são as prioridades para utilização destes recursos?
- 25- Existe uma política para utilização dos espaços e equipamentos de esporte e lazer? Quais são as prioridades para a utilização destes espaços e equipamentos?
- 26- Qual o valor de investimento em infraestrutura para o esporte nos últimos 4 anos? Qual a origem deste Investimento, Federal, Estadual ou Municipal?
- 27- Realiza conferência municipal sobre esportes?
- 28- Caso mude a gestão da Secretaria ou Departamento de Esportes os projetos têm continuidade documental?
- 29- A seu ver existe democratização do Esporte do Esporte nos Municípios, Estado e União? Por quê?

30- A seu ver existe democratização do Lazer nos Municípios, Estado e União? Por quê?